



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**AS SUPERPOTÊNCIAS EM ÁFRICA NA ERA DA
DESCOLONIZAÇÃO: ANGOLA (1950 – 1975)**

Autor: Rui Nelson Gonçalves

Orientador: Professor Doutor Hélder Adegar Teixeira Dias Fonseca

Data: 30 de Maio de 2012



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

AS SUPERPOTÊNCIAS EM ÁFRICA NA ERA DA DESCOLONIZAÇÃO: ANGOLA (1950 – 1975)

Autor: Rui Nelson Gonçalves

Orientador: Professor Doutor Hélder Adegar Teixeira Dias Fonseca

Data: 30 de Maio de 2012

RESUMO

AS SUPERPOTÊNCIAS EM ÁFRICA NA ERA DA DESCOLONIZAÇÃO: ANGOLA (1950 – 1975)

Esta pesquisa investiga as causas que levaram as superpotências a intervirem em África, particularmente em Angola, durante o período de descolonização que culminou com a independência do país a 11 de Novembro de 1975. Como é sabido, as superpotências saídas da 2ª Guerra Mundial (EUA e URSS) desde muito cedo apoiaram os Movimentos de Libertação Nacional na sua luta pela independência, fornecendo-lhes apoio multiforme.

Com vista a compreender as motivações, o grau de envolvimento, bem como as consequências, realizamos esta pesquisa, emprestando assim a nossa modesta contribuição para uma melhor compreensão dos acontecimentos que tiveram lugar nessa altura, e que fazem parte da história recente de Angola.

Com este trabalho, esperamos ter encontrado algumas respostas que nos vão ajudar a desmistificar alguns mitos e mal-entendidos à volta da presença das superpotências no conflito angolano na era da descolonização.

ABSTRACT

THE SUPERPOWERS IN AFRICA DURING THE DECOLONIZATION PERIOD: ANGOLA (1950 – 1975)

This research investigates the reasons behind the intervention of superpowers in Africa, particularly in Angola during the decolonization period which culminated with the independence of the country on the 11th November 1975. As it's known, the superpowers that arose from World War II (USA and USSR) supported from the beginning the National Liberation Movements in their struggle for independence, providing them with multiform support.

In order to understand the motivations, level of involvement and the consequences, we have conducted this research, thus contributing towards a better understanding of the events occurred at that time which are part of the recent history of Angola.

With this work, we hope that we've found some answers that will help us to demystify some myths and misunderstandings related to the presence of superpowers in the Angolan conflict during the decolonization period.

DEDICAÇÃO

À minha mãe

À minha esposa, Lena, e aos meus queridos filhos Kika, Vitó e Marcos

AGRADECIMENTOS

Depois de ter passado mais de um ano a investigar sobre o tema deste trabalho, eu gostaria de agradecer a todos quanto directa ou indirectamente contribuíram para que eu pudesse concluir com êxito esta tese de mestrado.

Neste contexto, gostaria de exprimir os meus mais sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Hélder Adegar Fonseca, meu tutor, por ter aceitado o desafio de assessorar-me, pelas dicas valiosas fornecidas, sobretudo antes do começo da investigação, bem como pela paciência e alto sentido de compreensão demonstrado;

Os meus agradecimentos especiais vão para o General Nunda, pela valiosa bibliografia posta à minha disposição;

Gostaria de agradecer também ao Tenente-General Justino pelo apoio prestado na fase inicial deste trabalho, e de igual modo pela ajuda bibliográfica;

Devo também os meus agradecimentos à Dra. Indina e à Engenheira Luzia pelo apoio multiforme e encorajamento ao longo da minha pesquisa, agradecimentos igualmente extensivos à Dra. Fançony;

Os meus agradecimentos não estariam completos se não endereçasse uma palavra de carinho e apreço aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, pela ajuda concedida no acesso aos arquivos desclassificados e pela paciência e alto grau de profissionalismo demonstrado.

Gostaria de agradecer profundamente ao Ministério da Defesa Nacional, por me ter patrocinado o curso, especialmente ao Sr. Pedro Sekunangela, cujo sentido de compreensão e bom senso possibilitou o meu ingresso no mesmo. O meu muito obrigado

Finalmente, mas não menos importante, à minha esposa, Lena, aos meus filhos, Kika, Vité e Marcos, pelo sacrifício a que os submeti com as minhas ausências mesmo estando presente.

TABELA DE CONTEÚDO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
DEDICAÇÃO.....	5
AGRADECIMENTOS.....	6
TABELA DE CONTEÚDO.....	7
INTRODUÇÃO.....	9

CAPÍTULO I- ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1.1	África e as Potências Coloniais.....	14
1.2	O Pós-Segunda Guerra Mundial e o seu Impacto em Portugal e Angola.....	19
1.3	As Origens e a Evolução dos Movimentos de Libertação Nacional (FNLA, MPLA e UNITA).....	24
1.3.1	A FNLA.....	27
1.3.2	O MPLA.....	35
1.3.3	A UNITA.....	41
1.4	Questão chave	46
1.5	Objecto da Investigação	46
1.6	Objectivo Geral	46
1.7	Objectivos Específicos.....	46
1.8	Hipóteses.....	47
1.9	Estado de Arte.....	47

CAPÍTULO II- O COLONIALISMO PORTUGUÊS E ANGOLA

2.1	O Estado Novo e o Nacionalismo Angolano.....	50
2.2	A Luta Armada de Libertação Nacional em Angola.....	64
2.3	As Superpotências e a Guerra Anti-colonial.....	71
2.4	África e o seu papel na luta pela descolonização de Angola.....	77

CAPÍTULO III-	ANGOLA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA	
3.1	O 25 de Abril e a Queda do Estado Novo.....	82
3.2	A Descolonização de Angola: O Acordo de Alvor.....	85
3.3	Angola no Centro das Superpotências.....	90
CAPÍTULO IV-	A VIRAGEM INTERNA E O CONFRONTO LESTE-OESTE	
4.1	Os Movimentos de Libertação Nacional e a Estratégia de Conquista de Poder.....	100
4.2	A Internacionalização do Conflito.....	106
4.3	A Proclamação da Independência,	117
CONCLUSÕES	121
BIBLIOGRAFIA	123

INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o domínio das duas superpotências dela emergentes, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tornou-se tão nítido que uma certa versão do mundo bipolar era a representação mais fiel da realidade. Na disputa de zonas de influência, apoiaram a formação de resistências contra a presença europeia nas suas colónias. Mesmo nos territórios onde o nacionalismo pretendeu preservar o seu próprio processo de luta, a influência das superpotências esteve invariavelmente presente quer no apoio ideológico e doutrinário, como no apoio material.

Ambos os países eram anti-colonialistas, embora cada um à sua maneira. A URSS considerava o imperialismo e o colonialismo como uma forma de exploração do homem pelo homem ao passo que os EUA baseavam-se na sua tradição histórica, a autodeterminação dos povos.

Enquanto isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em 1960 a resolução 1514 que no essencial consagrava o direito à autodeterminação dos territórios colonizados, ao mesmo tempo que condena os países que reprimem os movimentos independentistas. Aliado a este facto, começa a surgir nas metrópoles uma onda de solidariedade para com a causa da independência, motivada fundamentalmente pelo desgaste causado pelas guerras nas colónias. Esta situação, levou a que alguns países como o Gana se tornassem independentes na segunda metade dos anos 50 do século XX.

Contudo, a década de 1960 foi sem dúvidas a que marcou a história do continente no que concerne à sua libertação do jugo colonial. Com efeito, nesse período, 17 países africanos alcançaram a sua independência, pondo fim a um longo período de colonização imposto pelas potências europeias. A independência destes países, foi fruto de um acumular de situações corrosivas que amadureceram com o fim da 2ª Guerra Mundial e cujas consequências redundou na fragilização e no aniquilamento dos impérios coloniais.

No entanto, as ex-colónias portuguesas em África não faziam parte deste leque de novos estados africanos, não porque não estivessem interessadas, mas pela obstinação de Portugal, que tentava a todo o custo perpetuar o seu domínio e autoridade sobre elas, em contravenção ao Artigo 73 do Capítulo XI da Carta da Organização das Nações Unidas, que exigia os seus filiados com “territórios sem governo próprio” a prepará-los para se governar a si próprios. As autoridades portuguesas contornavam este Artigo, argumentando que não possuía colónias mas sim províncias ultramarinas. Neste contexto, Angola teve de esperar até 11 de Novembro de 1975 para tornar-se um país independente, depois de catorze anos de luta armada.

Apercebendo-se de que o colonialismo não cairia sem luta, os Movimentos de Libertação Nacional (MLN) designadamente o MPLA e a FNLA, e mais tarde a UNITA, decidiram pegar em armas para combater o regime colonial, através de uma luta armada que teve início a 4 de Fevereiro de 1961, quando cerca de duas dezenas de homens armados com catanas e paus, ligados ao MPLA, atacaram a Casa de Reclusão e a Cadeia-prisão de São Paulo, para libertarem os presos políticos que aí se encontravam e ao que se sabia, estavam prestes a serem deportados para Portugal e para Tarrafal de Santiago em Cabo-Verde.

Em consequência do ataque, que no entanto não chegou a alcançar os seus objectivos, o governo português empreendeu uma verdadeira caça às bruxas, passando a pente fino os musseques de Luanda e matando indiscriminadamente todos os suspeitos de estarem conectados com a acção do 4 de Fevereiro. Como consequência, muitos nacionalistas viram-se forçados a deixar o país, juntando-se a outros tantos que já se encontravam no Congo Leopoldville que serviu como retaguarda segura dos dois principais Movimentos de Libertação Nacional, nomeadamente a FNLA e o MPLA.

Tal com se disse anteriormente, os MLN foram sendo apoiados ao longo da luta de libertação nacional pelas duas superpotências. Os Estados Unidos da América, apoiavam inicialmente a FNLA liderada por Holden Roberto, tendo numa fase posterior estendido o seu apoio à UNITA liderada por Jonas Savimbi que no entanto foi apoiado pela China nos primórdios da sua existência. O MPLA, por sua vez, recebeu o apoio da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O apoio concedido pelas superpotências aos MLN enquadrava-se no âmbito da sua estratégia de criação de zonas de influência em todo o mundo, dando corpo a aquilo que se convencionou chamar de Guerra Fria. O apoio destes dois países que polarizavam a conjuntura internacional começou a ser prestado nos primórdios da década de 60, de forma ténue, e era na fase inicial fundamentalmente político e em termos de bolsas de estudo oferecidas aos membros dos MLN para se formarem nas universidades desses países, alguns, e receberem treino militar, outros tantos. Contudo, e conforme a situação foi evoluindo, os apoios não somente foram aumentando, mas como também foram mudando de natureza. Nesta conformidade, os dois “colossos” passaram a fornecer apoio financeiro e material aos seus protegidos na expectativa de “marcarem” o seu lugar junto dos futuros governantes da Angola independente.

De forma clandestina, os Estados Unidos da América, investiram através da CIA milhões de dólares no apoio à FNLA de Holden Roberto, numa aliança onde Mobutu Sesse Seko do ex-Zaire não poderia ter ficado de fora. Apercebendo-se que a União Soviética levava-lhe vantagem na concorrência, os Estados Unidos decidiram não somente incrementar o apoio à FNLA, mas como também passar a apoiar a UNITA de Jonas Savimbi, juntando-se-lhes posteriormente à África do Sul do Apartheid, sendo que esta coligação, incluindo comandos zairenses e mercenários de várias origens recrutados pela CIA viriam invadir o país pelo norte e pelo sul com o objectivo de impedir que Agostinho Neto proclamasse a independência de Angola no dia 11 de Novembro de 1975.

O MPLA, por sua vez, depois de ter ultrapassado uma fase menos boa nas suas relações com a ex-URSS, devido a querelas internas no seio de Movimento, passou a receber apoio substancial em armas e equipamento militar, o que lhe permitiu superar os seus adversários na corrida ao poder, a escassos meses da data prevista para a independência do país, expulsando a FNLA e a UNITA de Luanda. Tendo o controlo da capital, e prevendo a invasão do país por forças estrangeiras, Agostinho Neto, solicita a ajuda de Cuba que responde, enviando tropas para Angola em socorro ao MPLA, combatendo lado a lado com as FAPLA em Kifangondo e no Kuanza Sul, onde travaram a invasão pelo sul desencadeada pelo Exército Sul-Africano, UNITA, FNLA e ELP, bem como a do norte, levada a cabo pela FNLA apoiada por forças zairenses, sul-africanos e mercenários.

Nas vésperas da independência, as duas superpotências jogavam o tudo ou nada para manter a sua hegemonia e salvaguardar os seus interesses na região da África Austral, influenciando e até certo ponto determinando mesmo o curso dos acontecimentos e o destino do país, num conflito que lhes era completamente alheio.

Este trabalho, aborda fundamentalmente o envolvimento destas superpotências em Angola ao longo do processo de descolonização, mormente o seu apoio aos Movimentos de Libertação Nacional e a influência que eles tiveram sobre o desfecho do referido processo que culminou com a independência de Angola no dia 11 de Novembro de 1975.

Análise dos capítulos

Este trabalho possui uma introdução, 4 capítulos e conclusões a saber:

Introdução, onde é feita uma breve panorâmica da conjuntura internacional, no pós 2ª Guerra Mundial, dominada pelas duas superpotências dela emergentes, e o apoio por si prestado aos Movimentos de Libertação Nacional contra as potências colonizadoras, com vista a se libertarem do colonialismo e tornarem-se independentes.

O Capítulo 1 retrata a relação entre a África e as potências coloniais, a natureza dos primeiros contactos entre europeus e africanos e a evolução que os mesmos tomaram com o decorrer do tempo, a desfavor dos africanos que foram levados para longe das suas terras, trabalhando como escravos na Europa e na América. Como não podia deixar de ser, o Capítulo refere-se ainda à Conferência de Berlim, onde o destino de Continente foi traçado pelos europeus quando o dividiram entre si, separando reinos, tribos, clãs e famílias que passaram a pertencer a países diferentes. Finalmente, o Capítulo faz uma abordagem sobre o impacto da 2ª Guerra Mundial em Angola e em Portugal, bem como fala das origens e evolução dos Movimentos de Libertação Nacional em Angola.

O Capítulo seguinte, faz uma abordagem sobre o Estado Novo e o nacionalismo angolano, incidindo sobretudo no surgimento das primeiras associações políticas e suas actividades no sentido de despertar a consciência dos angolanos em prol da luta para a

libertação do país. Outrossim, O Capítulo faz uma longa abordagem sobre a luta armada de libertação nacional, culminando com o posicionamento das superpotências diante da guerra anti-colonial.

O Capítulo 3 faz referência ao Movimento das Forças Armadas que derrubou no dia 25 de Abril de 1974 o Estado Novo, o processo de descolonização de Angola que foi uma consequência directa do 25 de Abril, assim como as estratégias utilizadas pelas superpotências e os diferentes actores externos com interesses em Angola, com vista a lograrem os seus objectivos.

O Capítulo 4 é dedicado a estratégia utilizada pelos Movimentos de Libertação Nacional para conquistarem o poder em Angola, numa altura em que o Acordo de Alvor foi posto de parte com a queda do Governo de Transição. Mais adiante, o Capítulo faz uma abordagem sobre a internacionalização do conflito, com a entrada em Angola de vários exércitos regulares e forças militares, terminando com a proclamação da independência de Angola.

Finalmente, temos as conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1.1 ÁFRICA E AS POTÊNCIAS COLONIAIS

Falar da África e das potências coloniais, é falar não somente da história do período colonial do continente, mas, ao mesmo tempo, implica falar da África no período pré-colonial e, posteriormente, das relações comerciais directas com os sistemas mercantil e capitalista da Europa e América que teve início antes do ano de 1500.

Quando os europeus chegaram à África, encontraram muitos reinos organizados, com uma administração política, económica e social bastante funcional. De igual modo, o continente apresentava-se muito forte do ponto de vista da sua cultura. Todos estes aspectos da vida dos africanos que expressavam a sua forma de pensar, de ser e de estar viram-se de repente invadidos pela vontade de outros povos cuja forma de ser e de estar contrastava com a sua, impondo os seus hábitos e costumes, as suas ideias e a sua vontade, numa relação que começou de forma aparentemente igual mas que não tardou mostrou as suas verdadeiras intenções.

Com efeito, quando os europeus chegaram às costas africanas, as suas relações com os nativos (reis e sobas) que aí encontraram eram caracterizadas por alianças e acordos que eram celebrados com base na “amizade e reciprocidade de vantagens”. No entanto, aos poucos, essas relações foram mudando de carácter, passando os europeus a controlarem-nas cada vez mais e mais, e por fim, a dominarem-nas por completo, dando assim início a inauguração de uma nova era, a era do “desenvolvimento à custa do subdesenvolvimento”.

Este processo conheceu um incremento exponencial com a revolução industrial na Inglaterra no Século XVIII. Neste contexto, os europeus enviaram os seus exércitos que começaram a invadir o continente seguindo-se depois a subjugação dos seus habitantes, dando-se assim início a história da resistência dos africanos contra a ocupação europeia e ao mesmo tempo a da acomodação do sistema colonial. Confrontados com uma nova realidade, para a qual não estavam preparados, os líderes africanos procuravam de

alguma forma, encontrar resposta e dar solução aos novos problemas surgidos, questionando-se a si mesmos sobre a razão de ser dos mesmos, tardando no entanto a resposta a chegar.

Com efeito, a exploração das matérias-primas do continente africano e da sua mão-de-obra continuou a ser nos Séculos XVII e XVIII e uma boa parte do Séc. XIX, uma fonte de obtenção de capital que era depois utilizado na Europa Ocidental. Deste modo, África contribui de maneira significativa para o desenvolvimento de sectores chaves da vida das potências coloniais bem como de toda a sua estrutura económica, comercial, industrial e financeira.

Falar do continente africano e das então potências coloniais, implica falar de uma relação de cerca de meio Século, que começou de certo modo pacífica, mas que foi gradualmente tomando um cariz não só desigual, mas sobretudo opressor. Significa falar do africano que de homem livre que era antes da chegada dos europeus, passou a ser escravo na sua própria terra quando não era transportado como um simples animal para outras partes do mundo onde era vendido e iria trabalhar como propriedade privada do seu dono europeu.

No entanto, é preciso dizer aqui que de certa forma a conquista de África pelos europeus foi facilitada pelas inúmeras divisões políticas verticais que caracterizava as sociedades africanas onde a família era o núcleo, sendo que pouquíssimos estados possuíam uma verdadeira solidez territorial.

Levada a África para a órbita da Europa Ocidental, tal facto acelerou o desenvolvimento técnico do velho continente que passou a ter o primeiro, como a principal fonte de matérias-primas e de mão-de-obra barata, com sérias consequências para os estados africanos que se viram despojados não somente dos seus recursos naturais, mas sobretudo do seu recurso principal, a sua população, o que provocou o despovoamento, enfraquecimento e a queda de muitos estados.

De 15 de Novembro de 1884 à 26 de Fevereiro de 1885 realizou-se a Conferência de Berlim, numa iniciativa de Portugal e organizada pelo Chanceler Otto von Bismarck da Alemanha, país que apesar de não possuir colónias em África ambicionava tê-las.

Participaram na Conferência, 15 países sendo 13 europeus, os EUA e a Turquia que era na altura o centro do Império Otomano. A dado momento do evento, Portugal apresentou aquilo que viria a ficar conhecido como o Mapa Cor-de-Rosa, projecto que consistia em ligar Angola à Moçambique de modo a proporcionar uma comunicação entre as duas colónias, o que viria a facilitar o comércio e o transporte de mercadorias. Apesar de se ter alcançado consenso à volta do assunto, à Inglaterra, de quem Portugal era aliada, lançou um ultimato (ultimato inglês de 1890) em virtude do projecto colidir com os seus interesses, ameaçando desencadear guerra contra Portugal caso este país não renunciasse ao mesmo. Não possuindo capacidade militar nem económica para ousar desafiar aquela que era tida na altura como a maior potência europeia, e temendo represálias que poderiam conduzir à uma crise com perda de territórios que possuía em África, Portugal abandonou o seu projecto.

A 26 de Fevereiro de 1885, os representantes plenipotenciários dos países presentes à Conferência, assinaram o Acto Geral, que foi oficialmente publicado no mês seguinte juntamente com a Convenção de Reconhecimento dos Limites de acção da Associação Internacional Africana e o livro das Propostas e projectos discutidos durante o evento.

Durante o período que durou a Conferência, foram analisadas as seguintes seis questões fundamentais, ligadas aos interesses coloniais na África Central: 1- liberdade do comércio na Bacia do Congo e seus afluentes; 2- interdição do comércio de escravos; 3- neutralidade dos territórios na Bacia do Congo; 4- navegação no Congo e no Níger; 5- condições essenciais a serem seguidas nas novas ocupações no continente africano; e 6- quais as ocupações já efectuadas que seriam consideradas como efectivas.

Não obstante esta agenda, o objectivo principal gravitou à volta da organização e ocupação de África pelas potências coloniais, tendo sido a sorte do continente negro ditada pelas potências colonizadoras, o que resultou numa divisão que não respeitou nem a história nem as relações étnicas e familiares dos africanos. As fronteiras nacionais decorrentes da Conferência foram impostas pelas potências colonizadoras segundo os ditames dos seus interesses e não segundo o status quo anterior à ocupação europeia. Neste contexto, muitas nações no sentido das formações sociais antigas africanas, passaram a fazer parte das novas fronteiras, sendo que tribos que anteriormente eram hostis umas às outras passaram a ocupar e a pertencer ao mesmo

espaço colonial ao passo que muitas famílias e reinos foram desintegrados, o que originou com que membros da mesma família fossem separados uns dos outros, passando a pertencerem à países diferentes.

Em consequência desta Conferência, a Grã-Bretanha passou a administrar os territórios da África Austral com excepção de Angola, Moçambique e Sudoeste Africano (Namíbia), toda a África Oriental com excepção do Tanganica e partilhou a Costa Ocidental e o norte com a França, a Espanha e Portugal. O Congo que era o Centro da disputa, razão pela qual o nome da Conferência em alemão era “Conferência do Congo”, continuou como propriedade da Associação Internacional do Congo, que tinha como accionista maioritário o rei Leopoldo II da Bélgica, país que acabou por ficar também com a tutela da administração do Burundi e do Ruanda à leste. No início do Séc. XX, o continente se apresentava num estado desastroso, reflectindo a célebre passagem do poeta africano e primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, quando dizia que “África parece um corpo inerte onde cada abutre vem debicar o seu pedaço”. As organizações e culturas dos territórios que foram açambarcados se encontravam numa anarquia total. A economia tradicional comunitária ou de subsistência foi completamente desarticulada com a introdução de cultivos exclusivamente destinados para satisfazer as necessidades das metrópoles.

Esta situação se manteve até ao final da IIª Guerra mundial, altura em que as colónias africanas começaram a alcançar a sua liberdade e a adquirir alguma consistência em termos de formato de países modernos, fruto da decadência que se registou à nível das metrópoles que saíram bastante fragilizadas da IIª Grande Guerra e perderam praticamente a capacidade de administrar e manter o seu domínio sobre as suas colónias em África. Se é bem verdade que o fim da guerra na Europa ditou a época de ouro para os países africanos, não é menos verdade que as colónias portuguesas não tiveram a mesma sorte como veremos mais adiante.

Em Angola, por exemplo, quando se deu o levantamento armado dos nacionalistas contra o regime colonial, os negros eram desprovidos dos seus direitos básicos numa sociedade onde uma pequena minoria de brancos tinha o domínio e o controle da economia, da política e do funcionalismo público, através de um sistema que não dava qualquer garantia aos angolanos de saírem da situação de miséria em se encontravam.

Com efeito, essa situação de miséria e pobreza extrema a que os autóctones eram submetidos não só desagradava a estes, mas como também a muitos funcionários públicos e militares que partilhavam o sentimento de revolta e hostilidade contra o sistema opressor, a ponto de admitirem a possibilidade de se juntarem em alguns casos, e noutros, de auxiliarem os Movimentos de Libertação Nacional (MLN), a menos que fossem operadas reestruturações de fundo no sistema colonial que conferisse mais dignidade aos angolanos. Os partidários desta corrente, exigiam que os portugueses os convencessem sobre as vantagens da sua lealdade ao regime, e de igual modo, que fossem abolidas todas as formas de discriminação racial, para além da elaboração de programas económicos e sociais que conduzissem à melhoria das condições económicas e sociais dos nativos, ou seja, se o governo criasse as condições para que os angolanos fossem parte integrante do sistema e tivessem eles mesmos uma participação real no mesmo, os apelos dos nacionalistas seriam ignorados.

No entanto, havia uma outra corrente contrária a esta, que defendia que mais rapidamente os nacionalistas disseminariam os seus ideais pelo país do que Portugal poderia introduzir mudanças de fundo no sistema, pois que não dispunha de tempo nem de meios para fazê-lo, pelo que seria necessário exercer o controlo das populações nativas de modo a impedir que os nacionalistas chegassem à elas. Neste sentido, avançaram com a proposta de confinamento dos nativos em aldeamentos sob a vigilância das forças armadas e da PIDE. Cumprido este pressuposto, estariam assim criadas as condições para se materializarem os programas de desenvolvimento.

Não obstante Portugal ter dispendido muito dinheiro e envidado esforços com vista a permitir que os nativos tivessem melhores oportunidades sociais e económicas, as políticas relacionadas com o programa de repovoamento maciço eram mais para o “inglês ver” do que concretas, e visavam em última estância proteger os interesses e a segurança dos brancos em detrimento dos africanos, piorando assim a sua já insustentável situação. Ou seja, na verdade, as autoridades portuguesas não procuravam encontrar um ponto de equilíbrio em que tanto os interesses dos brancos como os dos nativos fossem tido em conta. Pelo contrário, procuravam obter um compromisso entre a corrente do desenvolvimento e do controlo de modo a poder perpetuar o sistema colonial. Contudo, é preciso dizer que no seio da estrutura militar, policial e do

funcionalismo público, muitas vezes se opuseram a estes programas de repovoamento, pois que, não acreditavam que os mesmos atingiriam os objectivos para os quais haviam sido concebidos. Este cepticismo, acabou por se confirmar, porque longe de ser contida ou esmagada, a subversão cresceu, a ponto de provocar o colapso do regime colonial, embora seja digno de mencionar que o repovoamento provocou alterações de fundo nas sociedades tradicionais africanas cujas consequências se fazem sentir até aos dias de hoje.

1.2 O PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O SEU IMPACTO EM PORTUGAL E ANGOLA

Os cinco anos e oito meses da 2ª Grande Guerra foram verdadeiramente devastadores, causando sérias consequências à solidez dos impérios europeus, a ponto de alterarem radicalmente o sistema das grandes potências com a derrota da Alemanha, Japão e Itália, e com a ascensão da China e Rússia, marcando um equilíbrio entre os vencedores em benefício das superpotências.

A Segunda Guerra Mundial alterou profundamente as relações das metrópoles europeias com as suas colónias. Pós a nu a fragilidade dos impérios, que ficaram minados pelas sementes nacionalistas disseminadas durante o conflito, e fez surgir duas superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética, que polarizariam a conjuntura internacional, criando áreas de influência em todo o mundo, numa relação que ficou conhecida como Guerra Fria, tendo conhecido o seu termo em 1991 com o derrube do seu símbolo mais visível, o muro de Berlim.

Ambos os países eram anti-colonialistas, embora cada um à sua maneira. A URSS considerava o imperialismo e o colonialismo como uma forma de exploração do homem pelo homem ao passo que os EUA baseavam-se na sua tradição histórica, a autodeterminação dos povos.

Contudo, é preciso dizer que a Segunda Guerra Mundial não teve em África e em Angola em particular, o mesmo impacto que teve por exemplo para as ex-colónias do sul e do sudeste asiático, onde as potências colonizadoras viram-se forçadas a pôr fim aos longos anos de colonização.

Quando começou a Segunda Guerra Mundial, a 1 de Setembro de 1939 com a invasão da Alemanha à Polónia, a Europa ficou nitidamente dividida em dois blocos. De um lado estava a Alemanha a qual se juntou dois anos depois a Itália fascista de Mussolini e do outro lado estava a Inglaterra e a França que declararam guerra à Alemanha, em apoio à Polónia. Portugal, contudo, declarou-se neutro.

Para as autoridades portuguesas, a sua postura era justificada, porquanto ela decorria da necessidade de defender os seus interesses nacionais, que era na sua óptica o que estava em jogo, e não por simpatias ou identificação ideológica para com qualquer dos beligerantes. Aliás, Portugal vangloriava-se de ter sido pioneira nas expedições marítimas à “descoberta” de outros territórios, razão pela qual apregoava aos quatro ventos que a sua vocação era acima de tudo ultramarina, tendo por isso pouco ou nada a ver com a Europa.

No entanto, apesar de Portugal ter sido um dos países que não sofreu as consequências directas da guerra, pois ela conseguiu manter-se fora do conflito, jogando o papel de aliado não activo pelo menos naquilo que era o seu território continental, o que não se pode dizer do Arquipélago dos Açores e das Ilhas de Cabo-Verde, tendo em conta a sua importância estratégica para a projecção de forças para as mais diferentes partes do mundo e de igual modo para a guerra marítima, como acabou por se confirmar mais tarde.

Se é verdade que António de Oliveira Salazar teve o engenho e a arte de fazer com que Portugal fosse um dos raríssimos territórios onde a paz era uma realidade quando praticamente o mundo inteiro estava em chamas, não é menos verdade que a Guerra tenha trazido consequências económicas e políticas sérias para Portugal que era um país deficitário em termos de alimentos e onde se registava uma acentuada escassez de géneros, o que, como é lógico, provocou uma subida vertiginosa dos preços e com ela a inflação atingiu níveis muito altos. Esta situação obrigou o governo português a tomar uma série de medidas de austeridade económica e financeira, o que, por sua vez, aumentou a corrupção. Diante deste quadro, o país viu-se mergulhado num caos caracterizado por inúmeras greves, tendo a PIDE e o Exército sido chamados a intervir para reprimir os insurgentes.

Por outro lado, os partidos políticos da oposição, principalmente o Partido Comunista Português e os republicanos, acreditavam que havia chegado a altura de se pôr fim ao regime totalitário, tendo por esta razão intensificado a luta política, o que, por seu lado, provocou uma crise política que culminou com a tentativa de golpe de estado fracassado, em 1947.

Do ponto de vista político, o fim da Segunda Guerra Mundial representou para a Europa Ocidental, o triunfo dos sistemas democráticos sobre os totalitarismos. Relativamente a Portugal, não obstante haver reconhecimento ao mérito da obra de Salazar no que concerne à reorganização das finanças, à restauração económica e à defesa da paz, aproveitando as circunstâncias geradas pela Grande Guerra, uma parte considerável dos portugueses entendia que havia chegado o momento de se operar a mudança na forma de governo, privilegiando a forma de governo com base na representação parlamentar em detrimento do totalitarismo que se verificava na altura.

Contudo, não obstante a nova ordem internacional criada com o desfecho da guerra, através da qual, do ponto de vista político, as democracias superaram os totalitarismos como forma de governo na Europa Ocidental, e embora tivesse havido um esforço enorme por parte da oposição no sentido de se condenar a postura de Portugal relativamente a esta nova ordem internacional, o governo de Salazar manteve-se fiel à sua linha política, conseguindo gerir os problemas e as dificuldades que iam surgindo, fruto da pressão exercida quer interna como externamente. Internamente, embora reconhecesse a necessidade de se introduzir mudanças, o regime ilegalizou em 1948 o Movimento de Unidade Democrática (MUD), criado três anos antes com a finalidade de concorrer para às eleições da Assembleia, tendo os membros da sua comissão central sido presos. Acto contínuo, regista-se uma nova vaga de prisões e repressão, sendo a mais notável, a prisão de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, que era até então uma das forças principais de oposição ao governo.

Esmagada a oposição, e relegada à desistência, a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, estavam criadas as condições que levariam o regime vigente a permanecer no poder por mais três décadas, até ser derrubado a 25 de Abril de 1974 com a Revolução dos Cravos.

De uma ou de outra forma, a Segunda Guerra Mundial, fragilizou sobremaneira as potências europeias que possuíam colônias no continente africano, de tal sorte que se viram forçadas a reconhecer a nova ordem internacional ditada pelo desfecho da guerra, que colocou na ribalta duas novas potências que passaram a ditar as regras de jogo, alterando por completo o status quo anterior à guerra e acabando por sentenciar em última instância o destino do colonialismo.

Com efeito, a partir do final da 2ª Guerra Mundial, os europeus foram perdendo a sua hegemonia no concerto político da geopolítica internacional. Os sacrifícios consentidos durante a guerra consubstanciados num elevadíssimo número de vítimas mortais, a destruição considerável das infra-estruturas, e das suas economias e até as divisões entre si, jogaram a favor dos movimentos de libertação nacional.

Neste contexto, a conjuntura do pós-guerra, caracterizou-se pelo declínio do colonialismo e pelo surgimento do Terceiro Mundo, que se viu reforçado nos seus ideais com a realização da Conferência de Bandung na Indonésia em 1955 que abriu boas perspectivas de independência para os países africanos, apoiados quer pelos EUA quer pela URSS, cada um à sua maneira, tal como anteriormente relatado neste trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, começaram a se registar as rupturas entre as potências coloniais europeias e os países africanos colonizados. Em alguns casos, essas rupturas ocorreram através de acordos mais ou menos pacíficos como aconteceu por exemplo com as ex-colônias britânicas, o que a priori, garantiu uma transição pacífica de poder aos africanos, evitando deste modo os traumas da violência e a destruição das infra-estruturas. No entanto, o mesmo já não se pode dizer das ex-colônias portuguesas em África, que tiveram de empreender uma luta armada contra o colonialismo português cujas consequências se resumiram num elevado número de mortos de parte a parte, a fuga de quadros e operários qualificados e a destruição de infra-estruturas.

Esta situação é explicada pelo facto de justamente no momento em que potências europeias como a Inglaterra, a França e a Bélgica, abdicavam dos territórios que ocupavam e colonizavam em África, Portugal, contrariamente à estas, endureceu a sua

posição, numa tentativa de perpetuar a sua presença para manter a colonização com a justificação de levar a civilização aos angolanos.

No entanto é preciso compreender que a diferença entre estas duas formas de rompimento do vínculo colonial tem muito a ver com a abordagem como a colonização foi levada a cabo pelas diferentes potências coloniais. A colonização portuguesa foi marcadamente caracterizada pela discriminação racial, abusos, escravatura e humilhação dos autóctones, enfim, uma injustiça social que provocou desigualdades sociais e políticas muito acentuadas. Tal situação, criou descontentamento e incutiu um espírito de revolta no seio dos angolanos e fez com que estes se manifestassem contra as autoridades coloniais, através de protestos esporádicos que no entanto foram inicialmente sendo dominados pelos colonizadores.

Por conseguinte, só depois da Segunda Guerra Mundial, é que esses protestos passaram a ter um cariz político, devido sobretudo à experiência que alguns angolanos assimilados foram ganhando com as viagens efectuadas ao exterior, onde interagiram com nacionalistas de outros países e com os quais partilharam ideias de luta revolucionária, que os encorajou e impulsionou a não se contentarem com a reforma de um sistema colonial que pouco ou nada oferecia aos angolanos, e a pôr fim à exploração e humilhação dos negros em Angola. Na verdade, muitos destes nacionalistas envolveram-se em Kinshasa, Brazzaville, Accra, Conacry, Lisboa e Paris com os nacionalistas que puseram termo ao domínio colonial britânico, francês e Belga no continente africano. Por outro lado, haviam angolanos que beneficiavam de bolsas de estudo sobretudo das igrejas metodista e católica, e iam estudar para a Europa e para Portugal em particular, onde acabavam por descobrir as fragilidades do império e se viam surpreendidos ao descobrirem que “a maioria dos portugueses que conheciam eram consideravelmente menos “civilizados” que eles próprios”¹, descoberta que serviu de catalisador para a concretização do seu desejo de se libertarem do colonialismo.

O fim da 2ª Guerra Mundial despertou a consciência dos autóctones subjugados para a discrepância latente entre os ideais de defesa da liberdade propalados pelos europeus e a negação dessa mesma liberdade aos povos das colónias. Neste sentido, e chegados à conclusão de que as suas reivindicações justas e pacíficas não surtiam qualquer efeito,

¹ Bender (2004:255)

até porque não havia qualquer predisposição das autoridades coloniais para atendê-las, os nacionalistas angolanos concentraram os seus esforços em prol da independência total e completa. É nesse contexto que surgem os primeiros movimentos nacionalistas, o MPLA e a FNLA, que em Fevereiro e Março de 1961 respectivamente, protagonizaram os primeiros ataques armados visando a independência de Angola, embora cada um deles tenta chamar à si a responsabilidade do início da luta armada de libertação nacional como veremos nos capítulos posteriores.

1.3 AS ORIGENS E A EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Os MLN constituíram uma das principais forças políticas que operaram em África no Século XX e provocaram mudanças profundas na geografia política do mundo actual. Nas diferentes abordagens feitas em torno deste fenómeno social, alguns académicos dão como certo a preexistência da nação mobilizada por estes movimentos e concentram-se na análise que ajuda a compreender as razões por detrás do seu sucesso ou fracasso, suas estratégias e táticas, bem como a capacidade de mobilizar apoios internos e externos para apoiarem o seu projecto.

No entanto, académicos como Eric Hobsbawn, Immanuel Wallerstein, os Austro-marxistas e R. Whitley ao analisarem os MLN, dão primazia ao relacionamento existente entre o seu desdobramento e as principais mudanças que singularizam o processo de modernização do Séc. XX.

É um dado adquirido que os MLN foram surgindo como consequência do desenvolvimento desequilibrado associado à expansão global do capitalismo. Na sua luta, eles tentaram quase sempre construir uma frente internacional comum, associando os movimentos envolvidos. Aspectos como a simpatia mútua, estratégia comum e abordagem táctica ajudaram na construção dessas frentes comuns que garantiram a sobrevivência da vitória dos MLN após a conquista da independência política.

A colonização da Ásia e da África, por exemplo, produziu uma vaga de MLNs mais importantes que acabou por vencer a luta pela sua independência nacional após a II Guerra Mundial. Os MLN da Ásia e da África por exemplo eram bastante diferentes se

atendermos a questões como o passado e a história recente dos seus povos, as forças sociais, os partidos políticos e ideológicos e as tendências que eles representavam, a visão que tinham em relação ao futuro das sociedades a serem construídas ou reconstruídas, e o seu relacionamento com o Ocidente eram pontos onde eles se diferenciavam. Contudo, tinham um projecto comum que contemplava a descolonização política completa do continente, sendo que os estados que resultaram das vitórias dos MLN após a 2ª GM consideraram como seu objectivo último a conquista da libertação económica, social e política.

De 18 a 24 de Abril de 1955 realizou-se a Conferência de Bandung na Indonésia, que foi sem dúvidas um marco importantíssimo na história dos MLN em África e cujo objectivo era a promoção da cooperação económica e cultural afro-asiática como forma de combate a aquilo que consideravam de colonialismo ou neocolonialismo dos EUA e da URSS, e expressou-se a intenção da criação de um Tribunal de Descolonização. Os 29 países participantes à Conferência, imbuídos do mesmo objectivo, criaram um amplo movimento organizado cujo objectivo era o de acelerar o processo de descolonização. Porém, o espírito de Bandung não foi bem acolhido pelo Ocidente.

Não obstante tal facto, devemos reconhecer, que as condições económicas após a 2ª Guerra Mundial eram verdadeiramente excepcionais e teriam de ser aproveitadas enquanto duravam. Se do ponto de vista económico o crescimento do norte facilitou o ajustamento no sul, já a nível político a coexistência pacífica justamente com a subida do poder soviético aliado ao declínio dos colonialismos francês e britânico e o nascimento das lutas afro-asiáticas pela independência tornou a aliança soviética verdadeiramente eficiente.

Um facto importante a realçar é que os MLN produzidos em cada estágio de desenvolvimento tiveram de confrontar-se com desafios específicos. Assim, um dos grandes desafios por que passaram os MLN em Angola e que até certo ponto teve influência no seu desempenho, e como tal, acabou por afectar a sua estabilidade, é sem dúvidas o aspecto marcadamente étnico ou regional que os caracterizava.

A história dos MLN em África, conheceu um novo alento com as primeiras visitas das autoridades cubanas logo após o triunfo da revolução cubana em Janeiro de 1959.

Assim, em Junho do mesmo ano, Ché Guevara visitou o Egipto, ao que se seguiu a visita de Raul Castro em Julho de 1960. Em Setembro do mesmo ano, Fidel Castro discursou na sede das Nações Unidas, incidindo o seu discurso em questões relacionadas com o continente africano.² Um ano mais tarde, chegava à Havana quinze estudantes da Guiné Conacri para estudar em universidades ou institutos técnicos com despesas pagas pelo governo de Cuba. Um relatório da CIA, de Maio de 1965, dava conta que entre 100 a 200 africanos teriam recebido formação militar em Cuba.

Depois dos países do Magreb, Havana estendeu o seu apoio a outros movimentos de libertação nacional em África, tendo esse apoio se disseminado rapidamente para os países da África Central.

Em Janeiro de 1965, Ché Guevara empreendeu uma visita de três meses à África, numa tournée que o levaria à vários países, no quadro de uma nova importante estratégia cubana que visava o desenvolvimento e o estreitamento de uma relação mais estreita com os estados revolucionários africanos. Neste sentido, a visita de Ché Guevara ao Congo por essa altura, abriu um novo capítulo nas relações entre Cuba e os MLN em Angola, nomeadamente com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Nessa ocasião, Ché Guevara encontrou-se com alguns dirigentes do MPLA e meses mais tarde, um pequeno grupo de instrutores cubanos juntou-se aos guerrilheiros deste Movimento na luta contra os portugueses. Esse apoio de Cuba ao MPLA, foi se aumentando e consolidando com o tempo, e veio a se tornar num importantíssimo elemento no garante da independência e da soberania de Angola.

Facto curioso, contudo, é que os MLN em Angola estavam divididos, contrariamente à Guiné-Bissau e Moçambique onde eles se uniram numa frente comum de luta. Os três movimentos guerrilheiros lutavam entre si da mesma forma que combatiam contra os portugueses.³ Este facto, no nosso entender, é sintomático de uma agenda secreta que possuíam, principalmente a FNLA e que passava pela tomada do poder a solo e honrar por outro lado os compromissos assumidos com os seus aliados externos, como veremos mais adiante.

² Gleisejes (2002:12)

³ Ibidem (2002: 233)

1.3.1 A FNLA

A União das Populações de Angola (UPA) tem a sua origem no seio do grupo étnico bacongo, localizado no território que ocupa a faixa costeira dos dois Congo e a parte noroeste de Angola onde se encontrava localizada a antiga capital do poderosíssimo Reino do Congo, Mbanza Congo ou S. Salvador do Congo. Em busca de melhores condições de vida e procurando escapar às arbitrariedades a que estavam sujeitos pelo regime colonial, milhares de bacongos emigram em 1960 para o Congo-Belga, antes da independência daquele país, fixando-se na região do Baixo Zaire num vasto território que vai de Matadi a Leopoldville. Esse movimento migratório, deu lugar a deslocamentos permanentes de pessoas de um para o outro lado da fronteira não somente por razões comerciais mas sobretudo por razões familiares.

Por seu lado, outro grupo de bacongos, muito menos representativo, fixou-se em Luanda onde estabeleceram pequenos núcleos de comerciantes - profissão que dominam como ninguém -, enfermeiros e catequistas, vindo estes desempenharem um papel relevante na disseminação das sementes nacionalistas da UPA.

Contudo, em 1955 morre o Rei do Congo, D. Pedro VII católico devoto, tendo a corrente católica apoiada pelos portugueses entronado D. António III. Este acto não agradou os protestantes cuja intenção era de ter um soberano protestante, imbuído de princípios modernos. Esse grupo de protestantes era liderado pelo Secretário do falecido Rei, Manuel Barros Nekaka que era apoiado por José Eduardo Pinnocky, Francisco Lulendo e finalmente por Holden Álvaro Roberto sobrinho de Nekaka, tendo estes protagonizado várias manifestações de descontentamento diante da residência do Rei recentemente empossado, acabando muitos deles por serem presos.

Indignados com o sucedido, os bakongo protestantes, deram um sentido mais abrangente às suas actividades, contactando para o efeito o Cônsul dos Estados Unidos em Leopoldville e um missionário protestante reverendo George M. Houser que por coincidência estava de passagem pela capital do Congo, sendo este uma eminente personalidade do American Committee on Africa, que era simplesmente o mais importante organismo anticolonialista americano. Esses contactos traçaram o destino da UPA como movimento nacionalista de origem bakongo.

Inicialmente, o grupo não tinha outras ambições que não fossem a denúncia da ocupação portuguesa do Congo, para o qual reclamavam independência ou no mínimo a autodeterminação somente deste território e não do país no seu todo, o que é prova mais do que evidente o seu carácter exclusivamente étnico e regionalista e uma grande falta de visão.

É este pequeno grupo de bakongo protestantes em Matadi e Leopoldville com Nekaka à cabeça, que criou em Julho de 1957 a União das Populações do Norte de Angola (UPNA). No início, juntaram-se ao movimento ABAKO, cujo objectivo era fazer ressurgir o antigo Reino do Congo. Contudo, e à medida que o tempo foi passando, a UPNA foi se distanciando tornando-se um grupo autónomo que viu as suas pretensões evoluírem para outros patamares, tendo nos primórdios de 1958 concentrado as suas intenções para dentro do território nacional. Neste âmbito Holden Roberto foi enviado ao Gana a fim de participar na 1ª Conferência Pan-Africana onde representou Angola. O contacto mantido com as elites ganenses e outros nacionalistas africanos, revolucionou o pensamento político de Holden Roberto que passa a ter agora concepções modernas, democráticas e republicanas em detrimento de concepções monárquicas e regionais. Essa evolução política, leva Holden Roberto a convencer os líderes tradicionais bem como a pequena burguesia bakongo sobre a necessidade de se conquistar a independência não apenas do Reino do Congo, mas de toda Angola com o sistema republicano e democrático.

É nesse novo contexto, e sob a influência dos missionários protestantes, do ACOA e de líderes africanos como Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah e Franz Fanon que a UNPA passa a chamar-se a partir de Novembro de 1958, União dos Povos de Angola (UPA), o que lhe confere um sentido mais nacional, embora, em termos práticos, isso não tivesse mudado a natureza étnico-regionalista que a caracterizou desde o seu surgimento. Entretanto, esta nova abordagem permite que a UPA estende a sua influência entre 1959 e 1960 em toda a faixa noroeste de Angola incluindo todo o litoral até Lobito, e Malange. Contudo, a UPA não conseguia esconder o seu carácter racista, acusando os mulatos e assimilados, ao mesmo tempo que os criticava pela sua predominância na Liga Nacional Africana e na Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), o que criou uma grande desconfiança deste movimento não somente em relação aos mestiços

mas também para com os negros assimilados, cujas consequências com o decorrer do tempo jogaram a seu desfavor causando-lhe danos irreparáveis.

A nível da Europa, a UPA granjeou simpatias e conquistou apoios nos países ocidentais graças ao trabalho realizado por Jonas Savimbi na altura estudante na Suíça e seu representante, e que deve ter contado certamente com a ajuda dos protestantes, que tinham uma forte influência nessas paragens. Outro pormenor de realce, era que a UPA se fazia sempre presente nas reuniões pan-africanas e dos países não alinhados e até mesmo nas sessões da ONU.

Apesar de ser um homem com uma cultura política moderna, Holden Roberto não conseguiu se libertar das suas origens étnicas e religiosas, fazendo rodear-se essencialmente por elementos da sua etnia, não somente a nível de cúpula, mas como também da base militante. Mesmo de entre os bacongo, primazia era dada para aos oriundos de S. Salvador do Zaire em detrimento dos nascidos no Uíge e pior ainda para os não bacongo, pese embora, como é claro, raríssimas excepções.

Em Janeiro de 1961, ao chegar à Leopoldville, regressando de Nova Iorque onde participara na XV Sessão da ONU, Holden contraria as decisões de uma ala moderada, tomadas numa reunião realizada em Outubro de 1960 através das quais se deveria dar primazia às negociações com Portugal visando a independência, em detrimento da luta armada. Este posicionamento de Holden provocou uma grande crise e cisão no seio do movimento, que culminou com a expulsão de vários membros de proa, tendo estes fundado o Movimento pela Defesa dos Interesses dos Angolanos (MDIA), chefiado por Jean Pierre Mbala, tendo assumindo uma postura de colaboracionismo com Portugal.

Holden, por sua vez, procura dinamizar o movimento, recrutando para o seu seio jovens universitários do sul de Angola com destaque para Jonas Savimbi e o Dr. José João Lihuca, que passaram a assumir as funções de Secretário-Geral e posteriormente Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE e Director do Bureau Político e mais tarde Ministro do Interior do GRAE respectivamente. Por outro lado, a saída de antigos membros da cúpula, nomeadamente Barros Nekaka, e Johnny Eduardo Pinnock, permitiu a Holden Roberto fortalecer a sua liderança no seio do movimento.

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) resulta da fusão a 29 de Março de 1962 de dois partidos, (UPA e PDA primitivamente de feição nitidamente regionalista). Pouco mais de uma semana depois da criação da FNLA, Holden Roberto, forma o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Embora não tenha sido reconhecido por qualquer estado africano nos primeiros catorze meses após o seu surgimento, a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) a 20 de Maio de 1963 foi uma grande mais-valia para o GRAE. Trinta dias depois da primeira reunião da OUA, o GRAE foi oficialmente reconhecido pelo Governo do Congo através de uma declaração feita pelo Primeiro-Ministro Cyrile Adoula em Junho de 1963. Coincidência ou não, a verdade porém, é que Adoula tinha recebido dias antes, o Sub-Secretário de Estado norte-americano Mennen Williams, de visita ao Congo, razão pela qual levantaram-se fortes suspeitas de que o reconhecimento do GRAE pelo Congo teve a mão invisível dos EUA, embora este país tenha oficialmente negado qualquer influência na declaração de Adoula. Um relatório dos Serviços Centrais de Coordenação de Informação de Angola (SCCIA), dizia que, “Em face aos resultados da Conferência de Addis Abeba, colocado o Congo Leopoldville perante a necessidade de tomar atitudes decisivas e concretas contra Portugal, resolve à pressa adoptar uma solução que lhe permita manter relações diplomáticas e económicas com Portugal, mas que não comprometa a sua posição de fidelidade ao pan-africanismo. Entendeu por bem, ao que se crê sob influência dos EUA, reconhecer o GRAE, Governo constituído por elementos da FNLA”.⁴ Discursando em Lisboa, e mostrando-se desconfiado do envolvimento americano no reconhecimento do GRAE, Salazar disse que atendendo as “relações muito especiais entre os EUA e o Congo, “não era surpresa” que o Governo de Adoula “reconhecesse de Jure uma espécie de associação terrorista criada em Kinshasa para operar em Angola e apoiada abertamente por fundos americanos”⁵

Verdade seja dita, os EUA apoiavam Holden Roberto e a dada altura, numa conversa com o Encarregado de Negócios de Portugal, o Embaixador americano em Kinshasa, disse-lhe que “chegara o momento de Lisboa começar a negociar com Holden Roberto”.⁶ Aliás ficou mais tarde provado que o próprio Holden Roberto era um agente

⁴ Arquivos da Pide, 3532/63-S.R. pag. 178

⁵ Schneidman (2004:89)

⁶ Ibidem (2004:111)

da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) e que auferia um ordenado mensal de dez mil dólares.

Nesta base, o GRAE, herdeira da UPA, contou sempre desde a sua criação, com o apoio americano concedido através de organizações particulares, nomeadamente as de interesses económicos e religiosos, apoiando-se as primeiras nestas últimas e estando quase invariavelmente estas últimas ao serviço daquelas.

O facto de os Estados Unidos da América estarem fortemente instalados no Congo Leopoldville, onde tinham uma grande influência, serviu de “abono de família”, reforçando a posição da FNLA, reforço este para o qual a feliz coincidência de Cyrile ADOULA ser amigo de Holden, também contribuiu.

Por estes motivos, a FNLA atravessou um período de euforia a que correspondeu larga actividade por parte dos seus dirigentes, tanto na busca de apoios “diplomáticos” como na conquista de novas áreas de influência do partido, elegendo para zonas de novas actividades as regiões que se situam ao Norte da Lunda e Malange e a Leste da Lunda e Moxico.

No entanto, e embora prestasse o seu apoio à FNLA, os Estados Unidos não tinham plena confiança em Holden Roberto, tendo por esta razão diminuído a certa altura o auxílio que vinha prestando ao seu movimento, o que conduziu a uma baixa intensidade das suas actividades, vendo-se esta na necessidade de diminuir as suas acções e arregimentar outros apoios no campo socialista, nomeadamente na República Popular da China.

Contudo, há um facto político que veio alterar sobremaneira o status quo então existente entre os Movimentos de Libertação Nacional. O reconhecimento do GRAE pelo Congo, provocou sérias alterações no equilíbrio até então registado entre os partidos angolanos no Congo Leopoldville, obrigando a que estes extremassem os seus campos e acentuassem as suas tendências.

Neste contexto, e pelo facto de o Congo Brazzaville não concordar com a medida tomada pelo seu vizinho, o Congo Leopoldville, chama para a influência de Abade

Youlou os demais partidos que se opunham à FNLA, isto é, o MPLA e os moderados, deixando o GRAE numa posição privilegiada junto do Governo do Congo Leopoldville, de quem passou a beneficiar de apoio exclusivo.

Não obstante os apoios e as simpatias de que gozava por parte de Washington e de Leopoldville, nos primórdios de 1964, a FNLA foi afectada por uma crise sem precedentes nas suas hostes, originada fundamentalmente pela diferença de personalidade entre Holden Roberto e Jonas Malheiro Savimbi, ao tempo Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE. Savimbi, que como é sabido, era de origem étnica ovimbundu, acusa Holden Roberto de tribalismo, racismo e corrupção, o que provocou um aumento da desconfiança entre os apoiantes do Presidente Holden Roberto, da etnia bacongo e os correligionários de Savimbi, oriundos do centro-sul do país, e constituindo o maior grupo etnolinguístico de Angola. As hostilidades entre as duas alas eram de tal ordem a ponto de os dois dirigentes conspirarem entre si de forma aberta. Diante de tal quadro, Savimbi foi demitido do GRAE em Julho de 1964, tendo a sua demissão constituído um grande revés para a FNLA e à liderança de Holden Roberto em particular.

Embora gozasse de prestígio nos meios políticos africanos e internacionais, Holden Roberto era um homem extremamente autoritário com forte apetência pelo poder absoluto. Fiel às suas origens étnicas e religiosas, não hesitou em fazer-se rodear principalmente de indivíduos da sua etnia. As estruturas da FNLA eram essencialmente compostas por bacongos desde a base ao topo e por não ser conciliador, Holden teve vários confrontos com os seus colaboradores mais directos, o que originou a exclusão ou o abandono destes do movimento, como foram os casos de Viriato da Cruz e Jonas Savimbi para só citar estes. Por outro lado, a grande maioria dos angolanos mestiços ou negros de origem kimbundu, idos de Luanda para Leopoldville onde se juntaram à UPA (único movimento nacionalista na altura no Congo), viram-se forçados a abandonar as suas hostes devido ao mau ambiente vivido no seu seio. Tais foram os casos de Aníbal de Melo, Carlos Belli Belo e tantos outros. Outro caso não menos notável, foram as divergências com o Chefe do Estado-Maior do Elna, Marcos Kassanga devido ao assassinato do Comandante Tomás Ferreira do MPLA juntamente com 21 guerrilheiros da sua coluna, além da acusação de exterminar todos quantos não

falassem kikongo, não pertencessem à sua etnia e não fossem protestantes. Com todos estes problemas, Holden viu-se fragilizado no início da década de 60.

Apesar dessa fragilidade, Holden aproveitou da melhor maneira alguns acontecimentos políticos registados na altura, como sejam a revolta dos trabalhadores da COTONANG na Baixa de Kassanje, o desvio do navio português Santa Maria para Luanda pelo Capitão Henrique Galvão e o ataque no dia 4 de Fevereiro à Casa de Reclusão por nacionalistas angolanas, para fazer história ao desencadear o ataque de 15 de Março de 1961 contra os portugueses e suas propriedades no norte de Angola.

Por outro lado, torna-se importante realçar que a UPA procurou vincar sempre a sua posição ao longo da fronteira norte impedindo o MPLA de realizar acções no interior de Angola e obter algum protagonismo. Foi assim que em Novembro de 1961 a primeira coluna de guerrilheiros do MPLA chefiada por Tomás Ferreira “Bomboco” e composta por mais 21 guerrilheiros foi interceptada completamente dizimada por guerrilheiros do ELNA, acto confirmado posteriormente por Holden Roberto numa entrevista com as seguintes palavras: “de facto, tinha dado ordens para interceptar e aniquilar colunas do MPLA que procurassem infiltrar-se em Angola”.⁷ Com essa estratégia, a UPA buscava dois objectivos fundamentais como sejam: impedir o acesso do MPLA ao teatro das operações militares e por outro lado, assumir em exclusivo o ónus da luta contra o colonialismo português. Esse comportamento caracterizou todo o percurso de luta dos dois movimentos até a derrota e expulsão do ELNA pelas FAPLA em Luanda em 1975, a escassos meses da proclamação da independência.

No entanto, a FNLA vê os seus problemas agudizarem-se ainda mais, pois que coincidentemente, em Julho de 1964 Cyrile Adoula, é derrubado através de um golpe protagonizado por Moisés Tshombé, líder separatista do Katanga, que havia recebido apoio de Portugal e da África do Sul, de modo a contrapor o apoio fornecido pela União Soviética à Patrice Lumumba no Congo. Como consequência, o GRAE viu-se mergulhado numa crise organizacional sem precedentes, pois que, foram cortadas todas as iniciativas diplomáticas a Holden Roberto, tendo o quadro se agravado com a

⁷ Cardoso (2009:88)

diminuição de auxílios das organizações norte-americanas e a falta de concretização de apoios por parte dos países do Leste.

Em Dezembro de 1973, Holden Roberto visitou a China tendo conseguido a promessa de apoio militar por parte das autoridades chinesas. Esse apoio veio a confirmar-se com a notícia publicada no jornal diário zaireense *Salongo* que dava conta da promessa da China em enviar 112 instrutores militares para treinar a FNLA no Zaire, sendo que o primeiro contingente já havia desembarcado em Kinshasa. Esse apoio continuou até à data da independência quando tropas coligadas do ELNA, braço armado da FNLA, tropas do exército zaireense e mercenários europeus invadiram Angola pelo norte e tentaram impedir a proclamação da independência.

De entre os movimentos de libertação nacional, a UPA/FNLA foi o que teve maior protagonismo nos primórdios da luta de libertação por várias razões óbvias como, o apoio recebido do Zaíre onde tinha a sua sede e onde residia cerca de meio milhão de angolanos do grupo étnico bacongo. Mobutu, mantinha um forte controlo sobre as actividades da FNLA e deu-lhe substancial apoio político e material que o permitiu manter alguma credibilidade internacional ao que a FNLA comprometeu-se a dar acções ao Zaire caso se consumasse a descolonização de Angola.⁸

No entanto, os dirigentes da UPA/FNLA não souberam capitalizar todas as vantagens que tinham, e foram cometendo muitos erros. A maioria dos seus dirigentes possuíam uma educação belgo-congolesa e não conheciam nem de longe nem de perto a realidade do mosaico político e cultural das elites angolanas, atirando-se contra os mestiços e os “assimilados”, fazendo vincar o seu carácter acentuadamente racista. A estes e outros factores, junta-se, em nossa opinião, outro que concorreu para o fracasso de Holden e sua organização: não possuíam um projecto político aglutinador estruturado e coerente.

Tendo fracassado na sua tentativa de tomar o poder em Angola com a derrota das suas forças militares apoiadas por unidades do exército zaireense, mercenários de várias origens e sul-africanos em Kifangondo no dia 11 de Novembro, a FNLA nunca mais se recuperou, tendo perdido todo o protagonismo da luta de libertação e mergulhado numa

⁸ Cardoso (2009:239)

crise caracterizada pela existência de várias facções o que a tornou num partido político sem frágil e sem praticamente qualquer expressão.

1.3.2 O MPLA

Muitas são as versões sobre a fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido emblemático cuja história se confunde um pouco com a história do próprio país desde o início da luta de libertação nacional. Nos primórdios de 1956, apenas alguns meses depois de ter surgido o Partido Comunista Angolano (PCA) cuja actividade se restringia quase que exclusivamente à região de Luanda, os seus dirigentes acharam por bem dar-lhe um cunho mais nacional, projectando as suas acções clandestinas por outras parcelas do território nacional. Foi nesse contexto que surgiu o Partido de Luta Unida dos africanos de Angola (PLUAA) ao que se seguiu o surgimento de outros movimentos nacionalistas por todo o território que apesar de comungarem a mesma filosofia política, não convergiam no sentido daquilo que era o seu objectivo supremo – a independência de Angola – o que levou os dirigentes destes dois movimentos e de outras organizações com o mesmo cariz a unirem-se e formarem a 10 de Dezembro de 1956 o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), segundo o testemunho do próprio Mário Pinto de Andrade.⁹

A criação do MPLA visava aglutinar numa frente de luta única todas as organizações já existentes de modo a formar células em todo o território nacional com base em princípios pré definidos, o que, emprestaria maior eficácia naquilo que eram os objectivos a serem alcançados. No entanto, algumas organizações não aderiram a este projecto, pois que, preferiram continuar autónomos, o que veio a comprometer tal pretensão. De entre os dirigentes do MPLA, figuram nomes como os de Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e outros. Tendo concluído que todos juntos eram poucos para os desafios que se lhe apresentavam pela frente, a liderança do MPLA foi atraindo para o seu seio outras organizações nacionalistas como o MIA e o MINA o que veio emprestar outra dinâmica ao Movimento, com a criação da direcção e a estrutura do MPLA no interior, o que acabou por confirmar Agostinho Neto como o timoneiro do movimento nacionalista angolano cujo pontapé de saída foi dado

⁹ Cardoso (2009:82)

pelo PCA em 1955 com Viriato da Cruz e Ilídio machado. Outro dado importante a reter é que a nata dos pioneiros que promoveram o MINA em 1959, era na sua maioria oriundos das massas populares, dos musseques de Luanda e de Icolo e Bengo, bastião dos Mbundu, tendo sido eles o suporte de Agostinho Neto e o garante da continuidade da existência do MPLA quando foi da gravíssima crise por que passou esse Movimento em 1963 em Leopoldville que quase levou ao seu desaparecimento, e após o abandono do Movimento pelos angolanos da “corte”, do asfalto.

Contudo, há quem diga por exemplo que a história do surgimento deste partido reside em Viriato da Cruz na altura em que vivia exilado na então República Democrática da Alemanha nos anos de 1958 a 1960, tendo em 1960 aquando da realização da 2ª Conferência dos Povos Africanos realizada de 25 a 30 de Janeiro em Túnis concebido uma sigla e dado um nome, sendo este o primeiro sopro de vida do MPLA, atribuindo-se ainda a este nacionalista a autoria da estrutura política e da bandeira do movimento tal como ela se apresenta nos dias de hoje, tendo finalmente projectado o MPLA à ribalta num discurso proferido na Câmara dos Comuns em Londres em finais de 1960.¹⁰

Da pesquisa por nós realizada, parece ficar claro que a versão de Mário de Andrade é a que mais colhe, e parece encontrar suporte na seguinte passagem de um relatório do Gabinete de Informação e Investigação dos EUA encontrado nos arquivos da PIDE na Torre do Tombo “...José Bernardo Domingos, ex-3º Oficial da Direcção dos Serviços de Fazenda, criador do “Movimento da Independência Nacional Angolana”, vulgo “MINA”, que passou a designar-se “MPLA”, logo após a vinda de Leopoldville, em Maio de 1960, doutro criador daquele “movimento”, Manuel Pedro Pacavira, que se encontra com Lúcio Lara em Brazzaville e deste recebera instruções para dar ao “MINA” a designação de “MPLA” que naquela altura só existia na mente e boca de Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e dele, Lara”.¹¹

Como se pode depreender, a formação do MPLA foi um processo com várias etapas como vimos acima, que foi ganhando corpo com o andar do tempo. Esta tese vai também de encontro com as declarações de Noé da Silva Saúde, nacionalista angolano e membro do Processo dos 50 que numa conversa com o autor deste trabalho revelou que

¹⁰ Pacheco (2010:134)

¹¹ INR 3532/63-S.R. pag. 87

os métodos usados pela PIDE para abafar a acção dos nacionalistas eram tão impiedosos e desencorajadores que a dado momento da luta clandestina, os nacionalistas chegaram à conclusão que independentemente da organização a que cada um estava filiado, era preciso estarem todos unidos numa ampla frente em busca do mesmo objectivo, porque de forma isolada jamais chegariam a alcançar o objectivo principal. De uma ou de outra forma, a verdade é que o MPLA tinha sido criado e viria a se transformar num dos principais, se não mesmo o principal actor da cena política angolana recente, tendo por conseguinte influenciado e determinado o curso da sua história.

Quando foi da sua instalação no Congo, o MPLA passou por enormíssimas dificuldades por razões muito óbvias. Como sabemos, a UPA levava uma grande vantagem por ter sido ela a primeira a chegar a este país, e, em segundo lugar, porque os seus dirigentes eram bacongo, e praticamente estavam em casa, pois que laços culturais como a etnia e a língua uniam os seus dirigentes aos líderes congolezes, para além de possuírem praticamente a mesma educação e terem forjado muitas amizades entre si. Além disso, para estabelecer contacto com as suas bases (kimbundu), os membros desta organização tinham de superar uma série de obstáculos começando pelo majestoso rio Zaire, os postos de controlo dos congolezes, evitar as forças do ELNA e o exército português. Como é de imaginar, o MPLA teve dificuldades acrescidas para estabelecer contacto com o interior, situação que foi compensada com a abertura da Frente Leste em 1966 tendo como retaguarda a República da Zâmbia. Por outro lado, é preciso não perder de vista o facto de que entre 1959 e 1961 os principais líderes desta organização terem sido presos pela PIDE como foram os casos de Agostinho Neto, e muitos outros envolvidos no célebre Processo dos 50 para além de Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz que procuravam em Paris angariar apoios com a ajuda do Partido Comunista Francês, bem como Lúcio Lara que estava em Conacry, onde o movimento tinha instalado o seu primeiro Quartel-General.

No entanto, em Julho de 1962, Agostinho Neto evadiu-se da cadeia onde se encontrava em Portugal e ruma para Leopoldville, juntando-se à Direcção do Movimento. À chegada à Kinshasa, Neto depara-se com um Movimento praticamente inoperante, constituindo a sua chegada, uma lufada de ar fresco para a sua revitalização, ao mesmo tempo que procura mais uma vez sem sucesso, estabelecer uma frente unida com a UPA. Nesta conformidade, o MPLA convoca a sua 1ª Conferência Nacional em

Dezembro do mesmo ano, tendo sido Agostinho Neto eleito Presidente do Comité Directivo, Mário Pinto de Andrade ficou com a pasta dos negócios estrangeiros, Lúcio Lara passou a ocupar o cargo de responsável para organizações e quadros, Manuel Lima com os assuntos militares, sendo que Viriato da Cruz foi afastado da liderança.

Reorganizada a sua estrutura e definidos os objectivos claros de modo a impulsionar a luta armada, o MPLA tentou sem sucesso estabelecer uma frente política com o GRAE, tendo sido o gesto respondido com acção militar. No entanto, longe dos resultados da Conferência Nacional produzir efeitos positivos, as adversidades começaram a surgir no seio do MPLA. Viriato da Cruz que tinha sido afastado em Dezembro, viu-se ferido na sua honra e decide vingar-se com ataques ao MPLA, arrastando consigo os principais intelectuais do movimento naquilo que ficou conhecido no seio do mesmo como “A Revolta Activa”, deixando isolado Agostinho Neto, Lúcio Lara, Eduardo dos Santos e Hugo de Menezes mais alguns militantes cuja projecção quer interna como externa era praticamente nula. Este registo, aliado aos ataques da FNLA, enfraqueceram consideravelmente o MPLA a ponto de lhe retirar capacidade de realizar qualquer acção contra os portugueses. É nesse contexto que a OUA reconhece o GRAE, tendo este acontecimento precipitado a demissão de Mário Pinto de Andrade a 22 de Julho de 1963. Para tornar as coisas ainda pior, Viriato tenta juntar-se à FNLA, o que só se consumou depois de um ano, dadas as desconfianças e hesitações por parte de Holden Roberto, tendo Viriato se sentido não somente traído pelos seus camaradas e companheiros de luta com quem partilhou momentos difíceis em Conacry, mas também por ter se apercebido que tinha sido manipulado por Holden Roberto.¹²

Um mês depois da OUA, coube a Argélia reconhecer o GRAE, o que constituiu um grande golpe para o MPLA dado ao papel activo deste país junto da organização continental e no apoio aos movimentos de libertação nacional, contando o MPLA nessa altura com o apoio da Guiné Conacry e do Gana como confirma esta passagem extraída dum relatório da PIDE: “Juntamente com o Gana, a República da Guiné constitui um dos países africanos que mas manifesta o desejo de contribuir no auxílio aos movimentos emancipalistas angolanos, sendo por vezes através deles, que outros países concretizam os seus auxílios. Prometeram fornecer um número avultado de soldados

¹² Rocha (2009:205)

para apoiar à UPA e o MPLA tendo a Guiné assegurado a cedência de oficiais para treino dos guerrilheiros do MPLA e o Gana se oferecido a receber angolanos para instrução e treino e através da Rádio Gana mantido campanha de acusação contra Portugal e de incitamento aos nacionalistas angolanos.”¹³

Internamente, os ventos também sopravam a favor da FNLA que praticamente tinha assegurado o triunfo com um MPLA praticamente asfixiado. No entanto, quando nada fazia prever o contrário, pois tudo parecia perdido para o MPLA, eis que Lúcio Lara consegue praticamente operar um milagre ao conseguir reunir um número ínfimo de militantes com o qual se muda para Brazzaville depois do MPLA ter sido expulso de Kinshasa em Novembro de 1963 em consequência do reconhecimento do GRAE pela OUA.

Tendo o MPLA se apercebido de que a via político-diplomática não seria suficiente para persuadir as autoridades portuguesas a transferirem o mando para si, e não querendo colocar-se em posição de inferioridade em relação à FNLA, sua adversária por princípio e filiação, enveredou pela luta armada.

Uma vez em Brazzaville, as dificuldades para operar no território nacional continuaram, tendo o MPLA precisado de usar da sagacidade para contornar e escapar às emboscadas dos partidários do GRAE que procuravam a todo o custo eliminar os seus militantes. Contudo, em 1963 Abadé Youlou é derrubado no Congo por Massemba-Débat. Este acontecimento, acabou por favorecer o MPLA que passou a contar com um partido de esquerda no poder de quem recebia todo o apoio político, e tendo permitido que através do seu país o MPLA recebesse uma ajuda considerável da União Soviética em 1964, o que constituiu uma verdadeira reviravolta no panorama da luta de libertação em Angola. Estes factos permitiram que o MPLA se reorganizasse muito rapidamente e fizesse a abertura de uma frente militar em Cabinda que passou a designar-se de 2ª Região Político-Militar. Nessa altura, o MPLA ganhou uma nova dinâmica, dando início a um programa de treino e formação dos seus quadros nos países do leste europeu quer na arte militar como noutros ramos do saber em universidades públicas, ao passo que outros militantes recebiam formação militar no Centro de Instrução Revolucionária

¹³ Arquivo da PIDE (3532/63-S.R. pag.541)

(CIR) em Dolisie. Os resultados deste programa possibilitaram ao MPLA alcançar as chanas do leste de Angola onde abriu a segunda frente militar, ganhando aldeias inteiras e criando mais dificuldades ao exército português. Em 1966, o Movimento conseguiu finalmente fazer chegar com êxito a primeira coluna militar composta por 150 - 200 homens aos Dembos e Nambuangongo, regiões da etnia kimbundu e sua base de apoio. Dotado agora de equipamento militar substancial recebido da Jugoslávia e da União Soviética.

Contudo, convém realçar que com base em relatórios elaborados através de dados colhidos no terreno, o INR concluiu que o MPLA havia “se transformado no mais disciplinado e eficaz dos três movimentos”¹⁴. Na mesma perspectiva, os portugueses reconheciam já, que o MPLA era de entre todos os movimentos de libertação nacional, aquele que possuía uma liderança mais capaz. Esta avaliação decorre sobretudo, pelo facto deste movimento ter aberto a segunda frente (Frente Leste), que veio imprimir uma nova dinâmica à luta de libertação nacional, pese embora as dificuldades a ela inerentes como sejam o transporte terrestre desde Dar-Es-Salaam onde tinha a sua sede, o fornecimento de material por parte dos países da Europa oriental, além é claro, das próprias condições geográficas.

Em busca de uma frente unida com a FNLA, Agostinho Neto assinou em finais de 1972 um acordo com Holden Roberto, tendo Neto aparentemente aceitado o cargo de vice nessa frente, justificando que esse “sacrifício” iria inaugurar uma nova etapa na vida do Movimento, porquanto iria permitir que o MPLA alcançasse os centros do país com uma importância vital, atendendo ao facto de até aquela altura as autoridades zaienses que apoiavam a FNLA, bloquearem os caminhos usados pelos guerrilheiros do MPLA. Esta decisão de Neto, deixou desorientado os militantes do MPLA e causou um mal-estar no seio da liderança soviética a quem o nacionalista procurou convencer explicando as razões da sua decisão, numa visita efectuada à Moscovo em 1973, à propósito.

No entanto, esse projecto não teve pernas para andar, e morreu logo à nascença. Por seu turno, as crises continuaram dentro do Movimento. Depois da “Revolta Activa” de

¹⁴ Schneidman (2004: 180)

Viriato, eis que surge a “Revolta do Leste” liderada por Daniel Júlio Chipenda e integrada por Gentil Viana e outras figuras de proa do MPLA.

Em Setembro de 1974, o MPLA que passava por uma gravíssima crise interna no seu seio, realiza a Conferência Inter-Regional de Militantes na Frente Leste. Esta conferência, permitiu a Agostinho Neto sair fortalecido na liderança do Movimento, e assinar o acordo de cessar-fogo com os portugueses no mês seguinte, tendo desembarcado em Luanda no dia 4 de Fevereiro de 1975 onde foi recebido por milhares de pessoas no então Aeroporto de Belas.

Se é legítimo reconhecer a capacidade de perseverança patenteada pelos dirigentes do MPLA, que souberam superar os vários obstáculos que foram surgindo ao longo da sua trajectória, gerindo inteligentemente as principais crises ocorridas nas suas hostes, principalmente quando foi da sua expulsão do Congo Leopoldville em 1963, e na altura em que se registaram duas cisões no seio do movimento: a Revolta Activa e a Revolta do Leste, para além, é claro, de ter de combater as forças portuguesas e ter de enfrentar um adversário muito forte como era a FNLA no seu próprio habitat, é mister também, reconhecer o apoio substancial que este movimento beneficiava da União Soviética, de Cuba, Jugoslávia e dos seus principais apoiantes em África, nomeadamente a Guiné Conacry, Argélia e a Tanzânia, apoio esse que lhe permitiu sustentar uma guerrilha de cerca de três mil homens e a qual de deveu o seu êxito.

O apoio material substancial recebido da ex-União Soviética e o apelo formulado pelo seu líder, Agostinho Neto à Cuba que culminou com a intervenção das forças cubanas em socorro do MPLA, a escassos dias da Independência, permitiram-lhe suste as duas invasões que o país sofreu à Norte e à Sul nessa altura, e proclamar a independência no dia 11 de Novembro de 1975, e manter-se no poder até aos dias de hoje.

1.3.3 A UNITA

Tendo rompido com a UPA de Holden Roberto onde desempenhou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Malheiro Savimbi, Natural do Munhango Província

do Bié, e não do Huambo¹⁵ decide fundar com um grupo de companheiros seus idos do GRAE, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) de entre eles destacam-se João José Liahuka, David Jonatão Chingunji, Miguel Zau Puna, António da Costa Fernandes, José Manuel Chiwale, Samuel Piedoso Chingunji (Cafundanga) e José Calundungu. Contudo, antes de ter aderido à UPA, Joanas Savimbi teve contactos com os dirigentes do MPLA, porém, não chegou a militar neste Movimento devido ao facto de aspirar a uma posição mais alta na sua hierarquia o que lhe foi negado pelos dirigentes do MPLA. Depois de abandonar o GRAE, Savimbi procurou ingressar no MPLA entre 1964-1965, porém, desta vez, o pedido foi-lhe negado pelo MPLA.

Nesta conformidade, apoia-se sobretudo nos seus conterrâneos e instala-se no leste de Angola na região do Muangai, Moxico e funda em 1966 aquando da realização do seu 1º Congresso Constituinte, realizado de 11 a 13 de Março a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), tendo sido aprovado nesta altura os Estatutos do Movimento. Carecendo de apoios externos com vista a equipar os seus homens e a projectar as suas acções para o interior, a abertura de uma frente no leste de Angola permitiria a Savimbi alcançar mais facilmente o planalto central na perspectiva de conseguir persuadir os ovimbundu a aderirem à sua causa. Não obstante ter desenvolvido acções de guerrilha no Leste, ela não logrou estender estas acções ao bastião dos ovimbundu, tendo contudo, efectuado um intenso trabalho de sensibilização e mobilização política junto do maior grupo étnico do país do qual Savimbi era originário.

Aquando da sua fundação, a UNITA procurou o apoio da China, uma vez que quer a FNLA como o MPLA já tinham assegurado o apoio das duas maiores potências emergentes da 2ª Guerra Mundial, os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas respectivamente. A ida à China e o subsequente apoio das autoridades de Pequim, foram conseguidos graças a ajuda da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) com a qual cooperava estreitamente desde 1965-1966.¹⁶ Alguns dos primeiros grupos de guerrilha da UNITA foram treinados neste país da Ásia, tendo efectuado a sua primeira acção de vulto em Dezembro de 1966 no Luau, com o ataque à vila e à Gare fronteiriça da ex-Teixeira de Sousa. Esta acção, contudo, redundou num

¹⁵ Weeler e Pélissier (2009:316)

¹⁶ Chiwale (2011:131-132)

autêntico fracasso, porquanto resultou apenas na morte do Chefe da PIDE local e de 4 civis do lado dos portugueses, tendo os atacantes perdido mais de 240 homens.¹⁷

Apesar do desaire, a UNITA sabotou o Caminho-de-Ferro de Benguela, inviabilizando assim a circulação do comboio e o transporte de mercadorias para, e da Zâmbia, obrigando os portugueses a encerrá-lo temporariamente. Sem o corredor aberto para o oceano, situação que lhe provocava sérios constrangimentos económicos com repercussões sociais, o governo de Kenneth Kaunda expulsa Jonas Savimbi que acabou por ser deportado para o Egipto, tendo este acto deixado a UNITA numa situação insustentável durante o ano de 1967.

Internamente, a UNITA contou ao longo da luta de libertação nacional, com o apoio de líderes africanos como Félix Ouphouet Boigny ex-presidente da Cote d'Ivoire, Mobutu Sese Seko do Zaire, Kenneth David Kaunda da Zâmbia, do falecido Rei Hassan II do Marrocos, bem como do regime do apartheid da África do Sul. No plano externo, para além da China ela contou com o apoio dos Estados Unidos da América que veio a ser mais tarde o seu principal apoiante.

No dia 11 de Novembro de 1975, enquanto Agostinho Neto proclamava em Luanda o nascimento da República Popular de Angola como nação independente, a UNITA e a FNLA proclamavam em conjunto no Huambo a República Democrática de Angola, sendo que nem Jonas Savimbi nem Holden Roberto se fizeram presentes ao acto.

Apesar de haver rumores que apontavam para o facto de a UNITA ter estado a colaborar com o governo português na luta contra o MPLA ao longo da luta de libertação nacional, os mesmos foram sempre negados pelos dirigentes deste Movimento. Contudo, declarações feitas por Óscar Cardoso, ex-inspector da PIDE/DGS e criador dos Flechas, parecem não deixar quaisquer dúvidas. Segundo ele, as duas partes assinaram um acordo tácito através do qual a UNITA recebia armas, munições e apoio logístico dos portugueses para impedir o avanço do MPLA, sendo que, ainda com base no acordo, os caminhões dos madeireiros podiam circular sem serem incomodados pelos guerrilheiros das FALA. Cardoso vai mais longe ainda, ao afirmar que a PIDE

¹⁷ Pélissier (2009:317)

mantinha contactos com membros da alta hierarquia política e militar da UNITA e que elementos da raça branca viviam em perfeita harmonia com os guerrilheiros da UNITA nos seus acampamentos no Leste.

Os rumores que dão conta da aliança com os portugueses para combater os outros MLN, foram também denunciados pelo semanário francês, *Afrique-Asie* que publicou quatro cartas alegadamente trocadas entre Savimbi e entidades portuguesas em 1972, e caucionado de certo modo por uma carta escrita pelo General Francisco da Costa Gomes que era o comandante das tropas portuguesas em Angola de Maio de 1970 à Agosto de 1972 ao escrever: “A UNITA tinha assinado um acordo no segundo semestre de 1971, que conduziu à suspensão das operações militares.”¹⁸ No entanto, as acusações continuam, e hoje por hoje, parece não ter como serem desmentidas. Segundo ainda o General Costa Gomes, Savimbi teria proposto que as forças portuguesas e a UNITA cooperassem sobre objectivos preestabelecidos “we would be willing to provide guides to enemy zones... I am sure that with our cooperation the MPLA ...would... be eliminated from the east”.¹⁹ Os portugueses, contudo, teriam respondido positivamente a esta proposta do líder da UNITA, prometendo não incomodar as suas forças em áreas específicas onde poderiam receber inclusive apoio humanitário e logístico ao que a UNITA respondeu, prometendo atacar os guerrilheiros da FNLA e do MPLA, bem como informar ao comando português, a localização das forças destes dois Movimentos. As palavras do General Costa Gomes, não deixam margens para dúvidas: “Savimbi proved to be a loyal ally. He told us where the ‘squadrons’ of the MPLA, as he called them, were.”²⁰ Esta revelação, foi reforçada pelas palavras de um outro oficial português: “UNITA, gave the Portuguese forces the decisive weapon in that kind of war: information about the guerrilla base camps.”²¹

A relação atípica existente entre a UNITA e as autoridades portuguesas, foram assim retratadas numa publicação estampada no Jornal português *Expresso* em 1979: “O facto de Savimbi ter colaborado com as autoridades coloniais portuguesas foi amplamente provado que ninguém poderá questioná-lo de boa fé.”²²

¹⁸ Gleijeses, (2003: 239)

¹⁹ *Ibidem* (2003:240)

²⁰ *Ibidem*

²¹ *Ibidem*

²² *Ibidem*

Contudo, os portugueses violaram o acordo assinado com Savimbi, quando em Setembro de 1973 o General Abel Barroso Hipólito foi nomeado como o novo comandante das forças portuguesas no leste, tendo lançado uma ofensiva contra as forças da UNITA, apesar de ter sido advertido de que estavam a decorrer de forma evolutiva, negociações entre os portugueses e a UNITA, com vista a trazer Savimbi e os seus homens para o lado dos primeiros, explica Joaquim da Silva Cunha que foi Ministro do Ultramar de 1965 a Novembro de 1973, tendo mais tarde se tornado no último Ministro da Defesa de Marcelo Caetano. Para ele, a UNITA terá permanecido na área com a permissão dos portugueses porque os ajudava na guerra contra o MPLA. Um outro General português confirma que “Unita was on our side, but...Barroso Hipólito said that for him all the Angolan rebels were the same.”²³ A atitude do General Abel Hipólito ter-lhe-á custado o cargo, pois que, António da Costa Gomes que no entanto se tinha tornado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Portuguesas não teve meias medidas, chamando-lhe à Lisboa e exonerando-lhe das suas funções.

No entanto as autoridades portuguesas reataram os contactos com Jonas Savimbi no início de 1974. Numa altura em que as relações se encaminhavam para o quadro anterior à Setembro de 1973, dá-se em Portugal o 25 de Abril de 1974 que derrubou a Governo de Marcelo Caetano.

Por ocasião do 25 de Abril, de 1974, a UNITA era sem dúvidas o mais fraco dos três MLN, com cerca de 600 a 800 homens nas suas fileiras sem experiência quase nenhuma, comparado com os outros dois Movimentos. Este facto, explica a forma como este Movimento foi expulso de Luanda e das principais cidades do país, sem oferecer qualquer tipo de resistência aquando das escaramuças a poucos meses da independência. Contudo, a organização liderada por Jonas Savimbi, viria a recuperar parte considerável do território angolano incluindo toda a faixa sul até ex-Novos Redondos, quando a África do Sul invadiu Angola com a intenção de impedir a proclamação da independência do país pelo MPLA. Porém, fracassada tal intenção, e na sequência da expulsão das forças sul-africanas, a UNITA viu-se forçada a empreender uma Longa Marcha que a levaria até às terras do “fim do mundo” no Kuando-Kubango, onde organizou uma guerrilha

²³ Gleisejes (2003:241)

que viria a combater o governo instituído pelo MPLA até 22 de Março de 2002, altura em que o seu líder Jonas Savimbi tombou em combate na localidade de Lucusse, província do Moxico.

1.4 QUESTÃO CHAVE

Que factores políticos levaram as superpotências (EUA e União Soviética) a intervirem no conflito angolano na era da descolonização (1950 – 1975), e que formas assumiu essa intervenção?

1.5 OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO

O objecto desta investigação centra-se na avaliação da intervenção das superpotências no conflito angolano, através do apoio concedido aos Movimentos de Libertação Nacional na era da descolonização 1950 – 1975.

1.6 OBJECTIVO GERAL

Demonstrar até que ponto as Superpotências estiveram envolvidas e influenciaram ou determinaram o curso dos acontecimentos em Angola desde o surgimento dos Movimentos de Libertação Nacional até a ascensão do país à independência a 11 de Novembro de 1975.

1.7 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. **Analisar** a géneses e a evolução dos Movimentos de Libertação Nacional em Angola nas décadas de 50, 60 e 70.
2. **Explicar** o Papel das Superpotências e dos Movimentos de Libertação Nacional na luta Anti-colonial em Angola.
3. **Analisar** as repercussões do 25 de Abril de 1974 assim como a importância dos Acordos de Alvor para a descolonização de Angola.

4. **Analisar** os factos que contribuíram para a viragem interna do conflito angolano e que conduziram à sua internacionalização.

1.8 HIPÓTESES

Várias hipóteses podem ser levantadas à volta do tema. Dentre elas as seguintes:

1. Se as superpotências não tivessem intervindo no conflito Angolano, provavelmente a descolonização teria conhecido outro desfecho, logo, ter-se-ia poupado os angolanos do sofrimento por que passaram ao longo dos anos de guerra que se seguiram depois da independência.
2. Se as superpotências não tivessem influenciado o desfecho do processo de descolonização em Angola, o país não teria regredido várias décadas do ponto de vista do desenvolvimento económico e social.
3. Angola terá se tornado no expoente máximo da guerra fria em África, onde os Estados Unidos da América e a então União Soviética procuravam consolidar a sua hegemonia mediante o apoio político, financeiro e material concedido aos Movimentos de Libertação Nacional, e até mesmo através da formação de quadros militares, e expandir a sua influência na região.
4. O apoio de Moscovo ao MPLA, terá permitido a este MLN derrotar militarmente os seus adversários e proclamar a independência a 11 de Novembro de 1975.

1.9 ESTADO DE ARTE

O final da 2ª Guerra Mundial deu origem a uma mudança qualitativa no panorama internacional com uma redefinição abrangente das relações internacionais. Com efeito, o desfecho da guerra determinou que, países que antes do conflito exerciam uma influência assinalável sobre as decisões tomadas no mundo perdessem esse privilégio em benefício de dois pólos que se transformaram nos centros principais de tomada internacional de decisão. Os países mais influentes antes da Guerra, nomeadamente a

Inglaterra e a França, perderam a capacidade de impor a sua vontade aos demais países, fruto do abalo provocado pela guerra que teve um impacto muito forte quer nas metrópoles como nas colónias.

Em função da nova ordem estabelecida, os dois novos “patrões” da política internacional, - Os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, embora professando ideologias diferentes, convergiam num sentido em relação as colónias em África: o fim do colonialismo.

Não obstante, esse interesse manifestado escondia um outro interesse, porquanto ambos os países pretendiam atrair para a sua órbita os territórios que estavam sob o domínio das potências europeias antes da Grande Guerra. Os EUA queriam ter acesso ao mercado africano, bem como expandir a sua influência no continente. A URSS, por sua vez pautava mais por uma questão ideológica e também, como não podia deixar de ser, procurar também vincar a sua influência.

Apesar das tentativas de criação de coligações multinacionais ou de instituições como a Organização das Nações Unidas, os verdadeiros poderes políticos e económicos que imperaram durante a Guerra Fria foram os EUA e a URSS, que possuindo visões divergentes quanto a gestão dos assuntos internacionais, lideraram cada um deles uma coligação militar - OTAN e Pacto de Varsóvia – que deram corpo a um mundo bipolar, em substituição ao anterior mundo multipolar.

O tema a que nos propusemos apresentar neste trabalho não é algo novo. Na verdade vários autores se referiram sobre o mesmo, sendo que as posições são divergentes. De forma retrospectiva, fala-se de superpotências na época das primeiras grandes civilizações como o Egipto, Império Romano e Império Persa, assim como das primeiras superpotências da era moderna, que teriam surgido no Século XV quando Portugal e Espanha inauguraram a expansão ultramarina europeia, estabelecendo impérios coloniais em África e nas Américas, o que deu à Espanha uma hegemonia inquestionável, não somente na Europa mas como também em todo o mundo, culminando a sua era dourada em 1648 depois da Guerra dos Trinta Anos. Este país, passou o testemunho à França, que no entanto manteve o título até a segunda metade do Séc. XVIII, altura em que foi substituída pelo Império Britânico com o advento da

Revolução Industrial, e conservado o título até ao início do séc. XX. Contudo, não há consenso à volta desta abordagem, não sendo portanto válida a outorga do título de superpotência a estes impérios ou países.

O termo “superpotência”, teria sido usado nos anos de 1930, para fazer referência a um país com uma posição superior a uma grande potência. Porém, o seu autor naquilo que é o seu significado político actual terá sido William Thornton Rickert Fox, na sua obra “As Superpotências”, que o aplicou pela primeira vez em 1943 à URSS, aos EUA e ao Império Britânico. Entretanto, o Império Britânico acabou por desmoronar-se depois da Segunda Guerra Mundial, o que permitiu com que os dois primeiros rivalizassem durante a Guerra Fria. Com a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da URSS em 1991, os EUA passaram a ostentar o título exclusivamente.

Segundo William Fox, Superpotência, é um Estado com capacidade e vontade de exercer uma hegemonia absoluta no quadro de uma sociedade mundial, mediante a disponibilidade de um poderio militar de natureza nuclear, susceptível de criar uma guerra de destruição massiva e simultânea, capaz de pôr em perigo a existência de toda a Humanidade, assim como de uma potencialidade económica e técnica que permita manter e incrementar o dito poderio militar nuclear com a finalidade de garantir a sua capacidade dissuasora.

Os itens mais relevantes na classificação de uma superpotência são o poder real e imediato, enquanto capacidades do uso imediato, via de regra a força militar, assim como os elementos de poder potencial como sejam a economia, a demografia e a geografia.

As superpotências, dispõem de uma potencialidade militar muito qualificada a saber: um armamento nuclear estratégico cuja utilização provocaria o desencadeamento de um conflito bélico, cuja dimensão mundial derivaria não da participação maioritária dos estados como beligerantes, mas sim dos efeitos que toda a Humanidade teria que suportar, independentemente do seu grau de participação no conflito, e que põem em perigo a existência da própria Humanidade.

Actualmente, parece ser senso comum que somente os EUA reúnem os requisitos exigidos de uma superpotência, levando a que muitos eruditos o considerem uma hiperpotência, tendo em conta a unipolaridade do mundo hoje em dia.

Para este trabalho específico, centrar-nos-emos nos Estados Unidos da América e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tendo em conta o seu envolvimento activo no apoio aos Movimentos de Libertação Nacional ao longo do processo de descolonização, que culminou com a independência de Angola em Novembro de 1975.

A investigação a que nos propusemos realizar, analisará como fontes documentais, os textos e registos oficiais da PIDE e da CIA, recentemente desclassificados, que contêm informações sobre o tema, e que se encontram disponíveis ao público quer nos Arquivos da PIDE como também online através do sítio da CIA. Por outro lado, recorrer-se-á ao uso de fontes secundárias como livros e revistas onde o tema é abordado, fundamentalmente do ponto de vista histórico.

CAPÍTULO 2

O COLONIALISMO PORTUGUÊS E ANGOLA

2.1 O ESTADO NOVO E O NACIONALISMO ANGOLANO

Por altura da inauguração da Segunda República em Portugal, registavam-se sucessivas revoltas em Catete, que tendo iniciado na década de 1920 se estenderam ao longo da década de 30. De entre elas se destaca a de Zuze dia Mbala que culminou com várias detenções e deportações para S. Tomé e Príncipe. Porém, as tensões entre os colonos e nativos continuaram e recrudesceram ao longo da década de 50 e 60 devido a escravidão a que os nativos (homens mulheres, velhos e crianças) eram submetidos nas grandes plantações de algodão e de café, não somente em Catete, mas como também em Malange, Uíge, Kuanza Norte, etc. No centro e no sul do país, os angolanos eram recrutados para trabalharem nas grandes fazendas no norte e na indústria de pesca e salga sobretudo em Moçâmedes, Porto Alexandre, Baía dos Tigres, Baía Farta, Benguela e Porto Amboim sob péssimas condições de trabalho e humilhados de todas as

formas, ultrajados, desterrados e submetidos à arbitrariedades que provocavam o aumento das tensões entre colonos e colonizados.

É nesse clima de tensão que emergem nos anos 40 a Frente Unida de Libertação de Angola, liderada pelo Dr. Amílcar Barca, de Benguela e pelo Cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves e a Organização Intelectual e Cultural de Angola (OICA) com raízes em Benguela, cujos fundadores foram imediatamente presos por se suspeitaram dos seus verdadeiros objectivos.

Com objectivos mais claros, fruto de uma maturação das próprias condições que proporcionaram o despertar da consciência dos angolanos, a década de 50 viu nascer o Partido Comunista de Angola (PCA), o Partido de Luta Unida Africana (PLUA), o Movimento de Libertação Nacional (MLN), o Movimento de Libertação de Angola (MLA), o Movimento para a Independência de Angola (MIA), a Frente Popular de Libertação de Angola (FPLA) que acabaram por se unir mais tarde para darem lugar ao surgimento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Outras referências históricas da luta de libertação nacional são as organizações de carácter cultural, recreativo e desportivo, bem como o movimento associativo cujas expressões mais sonantes foram a Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), através das quais os angolanos expressavam o seu sentimento de repulsa pela forma como eram escravizados na sua própria terra.

De entre as agremiações desportivas, o Clube Atlético de Luanda e o S. Paulo Futebol Clube foram os que mais se destacaram. Com efeito, congregavam no seu seio gentes de todos os estratos, sobretudo pretos e mulatos dos musseques de Luanda incutindo neles os ideais da luta em prol da libertação e da independência. Nos bairros tradicionais de Luanda, destacavam-se o Clube Marítimo da Ilha, a Associação Académica do Ambrizete, o Benfica do Marçal e o Atlético do Icolo e Bengo que mobilizaram as massas em torno dos ideais da luta de libertação.

O emblemático Ngola Ritmos liderado pelo nacionalista Carlos Aniceto Vieira Dias (Liceu Vieira Dias) foi um agrupamento musical que fez da música um veículo de manifestação da identidade cultural dos angolanos, compondo temas cujas mensagens

mobilizavam e uniam os angolanos em prol do mesmo propósito, a luta pela independência. A ele, juntaram-se posteriormente o agrupamento os Kimbandas do Ritmo que cantava o sofrimento do povo angolano e denunciava as sevícias impostas pelo regime colonial.

Outra associação cultural que teve um grande destaque em finais da década de 50 foi o Bota-Fogo. Liderada por nomes sonantes do nacionalismo angolano como António José Contreiras da Costa, Aristides Van-Dúnem, Lopo Ferreira Fortunato do Nascimento, que viria a se tornar no primeiro Primeiro-Ministro da Angola independente, Secretário-Geral do MPLA e actualmente deputado à Assembleia Nacional, Armando Correia de Azevedo e Adriano dos Santos Júnior, reunia muita gente nos fins-de-semana, altura em que abrilhantava os presentes com a boa música angolana nos seus bailes que eram muito concorridos, havendo também espaço para a leitura de um jornal manuscrito para além de se ouvir e se comentarem notícias. Outrossim, os frequentadores do Bota-Fogo, na sua maioria jovens, liam e criticavam obras literárias tendo algumas delas servido como fonte de inspiração para a luta armada. “...o caderno de Poesia de Expressão Portuguesa, de Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, são obras que andavam na boca de todos quanto ali frequentavam.”²⁴

No entanto, em 1957, as autoridades portuguesas prendem Aristides Van-Dúnem, destacado jovem nacionalista angolano. No dia 29 de Março de 1959 a cidade de Luanda despertou com uma vaga de prisões efectuadas pela PIDE que daria origem a três processos. Ao primeiro processo pertenciam: António Pedro Benge, Fernando Pascoal da Costa, André Rodrigues Mingas, que ocupou vários cargos no governo sendo actualmente Assessor do Presidente da República de Angola, Joaquim de Figueiredo, Sebastião Gaspar Domingos, Noé da Silva Saúde, que desempenhou o cargo de Ministro da Saúde e actual Presidente do Fundo de Pensões dos Antigos Combatentes de Angola, Pascoal Gomes de Carvalho Júnior, Belarmino Sabugosa Van-Dúnem, Nobre Ferreira Dias, Deolinda Rodrigues de Almeida, que acabou por ser anos mais tarde assassinada juntamente com quatro outras companheiras suas pela UPA/FNLA, e José Manuel Lisboa.

²⁴ Pacavaira (2003:24)

No segundo grupo, o dos enfermeiros mas fazendo parte do mesmo processo, destacam-se: Agostinho Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), proeminente escritor angolano, que viria a ser depois da independência Embaixador da então República Popular de Angola na ex-República Democrática Alemã (RDA), Ministro da Saúde e actualmente Deputado à Assembleia Nacional, Manuel Bernardo de Sousa, que ocupou o cargo de Ministro dos Transportes e de Embaixador, Florêncio Gamaliel Gaspar Martins, Garcia Lourenço Vaz Contreiras, João Lopes Teixeira, Gaspar Domingos, José Diogo Ventura, Adão Domingos Martins e João Fialho da Costa.

Ao todo, foram constituídos 33 arguidos, sendo 13 deles julgados à revelia, destacando-se Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Deolinda Rodrigues de Almeida (todos do MPLA), Álvaro Holden Roberto, Manuel Barros Nekaka e Jony Pinock Eduardo (da FNLA), António Jacinto do Amaral Martins e um marinheiro norte-americano.

Posteriormente, seguiram-se as detenções em finais de Maio de 1959 de elementos associados ao Movimento para a Independência de Angola (MIA) de Ilídio Machado, Carlos Aniceto Vieira Dias “Liceu Vieira Dias”, Higino Aires Machado, Gabriel Pereira Leitão, Amadeu Amorim, Higino Aires de Sousa, Miguel de Oliveira Fernandes, Carlos Alberto Van-Dúnem “Beto Van-Dúnem”, Higino Aires de Sousa e outros tantos. Dos 21 arguidos constituídos, 18 viviam no país e três foram julgados à revelia, de entre eles Matias Miguéis que como se sabe foi um destacado dirigente do MPLA.

Em Junho de 1959 começam as detenções que dariam lugar ao terceiro processo, cujos nacionalistas estavam ligados ao Movimento de Libertação Nacional (MLN). Faziam parte do processo apenas sete arguidos, todos eles brancos, sendo que alguns pertenciam ao PCP. De entre os julgados e condenados pelas autoridades coloniais, destacavam-se a Dra. Julieta Gândra, o engenheiro Kalazans Duarte, o arquitecto António Matos Veloso, José Luciano Vieira Meireles, Manuel dos Santos Júnior, António Contreiras da Costa e o estudante Hélder Neto que viria a ser mais tarde um dos dirigentes do MPLA morto no movimento fraccionista de 1977.

Estes processos ficaram conhecidos na história de Angola como o “Processo dos 50”, título que se revela enganador porque em Abono da verdade, o processo não é único, mas sim três, e os arguidos não são 50 mas 61, tal como Sublinha Cabrita Mateus.²⁵

Todos estes movimentos trabalhavam de forma clandestina, e uma das suas principais actividades consistia na emissão e distribuição de panfletos que exaltavam à consciência dos angolanos para a necessidade de luta com vista a se alcançar a independência nacional e, conseqüentemente, a se pôr fim ao regime colonial português.

Porém, consta que antes das prisões efectuadas, Ilídio Machado teria contactado os elementos dos diferentes grupos, a quem propôs que se constituísse um só movimento. Nesta conformidade, um dos últimos panfletos postos a circular dava conta da fusão do Movimento de Libertação de Angola (MLA) com o Movimento de Libertação Nacional (MLN), dando lugar ao Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), também conhecido pela designação de MINA (Movimento para a Independência Nacional de Angola).²⁶ Em suma, MLNA e MINA acabam por ser um mesmo movimento e, de igual modo, MIA e MPIA, que tal como vimos anteriormente, acabaram por se juntar a outros movimentos e constituir-se em MPLA.

Longe de intimidar os angolanos, a detenção dos nacionalistas serviu apenas para aumentar o ódio contra o regime.

No entanto, torna-se imperioso realçar, que nesta altura, muitos nacionalistas, sentindo-se pressionados pelas acções da PIDE, haviam fugido já para o exterior do país sobretudo para o Congo Brazzaville e Congo Leopoldville, onde desenvolviam todo um trabalho de clandestinidade em estreita ligação com as células que se encontravam em Luanda.

Em Luanda, figuras notáveis da Igreja Católica como os Cónegos Manuel Joaquim Mendes das Neves e Manuel Franklin da Costa, os Padres Joaquim Pinto de Andrade, Alexandre do Nascimento, Martinho Samba, Vicente e tantos outros “despiram” os seus hábitos e tornaram-se referências políticas na defesa da necessidade da luta armada para

²⁵ Mateus (2011:59)

²⁶ Mateus (2011: 62)

a conquista da independência. Com efeito, incutiam nos estudantes do Colégio da Casa das Beiras o espírito de patriotismo, despertando as suas consciências através da formação e afirmação das suas personalidades. Tal ousadia custou ao Pe Alexandre do Nascimento o exílio para Portugal após os acontecimentos do 4 de Fevereiro, e o assassinato bárbaro dos Párocos da Muxima, Kibala e Libolo.

Na qualidade de Chanceler do Arcebispo de Luanda, o Pe Joaquim Pinto de Andrade, jogou um papel importantíssimo na actividade política clandestina quer na mobilização da juventude como no transporte de documentos para o exterior, através da mala de correio da Igreja, como foi o caso das fotografias dos presos políticos que o seu irmão Mário Pinto de Andrade usou no seu trabalho em Paris sobre o Processo dos 50.

A estes nomes, juntavam-se os de Lázaro Dias da Conceição, Manuel Bernardo Kiosa, Domingos Van-Dúnem, Jofre Van-Dúnem, Franco de Sousa, Jaime de Araújo e outros tantos, que não permitiram que a Igreja fosse utilizada para servir os interesses do regime colonial, impedindo os angolanos de lutarem pela sua liberdade e independência.

A estes angolanos convictos, juntavam-se outros tantos intelectuais como António Jacinto do Amaral Martins, Henrique Abranches, etc., que se afirmavam na ANANGOLA e na Liga Nacional Africana através das artes cénicas, da poesia e do discurso, interagindo com os jovens que estavam na clandestinidade.

No mesmo esforço de luta, destaca-se também o trabalho político e mobilizador realizado por Amílcar Cabral e sua esposa de nacionalidade portuguesa, no biénio 1956/57 em Luanda. Enquanto o primeiro incidia o seu trabalho na Escola da Missão Evangélica frequentada por Deolinda Rodrigues de Almeida, Noé da Silva Saúde, Nobre Dias e tantos outros, sua esposa que era professora no Liceu Salvador Correia actual Mutu Ya Kevela, fazia o mesmo trabalho junto dos seus alunos negros. É com base neste trabalho que muitos jovens angolanos abandonaram os seus estudos e deixaram o país, rumando para os Congos juntando-se a tantos outros que já lá se encontravam. De entre estes jovens, destacam-se José Eduardo dos Santos, actual presidente da República, José Mendes de Carvalho “Hoji Ya Henda”, morto em 1968 no assalto ao quartel de Karipande no Moxico, sendo na altura o Comandante das forças

guerrilheiras do MPLA, Pedro de Castro Van-Dúnem “Loy”, Ismael Gamaliel Martins e Carlos Alberto Xavier Belo.

Em resumo, podemos dizer que quer o Colégio da Casa das Beiras, o Liceu Salvador Correia, a Escola Industrial de Luanda, a Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola foram verdadeiros centros onde se mobilizaram muitos jovens, despertando as suas consciências para a necessidade da luta armada contra o colonialismo português.

Em Novembro de 1959 a Comissão Africana da Organização Internacional do Trabalho reuniu-se em Luanda. Aproveitando tal reunião, alguns nacionalistas do movimento clandestino como Manuel Pedro Pacavira, actualmente Embaixador de Angola na Itália, José Domingos Bernardo Kiosa, Fernando Coelho da Cruz e David Bernardo D’Eça de Queirós, estabeleceram contacto com alguns delegados, destacando-se de entre eles os Srs, Daramy da Serra Leoa e Diallo Seydou da Guiné Conacry, a quem informaram detalhadamente o quadro que se vivia em Angola, onde se ressaltava a condição de escravidão a que os angolanos eram submetidos na sua própria terra. Lúcio Lara, cita Diallo Seydou no seu livro “Um Amplo Movimento” como tendo ficado muito impressionado com o movimento clandestino em Luanda que conseguiu contactá-lo apesar da vigilância portuguesa. Pacavira 36

Segundo Manuel Pedro Pacavira, um dos dirigentes do MINA, em finais de 1959, Agostinho Neto chega à Luanda e de imediato reata os contactos com os seus antigos amigos, de entre eles, Joaquim Bernardo de Silas, Fernando Coelho da Cruz e Cândido Fernandes da Costa, que naquela altura estavam engajados numa intensa actividade política clandestina desde 1957 através do Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), que perspectivava desencadear uma acção armada a 30 de Junho de 1960, fazendo-a coincidir com a data marcada para a independência do Congo Belga. No entanto, Neto considerava que as condições não estavam criadas ainda para a luta armada, e logo procedeu à reestruturação do movimento clandestino, transformando os círculos políticos do movimento constituídos por dez elementos, em células de cinco pessoas de forma a torná-los mais funcionais e menos expostos.

Ao que parece, o movimento clandestino ganhou uma nova dinâmica com o regresso de Agostinho Neto à Luanda, que para além de reajustar a sua estrutura, decidiu sobre a necessidade e a importância de se estabelecer contacto imediato com os nacionalistas que se encontravam no exterior do país, nomeadamente, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara e Viriato da Cruz, com os quais se havia perdido o contacto fazia já algum tempo. Segundo ainda Manuel Pedro Pacavira, esta missão foi-lhe confiada em princípios de Março de 1960, quando partiu para Brazzaville passando por Cabinda, tendo levado várias recomendações e um cartão de Neto para Lúcio Lara, que apesar de concordar que a luta armada tivesse lugar em Luanda, partilhava com o ponto de vista de Neto de que uma acção armada na altura, sem se aprimorarem as condições objectivas e subjectivas, de entre as quais a organização, a resistência passiva, a intensificação da propaganda junto dos trabalhadores, criação de uma retaguarda nos Congos e lugares seguros no interior, seria um suicídio.

Nesta conformidade, o enviado de Neto, e os elementos da “missão externa” traçaram o plano das acções a serem desencadeadas, rumo à luta armada de libertação nacional e, de acordo ainda com Manuel Pedro Pacavira, foi nessa altura que falaram sobre as denominações e siglas dos movimentos, e “vimos a importância e necessidade de uma convergência interna, que se traduzisse numa só sigla, sendo a ideal: MPLA”.²⁷ Esta revelação de Pacavira, contudo, vem trazer à baila a velha história sobre a verdadeira data da fundação do MPLA, pois que, tem havido algumas especulações e controvérsias acerca do assunto. Pelo sim ou pelo não, ela contraria a data que se conhece oficialmente como sendo a da fundação do MPLA, o 10 de Dezembro de 1956, e por uma margem assinalável de 3 anos e 3 meses. Um elemento que parece confirmar a revelação do nacionalista, é o apelo do MINA à Comissão Afro-Asiática que tem a data de 3 de Março de 1960 e mais do que isto, o depoimento da própria PIDE-DGS “...fora ele quem mandara que se mudasse a designação de “MINA” para “MPLA”.²⁸

Com o regresso de Pacavira à Luanda, intensifica-se a actividade política e ainda de acordo com o mesmo, numa das reuniões surge a primeira Comissão Directiva do

²⁷ Pacavira (2003:44)

²⁸ Ibidem (2003:66)

MPLA no interior, “passando as bases do MINA a saber que pertenciam ao MPLA, sendo o Dr. Neto o líder”²⁹

No entanto, a 7 de Junho de 1960 tem um acontecimento muito importante. A delegação que o MPLA tinha preparado para assistir às comemorações da independência do Congo Belga, foi presa em Sanza Pombo à caminho da fronteira para o Congo. Este facto originou a detenção de toda a Direcção do MPLA no dia seguinte, incluindo o seu líder Agostinho Neto, sendo todos eles presos na cadeia de São Paulo. A notícia sobre a prisão de Neto causou uma grande onda de contestação e revolta, sobretudo em Kaxicane, sua terra natal. Por esta razão, as autoridades coloniais decidiram transferi-lo de imediato para a metrópole.

No entanto, os acontecimentos mais sonantes que viriam a mudar o curso da história em Angola, só teriam lugar no início de 1961. Mais de 30.000 agricultores da Baixa de Kassange em Malanje e suas famílias, eram forçados a trabalhar nas plantações de algodão e vender toda a produção à COTONANG (Companhia de Algodões de Angola SARL), um consórcio Luso-Belga, quase que à custo zero. Diz-se que em 1959-1960, o rendimento anual de uma família indígena rondava os 20 – 30 dólares norte-americanos.³⁰ O africano servia apenas de mão-de-obra barata e fornecedor obrigatório de matéria-prima. Com a saturação das terras, os camponeses eram obrigados a deixarem as suas aldeias e fixarem-se em áreas muito distantes para garantirem o sustento da indústria algodoeira e eram proibidos de praticarem outras culturas que não fosse o algodão, vivendo sob condições sub-humanas. Cansados de tanta humilhação, os agricultores revoltaram-se contra os seus patrões recusando-se a trabalhar. Em resposta, as autoridades coloniais enviaram o exército e a força aérea que dispararam e bombardearam os insurrectos com bombas de napalm, causando milhares de vítimas.

No entanto, a 22 de Janeiro de 1961, regista-se um acontecimento de grande importância que despertaria a atenção da comunidade internacional. Henrique Galvão, um ex-funcionário nas colónias e deputado na Assembleia Nacional por Angola, sequestrou ao largo da costa venezuelana o luxuoso paquete português “Santa Maria”, fazendo exigências de autodeterminação das colónias portuguesas em África. Este facto,

²⁹ Ibidem (2003:46)

³⁰ Mateus (2011:43)

mereceu uma cobertura mediática mundial dada a presença de vários jornalistas estrangeiros no local, e pôs a nu a realidade da situação que se vivia em Angola, fruto da política colonial que até então era silenciada pelo governo de Salazar.

Poucos dias depois, a 4 de Fevereiro de 1961, dá-se em Angola o acontecimento que viria a marcar a história do país. Na madrugada deste dia, pouco mais de duas centenas e meia de nacionalistas angolanos armados com catanas e paus atacaram a Casa da Reclusão e outras instalações coloniais, dando assim início à luta armada de libertação nacional.

No entanto, seguiu-se-lhe outra revolta a 15 de Março de 1961, muito mais violenta e com consequências mais dramáticas quer para os nacionalistas como para os portugueses. A mesma teve o céu epicentro na província do Uíge no norte do país, e foi protagonizada pela União dos Povos de Angola (UPA). Em pouco mais de uma semana, o norte de Angola ficou mergulhado num verdadeiro cenário de violência e o caos se instalou por todo o lado. Os guerrilheiros e simpatizantes da UPA não pouparam nem os estrangeiros nem as suas propriedades que se encontravam naquele território. Surpreendidos mais uma vez pela fúria dos angolanos, os portugueses responderam indiscriminadamente, tendo como consequência se registado mais de mil mortos entre os portugueses e cerca de vinte mil entre os angolanos.

A verdade, porém, é que estes dois actos mudaram o status quo até então existente. Se até antes destes dois acontecimentos as autoridades portuguesas procuravam escamotear a realidade do que acontecia nas suas colónias em África e em Angola em particular. Os acontecimentos do 4 de Fevereiro e do 15 de Março puseram a nu o descontentamento dos angolanos face à ocupação do seu território por Portugal por um lado, e, por outro lado, as sevícias por que passavam milhares de angolanos, submetidos à condição de escravos na sua própria terra, por um regime que negava o seu direito à autodeterminação.

A resposta portuguesa não se fez esperar. Os dias que se seguiram foram de autêntica caça às bruxas. Os musseques de Luanda foram passados à pente fino por grupos de justiceiros civis auxiliados pelas forças de segurança que abatiam à sangue frio todos quanto parecessem suspeitos. A verdade porém, é que de aí em diante, a situação

política em Angola mudou dramaticamente. Esta chacina de milhares de angolanos marcou o início de uma guerra que deitou por terra o mito da tão propalada “missão civilizadora” de Portugal e em última instância, o do seu império de cerca de cinco séculos em África.

O Estado Novo, longe de procurar encontrar uma solução racional e tangível, endurece a sua posição. Salazar, decide defender Angola “rapidamente e em força”. Oficialmente, as chefias militares subscreviam a decisão do Primeiro-Ministro, mas em privado, não deixavam de manifestar a sua preocupação devido a fraca preparação e inadequação das forças armadas ao novo cenário criado, já que tinham de lidar com três frentes, nomeadamente a de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Aos poucos, qual um cancro que vai lentamente matando um indivíduo sem que este se aperceba, a relutância de Salazar no que diz respeito à descolonização da África portuguesa e de Angola em particular, começou a pagar uma factura elevadíssima, incapaz de ser sustentada por muito mais tempo. No plano interno, as vozes que se opunham à guerra colonial começaram a crescer, pois que, com o recrudescimento das acções guerrilheiras, as baixas nas hostes militares aumentavam e os militares começaram a demonstrar sinais evidentes de cansaço ao longo dos anos. Por outro lado, e não menos importante, do ponto de vista externo, Portugal via-se cada vez mais isolado, pois que, até países como a República Federal Alemã com quem tinha boas relações, passou a desalinhar-se opondo-se a fornecer-lhe material militar.

Enquanto isso, ciente da incapacidade de Portugal derrotar no terreno as forças de guerrilha, pois que não possuía condições económicas nem militares para fazê-lo, os EUA concluíram que uma derrota militar de Portugal era uma questão de tempo, caso não se debelasse a revolução em Angola na sua fase incipiente. Assim sendo, foram ensaiando algumas estratégias de modo a persuadir o seu aliado a enveredar pela autodeterminação. Nesse contexto, foi apresentado em Janeiro de 1962 um plano que previa a concessão de um governo autónomo para Angola e Moçambique em oito anos e ao longo deste período seria feito um referendo nas colónias de modo a determinar-se o tipo de relação a manter com a metrópole. Ao longo dos oito anos, Holden Roberto e Eduardo Mondlane, teriam o estatuto de consultores pagos e seriam preparados para conduzir os destinos dos respectivos países. Como os americanos sabiam de antemão

que encontrariam resistência por parte de Salazar a este plano, prepararam uma espécie de complemento ao mesmo, propondo que a OTAN fizesse uma oferta de quinhentos milhões de dólares para modernizar a economia portuguesa. Como se esperava, o plano foi rejeitado.

Um ano depois, e sempre na tentativa de evitar que um país amigo e aliado cavasse a própria sepultura, forçando os demais a estarem consigo, os EUA avançaram com um novo plano, propondo-se desta vez a contribuir com quinhentos milhões de dólares tal como o fazia a OTAN. Na óptica de Chester Bowles, ao tempo consultor principal do Presidente norte-americano para os assuntos do terceiro mundo, tal montante revelar-se-ia insignificante caso América conseguisse resolver o bocado problema de Portugal de um custo de cem milhões de dólares por ano durante cinco anos. Apresentado à Salazar em Agosto de 1963, o Primeiro-Ministro foi lacónico dizendo que Portugal não estava à venda. Ou seja, nas palavras do próprio Salazar, Angola era uma criação portuguesa e não podia ser concebida sem Portugal.³¹ Estas palavras não deixam quaisquer dúvidas quanto às reais intenções das autoridades coloniais em perpetuar a ocupação e manter a exploração das suas populações e recursos.

Entre 1960 e 1963 as despesas militares de Portugal duplicaram para quarenta por cento do orçamento anual e oito por cento do PIB para a defesa dos territórios.

A situação que se criou em Angola, constituía uma séria preocupação para os dirigentes mais importantes da administração Kennedy, pois estes temiam que se repetisse o caos, a violência racial e a tensão soviético-americana que se seguiu à independência do Congo em 1960, situação que deveria ser evitada a todo o custo.

De acordo com um relatório do Gabinete de Informação e Investigação dos EUA (INR), longe de mostrar qualquer sinal de fraqueza, os movimentos de libertação tinham aumentado por altura dos finais da década de 60, as suas capacidades militares. Assim, em 1970, este Gabinete indicava que as acções de guerrilha na década anterior tinham recrudescido, superando consideravelmente os esforços das autoridades coloniais para pôr fim aos movimentos. Nessa altura, reconhecia-se que o GRAE e o MPLA, possuíam

³¹ Barradas (1995:122)

forças de guerrilha bem armadas em grande número e com muitos recursos financeiros. De forma inversa, o exército colonial começava a apresentar dificuldades e falta de oficiais, em virtude da sua tentativa em expandir as suas operações militares em África, um continente vasto e com características geográficas muito adversas e complicadas. De modo a poder sustentar o esforço de guerra de guerrilha, o número de recrutas nas forças armadas, em idade universitária, conheceu um aumento exponencial, perdendo estas o privilégio do rótulo que sustentavam de carreira respeitada e cobiçada.

No dia 1 de Julho de 1970, o Papa Paulo VI recebeu no Vaticano, António Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, Amílcar Cabral, Secretário-Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde, e Marcelino dos Santos, Presidente do Comité de Coordenação da Frente de Libertação de Moçambique.

Este encontro, que foi bastante mediatizado, foi sem dúvidas uma grande vitória da diplomacia dos Movimentos de Libertação, porquanto teve um impacto e repercussões muito grandes junto da opinião pública portuguesa, e causou sérios danos à já desgastada imagem das autoridades portuguesas que na vã tentativa de ganhar tempo para atenuar as suas consequências, fazendo uso da proibição da censura prévia à imprensa, só divulgou a notícia em Portugal 4 dias depois do acontecimento.

A verdade porém, é que os danos causados já eram irreparáveis. Neste contexto, Marcelo Caetano dirigindo-se à Nação no dia 7 justificava nos seguintes termos a vitória diplomática alcançada pelos líderes nacionalistas: “... em todo este caso se revela, mais uma vez, a diabólica perfídia com que os nossos inimigos manobram contra Portugal e contra a sua política ultramarina.”³²

Mais adiante, diria: “Aproveitando um acto de rotina da vida do Pontífice, como é a audiência colectiva semanalmente concedida aos visitantes, infiltraram-se os terroristas em S. Pedro, colocando-se no Caminho do Papa “como católicos e cristãos”, travam com ele um diálogo que mal se ouve, e tiram depois daí efeitos espectaculares para comprometerem o nosso país”.³³

³² Arquivos da Pide DC Nº 610 UI 10707 pag.5

³³ Ibidem

Por seu lado, em Angola, o Arcebispo de Luanda, falando ao jornal “A Província de Angola, justificava assim o encontro: “ Estou certo de que se o Santo Padre tivesse sabido da sua identidade, antes da audiência, não os teria recebido...”³⁴

Como se pode depreender a partir destas palavras, quer as autoridades portuguesas como o Arcebispo de Luanda tentavam a todo o custo ofuscar o êxito que constituiu o encontro de Neto e companheiros com o Papa, fazendo crer que tal encontro tinha sido apenas obra do acaso, pois, o Papa não conhecia a verdadeira identidade dos seus interlocutores, que na opinião de Marcelo Caetano, não passavam de meros terroristas que teriam conseguido “furar” o protocolo do Vaticano, dando de seguida de caras com o Sumo Pontífice.

Porém, fugindo um pouco daquela que tem sido a sua postura, caracterizada por uma equidistância ou abstenção no que toca a pronunciamentos relacionados com casos políticos, todos estes pronunciamentos foram contrariados pela Rádio Vaticano, que comentara a 6 do mesmo mês a crise que se instalara, nos seguintes termos: “... as audiências do Sumo Pontífice não têm lugar sem terem sido previamente aceites”.³⁵

No entanto, os líderes recebidos pelo Papa concederam no dia seguinte à audiência, uma conferência de imprensa no centro de Roma na qual deram o ponto da situação da audiência.

Falando em conferência de imprensa um dia depois do histórico acontecimento, sendo que Agostinho Neto já não se encontrava em Roma, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos fizeram um rescaldo das declarações do Sumo Pontífice, salientando que o mesmo compreendia as dificuldades por que passavam os povos africanos que eles representavam, manifestando o desejo de se encontrar uma solução pacífica para os mesmos, tendo realçado ainda que o mais importante no momento era a promoção de homens que pudessem conduzir a evolução da situação.

³⁴ Ibidem

³⁵ Arquivos da Pide DC N° 610 UI 10707 pag.5

Relativamente à audiência, Amílcar Cabral considerou a mesma como “um facto político e moral da mais alta importância perante a hierarquia portuguesa que apresenta a guerra colonial como a defesa da civilização cristã. A audiência papal demonstra ainda que a Igreja apoia a liberdade e independência dos povos que sofrem...”³⁶

As reacções não se fizeram esperar por todo o mundo. Os principais jornais destacavam nas suas páginas principais a audiência realizada que consideravam como histórica pois que, era a primeira vez que a mais alta força moral do Ocidente e o chefe espiritual de 600 milhões de católicos recenseados no mundo, ousou fazer aquilo a que se recusaram os mais importantes dirigentes políticos que se afirmavam católicos. “O Papa Paulo VI recebeu - e abençoou - três chefes revolucionários de cor, proscritos e perseguidos como comunistas e criminosos de direito comum por uma nação europeia, pilar secular da Igreja. Mais ainda: dois dias antes, esses três africanos de Angola, Moçambique e Guiné tinham denunciado publicamente, em Roma, cidade do Papa, o tão católico Portugal, e estigmatizado o auxílio armado que lhe dispensa a tão ocidental “NATO” em África...”³⁷

A 8 de Julho de 1970, dirigindo-se à Nação, em reacção à explicação da Santa Sé, Marcelo Caetano faz o seguinte pronunciamento: “Da cadeira de S. Pedro, condena-se a legítima defesa e apoia-se a violência”.³⁸

Se havia dúvidas quanto ao posicionamento da Igreja, as mesmas caíram por terra já que os discursos do Papa feitos no Uganda mostraram que ela era a favor da descolonização e da independência dos povos. Aliás, o que já havia sido confirmado anteriormente pelo informador Oficial do Vaticano, Monsenhor Vaillanc quando disse que o Papa era defensor da justiça social e da independência dos povos.

2.2 A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA

Conforme se pode depreender a partir do quadro acima narrado, todo este acumular de situações, fez com que gradualmente se aumentasse o ódio dos angolanos em relação ao

³⁶ Ibidem

³⁷ Arquivos da Pide DC Nº 610 UI 10707 pag.5

³⁸ Jornal ABC, Luanda, 6 de Julho de 1970

poder colonial, ao mesmo tempo que despertava nos angolanos a necessidade de empreender a luta armada em prol da liberdade e da independência. Neste sentido, na madrugada do 4 de Fevereiro de 1961, algumas centenas de nacionalistas angolanos munidos de catanas e outros instrumentos rudimentares, tentaram tomar de assalto, de entre outras, as seguintes instalações: a Casa de Reclusão, a Cadeia de São Paulo e a 7ª Esquadra Policial.

O objectivo do ataque era de libertar os presos que aí se encontravam e recuperar armamento militar para futuras acções. A data foi criteriosamente escolhida fazendo coincidir a mesma com a presença em Luanda de numerosos jornalistas estrangeiros que se encontravam na capital do país para fazerem a cobertura do paquete Santa Maria, capturado na costa venezuelana e que se dizia rumar em direcção à Angola.

Perante a desproporção em termos de armamento, já que os revoltosos não possuíam qualquer preparação e empunhavam apenas catanas e instrumentos rudimentares, ao passo que a polícia colonial possuía metralhadoras, os primeiros foram rechaçados com tiros, pondo-se em fuga desordenada sem cumprir os objectivos a que se propuseram. Nesta conformidade, voltaram a reagrupar-se e uma semana depois, ou seja, no dia 11 de Fevereiro, voltaram a carga, atacando desta vez a Cadeia da Administração de S. Paulo e o Pavilhão Prisional da PIDE, grupo chefiado por Raul Deião e cujo objectivo era libertar os presos que aí se encontravam e, o outro grupo, chefiado por Paiva Domingos da Silva encarregou-se de atacar a Companhia Indígena com o objectivo de capturarem armas e munições. Mais uma vez, os atacantes foram recebidos com fogo das metralhadoras, e dado ao desequilíbrio em termos de forças e armamento, os nacionalistas viram os seus objectivos gorados, apesar de terem causado algumas baixas e capturado algumas armas.

No entanto, existem várias versões sobre os acontecimentos do 4 de Fevereiro de 1961. A da FNLA e a do MPLA, procurando cada um destes partidos chamar à si a autoria e a responsabilidade dos acontecimentos, e ainda a versão colonialista que atribui o facto a uma conspiração orquestrada a partir do exterior.

Em declarações feitas publicamente um dia depois dos acontecimentos, Silva Tavares, ao tempo Governador-Geral de Angola, dizia ter informações de “um movimento vindo

do estrangeiro para executar um plano de agitação em Angola e nas demais colônias portuguesas, relacionado com o caso do Santa Maria”³⁹. Essa informação foi reconfirmada pelo mesmo Silva Tavares no dia 6 de Fevereiro à France Press quando dizia que a acção fazia parte de uma “conspiração internacional” e era uma “aventura louca” desencadeada “às ordens de agentes estrangeiros”⁴⁰. Contudo o mais ridículo desta versão, ouvir-se-ia da agência oficial ANI: “a maioria dos indivíduos que, na madrugada de sábado, tentaram assaltar vários estabelecimentos militares e prisionais [...] é estrangeira e nem sequer sabe falar português, segundo foi anunciado pelas autoridades”.⁴¹ Ou seja, as autoridades coloniais portuguesas, tentaram minimizar a importância dos acontecimentos do 4 de Fevereiro, fazendo crer à opinião pública internacional que o mesmo havia sido orquestrado a partir do estrangeiro, com a finalidade de desacreditar a política ultramarina portuguesa.

Esta versão, nada tem de verdadeira, se atendermos ao facto de na sequência dos acontecimentos do 4 e posteriormente do 11 de Fevereiro, a própria PIDE ter feito um grande número de prisioneiros que confessaram a sua participação nos acontecimentos, sendo todos eles angolanos e nenhum deles ter feito referências ao envolvimento de qualquer estrangeiro, até porque muitas das confissões foram arrancadas, como se sabe, sob fortes torturas. Outrossim, não foram encontrados entre os mortos e feridos quaisquer estrangeiros ou elementos de raça branca. Neste sentido, o argumento apresentado pelas autoridades coloniais fica completamente descartada.

A outra versão baseada no processo-crime 666/61 atribui a autoria do 4 de Fevereiro à Cónego Manuel das Neves. Porém, esta versão é refutada pelos dados colhidos relativamente aos acontecimentos. Segundo Aníbal de Melo, o Cónego “sempre aconselhara moderação e calma, afirmando não serem recomendáveis excessos, pois tudo devia ser feito pacificamente.”⁴² Contudo, mais do que qualquer depoimento que pode sempre ser questionado, deixamos aqui registado as declarações do próprio sacerdote, num relatório por si enviado à direcção da UPA, relativamente aos acontecimentos do 4 de Fevereiro:

³⁹ Mateus (2011:73)

⁴⁰ Mateus (2011:74)

⁴¹ Ibidem

⁴² Mateus (2011:104)

“Os tumultos do 4 de Fevereiro que, verdade se diga, não chegaram a ser tumultos, foram estupidamente engendrados. Peço, mesmo, licença para dizer, que deviam ser fuzilados por nós angolanos, todos quanto os idealizaram, porque sabiam que daria em fracasso e, conseqüentemente, morte de gente em massa. Sempre disse e mantenho, que um levantamento no interior de Angola só deve ter lugar depois de eclodirem as esperadas operações de fronteira. De contrário [...] será contar com sapatos de defunto. Angola não é o Congo ou o Gana. Aqui tudo é diferente, temos pela frente um inimigo que não perdoa, porque joga a sua própria sobrevivência[...]. Pergunto: por que carga de água se lembraram de atacar as cadeias? Não teriam sido mais úteis se atacassem os quartéis e dominassem a cidade? E [...] não viram que, com catanas, seria impossível dominar a polícia, armada com pistolas automáticas e metralhadoras de campanha?”⁴³

Estas declarações, não deixam quaisquer dúvidas. Cónego Manuel das Neves não só não foi o mentor do 4 de Fevereiro, como também não subscrevia uma acção do género, por considerar que não existiam condições para o efeito, razão pela qual reprovou e condenou energicamente os acontecimentos dessa data bem como os seus mentores, embora fosse um nacionalista convicto, e membro activo e influente da FNLA.

Outra versão sobre o 4 de Fevereiro de 1961, de Holden Roberto, dá como certa a autoria dos acontecimentos à UPA, sob a orientação do Cónego Manuel das Neves, na tentativa de impedir que os presos angolanos fossem enviados para o Tarrafal.⁴⁴ Tal como a versão anterior, também esta é desmentida pelas palavras do próprio sacerdote católico.

A outra versão, a de Manuel Pedro Pacavira, atribui a acção do 4 de Fevereiro ao MPLA. Embora corroboramos com Cabrita Mateus relativamente a algumas imprecisões no depoimento de Pacavira na sua obra “O 4 de Fevereiro pelos próprios”, até porque por altura dos acontecimentos ele se encontrava detido, como vimos num dos capítulos anteriores, na sequência das prisões efectuadas em Junho de 1960, não podemos de forma alguma deixar de dar crédito a algumas das suas declarações, que até coincidem com alguns dados contidos na obra da autora. A título de exemplo, fazemos referência aos grupos. Enquanto Pacavira fala em sete, Cabrita Mateus na sua pesquisa

⁴³ Mateus (2011:105)

⁴⁴ Ibidem (2001:74)

descobriu que existiam apenas seis grupos. Relativamente aos chefes dos grupos, os nomes citados por Cabrita, são os mesmos referidos por Pacavira, não obstante, a primeira atribuir a chefia do grupo da cadeia de S. Paulo à Neves Bendinha, e o segundo atribuir a mesma à Raul Deião, que segundo Cabrita, chefiou o grupo do aeroporto.

Outrossim, concordamos com Cabrita, discordando, é claro, com Pacavira, com todo respeito que nos merece, quanto a existência de um grupo da rainha, por razões muito óbvias e simples de se entender: como é que se pode explicar que uma menina com os seus 12-13 anos tivesse tanta altivez, competência e discernimento para comandar um grupo de homens numa acção como a do 4 de Fevereiro, independentemente da tarefa atribuída a tal grupo, ainda mais numa sociedade completamente machista? Julgamos existir aqui, um certo empolamento dos dados, fazendo jus ao ditado de que “quem conta um conto aumenta ou diminui um ponto”.

À cabeça do movimento do 4 de Fevereiro se encontravam os seguintes indivíduos: Domingos Manuel Agostinho, Paiva Domingos da Silva, António Domingos Francisco, Bento António, Raul Agostinho Cristóvão (Raul Deão), Virgílio Francisco Sotto Mayor, Adão Neves Bendinha, Adão Manuel Mateus. Dos oito, um é de Malanje, um de Catete e seis de Icolo e Bengo. Por outro lado, dos mais de cem prisioneiros feitos pela PIDE na sequência da acção do 4 de Fevereiro, 73% era de Icolo e Bengo, 11% de Luanda e 5% de Malanje, regiões onde se fala o Quimbundu. Ora, não é novidade para ninguém que quer Icolo e Bengo como Catete sempre foram e ainda hoje são bastiões do MPLA, o que nos leva a pensar que são correctas as afirmações que atribuem a este movimento a autoria dos acontecimentos do 4 de Fevereiro. Aliás, a PIDE confirmara que havia descoberto em Junho de 1960 em Catete uma “organização perfeita e decidida a entrar em acção”, organização que seria dirigida pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).⁴⁵ Coincidentemente, o médico Agostinho Neto que nasceu em Icolo e Bengo e viria a ser Presidente do MPLA, foi preso em Julho de 1960 no seu consultório em Luanda pelo Sub-Director da PIDE, tendo a sua prisão provocado uma grande manifestação em Catete da qual resultou a morte indiscriminada de 30 pessoas e centenas de feridos.

⁴⁵ Mateus (2011:101)

Por outro lado, convém recordar que os participantes do 4 de Fevereiro, vestiam uniforme (camisa e calções) escuro, boina preta e estavam maioritariamente munidos de catanas, e, tal como vimos, tinham um comando e cada grupo possuía um chefe devidamente identificado, o que pressupõe dizer que tal acção não foi algo espontâneo, como alguns pretendem fazer crer, mas pelo contrário, uma acção pensada, coordenada e planificada ao pormenor, o que, implica dizer que havia um rosto quer seja ele visível ou invisível. Ao que tudo aponta, o 4 de Fevereiro tem as “impressões digitais” do MPLA, tal como espelha um relatório enviado em Agosto de 1963 ao seu país, por uma entidade estrangeira anónima com responsabilidades políticas. “...os tumultos de Luanda em Fevereiro de 1961, que em conjunto com o caso Santa Maria marcam o início da insurreição angolana, foram organizados por elementos do MPLA ou próximos do MPLA”.⁴⁶

É muito provável que o facto de Pacavira ter se limitado a narrar o que presumivelmente teria sido contado por sete sobreviventes que compunham uma comissão mandatada por Paiva Domingos da Silva, a fim de fazer uma reconstituição escrita dos acontecimentos, tenha provocado as imprecisões verificadas no seu livro sobre o 4 de Fevereiro. O grupo formado por Paiva Domingos da Silva era composto pelos seguintes elementos: Amadeu Francisco Martins (Mukongo), Trindade Pascoal Salvador, Lourenço Diogo Vaz Contreiras, Domingos Manuel da Silva Kazumbula, António Lourenço, Agostinho Manuel Inácio e Pedro Van-Dúnem, sendo este último, até bem pouco tempo (2010) Ministro dos Antigos combatentes e Veteranos de Guerra.

Pondo de parte alguns exageros e imprecisões que as vezes se registam na narração de acontecimentos como os do 4 de Fevereiro de 1961, onde normalmente as pessoas procuram empolar ou escamotear algumas verdades e as vezes mesmo moldar os acontecimentos de modo a servir os seus interesses, analisadas todas as versões existentes, podemos concluir que o 4 de Fevereiro não foi obra de qualquer movimento ou conspiração orquestrada a partir do estrangeiro como as autoridades coloniais tentaram fazer crer, mas sim, obra de jovens nacionalistas angolanos destemidos que ousaram desafiar o regime colonial, atacando as suas instalações com o objectivo de

⁴⁶ Mateus (2011:102)

libertar os nacionalistas que aí se encontravam detidos, capturar armas e lutarem para derrubarem o colonialismo português apesar da escassez de meios que possuíam.

Embora algumas vozes questionem esta data como sendo a do início da luta armada, ela foi sem dúvidas a acção de maior relevo e o primeiro grande sinal contra o regime colonial em Angola em prol da independência nacional, tendo por esta razão entrado para os anais da história de Angola como a data do início da luta armada de libertação nacional.

Contudo, convém realçar que o 4 de Fevereiro de 1961 é fruto de um acumular de situações que foram acontecendo em Angola e que acabaram por se transformar em condições objectivas e subjectivas que culminaram com tal acção. Aliás, se fizermos um recuo no tempo e olharmos para os antecedentes históricos, veremos que desde os primórdios da ocupação portuguesa dos territórios que constituem hoje a República de Angola, ela não foi feita de forma pacífica, mas foi marcadamente caracterizada por grandes resistências e muitos confrontos entre os europeus e os autóctones, através dos diferentes reinos existentes na altura e que serviram de fonte de inspiração e reflexão para a luta de libertação nacional. Como exemplo, podemos mencionar a batalha do Ambuila no Uíge ocorrida no ano de 1663 onde morreu em combate o Rei D. António Manimuluza (Muene Mulaza), tendo sido decapitado e a sua cabeça levada para Luanda onde seria enterrada na Igreja da Nazaré.

No sul do território, destacou-se a figura emblemática da luta pela resistência, brilhante guerreiro e líder destemido que foi Mandume Ya Ndemufayo, o Rei dos Kuanhamas, fonte de inspiração para a luta de libertação.

Outro nome que se destacou na luta contra os portugueses, foi sem dúvidas o da Rainha Ginga Mbandi (baptizada posteriormente pela igreja católica como Dona Ana de Sousa), soberana do Reino da Matamba e Ndongo, tendo liderado em 1635 a Segunda Coligação contra os portugueses que durou até 1648, altura em que foi derrotada por Salvador Correia de Sá e Benevides.

Considerada como mulher enigmática e rainha carismática, política e diplomata e comandante hábil, Ginga Mbandi é tida até hoje como figura histórica de consenso nacional, e fonte inspiradora da Angola de hoje para a sua definição nacional.

A estes nomes, juntam-se outros tantos dos territórios que compõem o planalto central como Ekuikui I e II do Bailundo e seus sucessores, Katiavala e outros, heróis da luta de resistência contra a ocupação colonial, cujas façanhas e proezas marcaram a história de Angola e inspiraram o trabalho de activismo desenvolvido pelos nacionalistas.

No entanto, na óptica do nacionalista Manuel Pedro Pacavira, a resistência dos Dembos e Quissamas, que se estende até à década de 1920, constitui uma referência viva e de estudo imediato para o suporte da luta que já se impunha, destinada a sacudir o jugo colonial. Outrossim, este nacionalista considera ainda como fonte de inspiração para a luta armada de libertação nacional a história de resistência dos povos do Uíge, devido ao imposto de cubata a que as autoridades coloniais queriam sujeitar todos os nativos pela casota construída.⁴⁷

2.3 AS SUPERPOTÊNCIAS E A GUERRA ANTI-COLONIAL

Para poder se entender uma das razões que levaram Portugal a prolongar o processo de descolonização das suas colónias em África, quando outras ex-potências coloniais como a Inglaterra, a França e a Bélgica já haviam de forma mais ou menos pacífica, iniciado e concluído o processo de transição de poder para os nacionalistas nas suas antigas colónias, é preciso conhecer os meandros da relação que este país mantinha na altura com os EUA, que estava perante o dilema da conciliação da paz através da qual as potências coloniais europeias se predispunham em descolonizar por um lado, e as pressões exercidas pelos nacionalistas, visando um processo mais célere e com resultados tangíveis por outro lado.

Tal dilema, colocava os EUA numa posição desconfortável, sobretudo em relação à Portugal e seus territórios no ultramar, porque Portugal possui uma base no Arquipélago dos Açores, -motivo pelo qual foi convidado a fazer parte da OTAN- Schneidman

⁴⁷ Pacavira (2003: 2)

(2004: 42) cuja localização, jogava um papel importantíssimo do ponto de vista estratégico para os EUA, já que a mesma servia de principal ponto de trânsito e de reabastecimento para os aviões americanos envolvidos em missões militares e políticas em várias partes do mundo, sobretudo para o Médio Oriente.

Deste modo, as autoridades norte-americanas procuravam agir de forma a não beliscar as suas relações com Portugal, a ponto deste país suspender ou pôr fim definitivo ao uso da base dos Açores por parte dos seus aviões, o que a acontecer, seria um duro revés para os norte-americanos.

Sabendo da importância que tinha os Açores para a América, Portugal viu-se e desejou-se de forma obstinada a não ceder, não somente aos apelos americanos, mas sobretudo às exigências dos nacionalistas em prol da autodeterminação e independência para as colónias portuguesas em África. Neste contexto, a base militar dos Açores foi utilizada por Lisboa como elemento de chantagem para suavizar a pressão norte-americana sobre Portugal no que concerne à descolonização dos territórios portugueses em África. Aliás, os EUA assinaram em 1943, uma nota diplomática através da qual se comprometia a “respeitar a soberania portuguesa em todas as colónias portuguesas” e em contrapartida, os EUA poderiam usar os Açores durante a Segunda Guerra Mundial.⁴⁸

Subsequentemente, os dois países assinaram oito anos mais tarde um acordo de defesa que garantia aos EUA a utilização da Base dos Açores por um período de cinco anos, sendo que, em contrapartida, os EUA comprometeram-se a tudo fazer no sentido de facilitar o envolvimento português na OTAN. Por outro lado, e à margem do acordo, os dois estados trocaram notas secretas que asseguravam que haveria autorização americana imediata para que Portugal utilizasse equipamento deste bloco militar em qualquer colónia caso houvesse necessidade.

Não obstante este relacionamento de cumplicidade entre Portugal e os EUA, que na verdade não era genuíno mas que era sustentado por interesses de parte à parte, Portugal viu-se isolado pela comunidade internacional, fruto da sua obstinação em não reconhecer, nem tão pouco obedecer o Artigo 73 do Capítulo XI da Carta da

⁴⁸ Schneidman (2004:42)

Organização das Nações Unidas, que exigia os seus filiados com “territórios sem governo próprio” a prepará-los para se governar a si próprios e a informar periodicamente ao Secretário-Geral relativamente às condições económicas, sociais e educativas. A esta exigência, Portugal respondeu dizendo que não possuía colónias, mas sim províncias que eram sua parte integrante ou seja, uma extensão do seu território.

Como se pode depreender a partir destas palavras, Portugal não estava preparado para entregar aos nativos os territórios que ocupava há quase meio século, endurecendo o seu discurso sobretudo quando se tratava de Angola que era tida como a “jóia da coroa”.

Contudo, o panorama político internacional viria a agravar a situação de Portugal com a subida ao poder nos EUA do Presidente John F. Kennedy, cuja identificação com África era bem patente nos seus discursos públicos ao longo da sua campanha, considerando o nacionalismo como “o facto internacional mais importante na segunda metade do Séc. XX”, sendo que, para ele, os Estados Unidos não estavam mais em condições de apoiar o status quo desigual do colonialismo.

As principais linhas de orientação da política norte americana em relação a África, tinham como base impedir que o comunismo ganhasse espaço entre os movimentos de libertação que proliferavam por esta altura por todo o continente.

A guerra colonial, tem lugar numa altura em que se encontrava no poder nos Estados Unidos, o Presidente John F. Kennedy, intransigente defensor e promotor da autodeterminação dos povos, para quem os EUA não se deveriam manter-se indiferentes às aspirações da África portuguesa à independência, devendo prestar-lhe todo o apoio que ajudasse os países que a compunham, a alcançar a sua independência. Esta estratégia, no entanto, visava antecipar e travar a expansão comunista vertiginosa no continente por essa altura. Com efeito, no ano em que teve início à luta de libertação armada em Angola e precisamente a 15 de Março de 1961 dia em que a FNLA protagonizava no norte de Angola um ataque de grande envergadura contra fazendeiros portugueses no norte de Angola do qual resultou na morte de milhares de pessoas de entre angolanos e portugueses, os Estados Unidos votavam favoravelmente nas Nações Unidas uma resolução sobre Angola, tendo contado com o apoio da Libéria, Ceilão e República Árabe Unida.

Durante todo o tempo do seu mandato, Kennedy exerceu uma grande pressão sobre as autoridades portuguesas no sentido de flexibilizar e enveredar pela autodeterminação, o que provocou um clima de conflito aberto entre os dois países. Salazar, contudo, permitiu algumas reformas extemporâneas que no entanto eram insignificantes para superar o pesado fardo da herança acumulada e herdada ao longo de cinco séculos de humilhação dos angolanos.

No entanto, com o assassinato de Kennedy em 1964, sob ao poder nos Estados Unidos Lyndon Johnson, cuja administração não dava primazia às questões internacionais e muito menos no que a África dizia respeito, embora reconhecesse a sua importância. Assim sendo, as questões relacionadas com a África ficaram a cargo de um pequeno grupo do Departamento de Estado chefiado pelo Sub-Secretário para os Assuntos Africanos, cujo objectivo seria dar uma nova visibilidade internacional aos EUA. Para o efeito, era preciso divulgar e aplicar uma nova política, tarefa que foi incumbida aos embaixadores americanos na região. Desafortunadamente, os diplomatas americanos chegaram a conclusão que bastaria a ajuda económica para resolver o problema, não tendo contudo ido ao âmago da questão que era encontrar uma solução prática para a aplicação do princípio da autodeterminação. Além disso, os Estados Unidos não conseguiam conceber e aplicar uma política que favorecesse uma transição pacífica e que ao mesmo tempo não pusesse em risco os equilíbrios estratégicos então existentes e as relações de poder quer no contexto regional como internacional.

Por outro lado, é preciso não perder de vista que a esta altura, era impensável para Salazar conceder autonomia ou independência para Angola, pelo que todas as pressões neste sentido eram habilmente desviadas pelas autoridades portuguesas.

Com a chegada de Richard Nixon à Casa Branca, Portugal viu-se encorajado a prosseguir com a sua política colonial e perpetuar a sua presença em Angola, pois que se no passado viu-se confrontada com uma pressão do tipo acelera-desacelera por parte da Administração Kennedy, no sentido de partir para a autodeterminação das suas colónias em África, e uma posição neutra por parte da Administração Johnson, o novo inquilino da Casa Branca, deixou bem definida a política externa dos EUA em relação à Portugal. Durante a visita de Marcelo Caetano a Washington em representação do

Estado Português nas exéquias do Presidente Dwight Eisenhower, Nixon prometeu apoio geral à Portugal, tendo reduzido consideravelmente o embargo de armas então vigente. Porém, nesta altura, Portugal via-se à braços com uma precária situação militar em África, e precisava muito mais do que um simples afrouxamento do embargo de armas. Tendo perdido a guerra na Guiné-Bissau onde o exército português foi copiosamente derrotado, e tendo as pretensões de Spínola em negociar o fim das hostilidades militares com o PAIGC fracassado por intransigência de Marcelo Caetano, que apostou na manutenção da presença em África, nada mais restava ao regime senão a sua queda.

Numa reunião entre Kissinger e Melo Antunes, Ministro português sem pasta, realizada em Bona a 20 de Maio de 1974 sob os auspícios do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Ocidental, Hans Dietrich Genscher, Melo Antunes tentou persuadir o diplomata americano sobre a necessidade premente de o seu país fazer com que Angola se tornasse um país independente e não-alinhado. Para lograr tal objectivo, na sua opinião, os Estados Unidos deveriam agir de modo a ajudar o MPLA a chegar ao poder, o que, a acontecer, tiraria este movimento da influência soviética por um lado, e, por outro lado, diminuiria a sua dependência das ajudas externas, como a que recebia por parte de Cuba. Melo Antunes concluiu que o chefe da diplomacia norte-americana foi “frio” e “incrédulo” e fatalista na sua convicção de que Angola estava já perdida.⁴⁹ O facto de Mello Antunes ter tentado persuadir o chefe da diplomacia norte-americana a ajudar a apoiar o MPLA, é bem sintomático da simpatia que as novas autoridades de Portugal nutriam por este Movimento, e que, tal como veremos mais adiante, acabou por influenciar o curso dos acontecimentos que tiveram lugar a escassos dias antes da independência.

Longe de imaginar que o Estado Novo estava com os dias contados, Henry Kissinger procurou fortalecer as Forças Armadas Portuguesas como gesto de retribuição pela cedência da Base dos Açores para o reabastecimento das aeronaves norte-americanas durante a guerra israelo-árabe de 1973. Contudo, Washington foi apanhada de surpresa com a notícia do golpe de estado no dia 25 de Abril de 1974, que levou ao poder elementos da extrema-esquerda, fazendo com que os EUA tentassem isolar Portugal na

⁴⁹ Schneidman (2004:239)

NATO. Compreendendo agora que a situação inspirava cuidados porquanto poderia comprometer os seus interesses em África, Washington decide envolver-se de forma mais profunda em Angola, prestando apoio secreto multifacético à FNLA e posteriormente à UNITA, utilizando a CIA para o efeito.

Em suma, os Estados Unidos adoptaram durante a guerra colonial uma posição dúbia, porquanto ora votavam à favor, ora se abstinham e por vezes até votavam contra Portugal nas Nações Unidas. Em contrapartida, atendendo a necessidade imperiosa da utilização da Base das Lages pelos seus aviões, os EUA forneceram armas, e conselheiros militares especializados em contra-guerrilha que estiveram em Angola a auxiliar os portugueses. Desta forma, as autoridades americanas procuravam não beliscar as suas relações com Portugal, o que lhe valeu sucessivas renovações para a utilização da Base Militar das Lages (1963, 1967 e 1971). Neste contexto, a Base dos Açores foi inteligentemente usada pelas autoridades portuguesas como moeda de troca, a ponto de influenciar o posicionamento das autoridades americanas no que diz respeito ao seu posicionamento oficial assim como em termos de apoios prestados ao regime colonial com vista a manter a sua presença nas ex-colónias. A incongruência de Washington causou alguns desentendimentos entre os membros da Administração, tendo em consequência disso, Charles Diggs, membro da Comissão americana junto das Nações Unidas posto o seu cargo à disposição como forma de protesto à política “suja” da Administração Nixon em África, que salvaguardava os interesses do império colonial português em África.

De todos os apoios fornecidos pelos Estados Unidos à Portugal, com vista a suportar o esforço de guerra nas colónias, não há dúvidas que o fornecimento de armas ocupa o lugar central. Passado cerca de catorze anos desde o término da guerra em Angola, notícias veiculadas pela revista “Mais Alto” do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa, na sua edição de Março/Abril de 1989, dão conta que “em 1975, Portugal tinha adquirido 20 aviões norte americanos Douglas B 26 Invaders, conduzidos para Portugal por um piloto inglês”.⁵⁰ Segundo o referido piloto que acabou detido nos EUA quando estava prestes a trazer o oitavo avião, a CIA e outros departamentos ministeriais da administração americana tinham pleno conhecimento da operação. Estas revelações

⁵⁰ Mateus e Mateus (2011:196)

feitas diante do tribunal, valeram-lhe a absolvição das acusações que sobre si pesavam. No entanto, o apoio de Washington à Lisboa continuou até 25 de Abril de 1974 altura em que se deu a queda do regime.

Paradoxalmente, os Estados Unidos prestavam simultaneamente apoio político, material e financeiro à FNLA tendo esse apoio se estendido mais tarde à UNITA no âmbito do apoio aos Movimentos de Libertação Nacional na sua luta contra o regime colonial português, visando a independência de Angola. A queda do regime em Portugal, protagonizado pelos militares, levou ao poder indivíduos da esquerda ligados ou muito próximos do Partido Comunista Português (PCP) que até então eram praticamente desconhecidos em Washington. Este facto causou imensas desconfianças entre as autoridades norte-americanas que não viam com bons olhos as novas autoridades. Diante de um novo contexto para o qual não estavam preparados, os EUA decidiram incrementar a sua ajuda à FNLA usando a CIA. No entanto, a sua política relativamente à guerra colonial, acabou se revelando desastrosa porque se é bem verdade que tiraram o maior proveito com a cedência da Base das Lages, a Administração americana não soube prever a queda do Estado Novo, tendo sido apanhada desprevenida. Por outro lado, tendo apostado na em Holden Roberto e na FNLA, a quem concedeu todo o seu apoio, Washington acabou por não acertar, cometendo sucessivos erros, fruto do desconhecimento da realidade africana.

2.4 ÁFRICA E O SEU PAPEL NA LUTA PELA DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

Os países africanos sempre estiveram presentes no apoio à luta de libertação nacional em Angola, quer de forma individual ou através da criação de comités, antes mesmo do surgimento da Organização de Unidade Africana (OUA). Além do Congo Leopoldville e mais tarde o Congo Brazzaville e a Zâmbia que serviram de retaguarda segura aos dois principais MLN, quer a FNLA quanto o MPLA beneficiaram desde os primórdios da luta do apoio de vários países do Continente, tendo tal apoio se estendido até 1975 quando o país alcançou a sua independência. Dos países que estiveram mais activos destacam-se a Guiné Conacry, a Tanzânia, a Argélia e o Gana.

A Tanganica que foi um dos países que esteve na linha da frente no apoio à luta pela descolonização de Angola, reuniu em Dar-Es-Salaam dez líderes nacionalistas africanos, tendo no final da reunião sido publicado um comunicado condenando a política portuguesa, sul-africana e rodesiana, apelando para os nacionalistas africanos destes países no sentido de continuarem a luta pela liberdade contra o colonialismo. Sob a presidência do pan-africanista Julius Mwalimu Nyerere, este país que passou a denominar-se mais tarde de Tanzânia, foi um dos principais apoiantes do MPLA, albergando a sua Direcção, tendo se constituído num dos principais pontos de passagem de material de guerra e equipamento militar para Angola.

Países como o Gana e Marrocos também prestaram o seu apoio à luta. No Gana, por exemplo, eram descarregados navios com material de guerra e outros meios vindos da Europa do leste, sendo depois canalizados para o Congo e daí para Angola. Por outro lado, a Rádio Gana emitia um programa onde incentivava os angolanos a não baixarem os braços à luta até o fim do colonialismo. O Marrocos por sua vez, deu início num hospital de Rabat a um curso de enfermeiros praticantes para soldados, tendo sido dada preferência a candidatos que tivessem conhecimento de português e francês.

No vizinho Congo Brazzaville vários apelos foram feitos, destacando-se o dos “Amigos da Presença Africana”, que agrupava escritores e artistas africanos, e que apelava à opinião pública internacional no sentido de apoiar os movimentos nacionalistas angolanos.

No dia 7 de Julho de 1961, foi criada no Cairo uma organização de auxílio à Angola.

Como havia colaboração entre os Serviços Secretos Portugueses e suas congéneres europeias, os Serviços Secretos Alemães numa nota enviada à sua congénere portuguesa à 19 de Agosto de 1961, alertava que representantes de diversas organizações nacionalistas africanas, favoráveis aos guerrilheiros de Angola, se tinham reunido no Cairo, com o fim de enviarem para Angola, armas, munições, dinheiro e medicamentos. A mesma nota referia ainda que faziam parte destas organizações o Partido Nacional Democrático da Rodésia do Sul (NDP), a União Nacional Africana do Quénia (KANU), o Partido da União Nacional de Independência (UNIP), a Frente Unida da África do Sul

(SAUF), o Congresso Nacional do Uganda (UNC) e o Bureau do Ruanda Urundi no Cairo. Estes partidos constituíram uma Comissão de Solidariedade aos Movimentos de Libertação de Angola, com sede no Cairo à qual se juntariam posteriormente 3 representantes da Guiné e do Congo.⁵¹

De 18 a 19 de Dezembro de 1969 realizou-se em GOA uma Convenção Nacional em apoio aos Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas.

Nos dias 26, 27 e 28 de Junho de 1970 realizou-se em Roma uma conferência Internacional de Solidariedade aos Povos das Colónias Portuguesas que heroicamente lutavam pela sua libertação. Na Conferência Participaram 64 países e 117 organizações de diversos países. Três dias depois, como vimos mais acima, os líderes dos MLN em Angola, na Guiné e em Moçambique, nomeadamente, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, eram recebidos de forma mediática pelo papa Paulo VI no Vaticano.

Contudo por altura da constituição da OUA, a Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países africanos, realizada em Addis Abeba, entre 15 e 21 de Maio de 1963, com vista a preparação da Conferência de Chefes de Estado em que havia de se constituir a Organização da Unidade Africana (OUA), o Sub-Comité de Descolonização, então constituído, pretendeu incluir na Agenda de Trabalhos algumas recomendações à Conferência que previam o fornecimento de ajuda militar aos nacionalistas. Face à oposição dos países francófonos, que argumentavam não ser militar a ajuda de que os nacionalistas careciam, acabaram por ser propostas, entre outras deliberações, as seguintes:

- Romper as relações diplomáticas de todos os países africanos com Portugal e a RAS.
- Convidar os movimentos nacionalistas à coordenação de esforços com vista à formação de uma frente de acção comum.
- Criar um Comité de Coordenação da ajuda a prestar aos movimentos nacionalistas;

⁵¹ Arquivos da PIDE (3813/61-S.R. pag.2)

- Criar um fundo especialmente destinado a estes movimentos;
- Receber os nacionalistas dos diversos movimentos de libertação nacional, em todos os sectores, nos Estados africanos independentes;
- Aprovar a criação dum corpo de voluntários para intervir em todos os sectores;
- Fixar um prazo para a independência de todos os países sob controlo colonial.

A Cimeira dos Chefes de Estado africanos realizada a 22 de Maio de 1963, aprovou a Carta da Constituição da OUA que, na generalidade e por si só, impõe aos países membros, pelo nº 6 do seu Artigo IIIº, “Dedicação sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes”.

Fazendo uma referência aos territórios nesta condição, o anfitrião e Presidente da Cimeira, Hailé Selassié exortou no seu discurso de boas-vindas aos Membros presentes, no sentido de prestarem ajuda aos povos de Angola, Moçambique e África do Sul.

Mais importante ainda, a Cimeira deliberou o seguinte:

- Criar corpos de voluntários em cada um dos Estados Membros, com vista a treinar e auxiliar os movimentos nacionalistas africanos, e um comité, com sede em Addis-Abeba, para controlo destes corpos;
- Romper relações diplomáticas e suspender o comércio com Portugal e RAS, encerrando ao tráfego marítimo e aéreo destes países, os portos e aeroportos;
- Criar um Comité – African Liberation Committee – com sede em Dar-Es-Salaam, com vista a garantir assistência técnica aos movimentos nacionalistas, incluindo a ajuda militar, e a preparação de pessoal nos campos diplomático, político, técnico e militar.

No período que vai desde a aprovação destas deliberações, até a realização da próxima Cimeira da OUA realizada no Cairo de 17 a 21 de Julho de 1964, verificaram-se os seguintes resultados práticos:

- 21 países cortaram relações com Portugal;
- países fecharam os seus portos e aeroportos à navegação portuguesa;
- 19 países propuseram-se a boicotar comercialmente Portugal;
- Os combatentes da liberdade passaram a receber preparação militar e política na Argélia, Tunísia, Marrocos, RAU, Ghana, Senegal, Guiné-Conackry, Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Malawi, Congo Brazzaville e Congo Leopoldville.
- Foi criado e desenvolveu larga actividade, um Comité de Coordenação de Auxílios, o “Comité dos 9” de Dar-Es-Salaam, que não só canalizou alguma ajuda para os Movimentos Nacionalistas, como procurou estabelecer frentes comuns entre os movimentos num mesmo território e planos de acção militar a levar a efeito pelos partidos.

Na verdade, algumas destas medidas não tiveram o efeito desejado, na medida em que, por exemplo o corte de relações, foi na maior parte dos casos apenas uma atitude já que não existiam praticamente tais relações. Por outro lado, o encerramento dos portos e aeroportos registou-se apenas naqueles países onde normalmente não circulavam navios nem aviões portugueses, mantendo-se contudo abertos os que vinham sendo utilizados por Portugal, nomeadamente na Nigéria, e nos dois Congo.

- Os movimentos nacionalistas passaram a receber ajuda financeira e material por parte do Comité dos 9 quer de forma directa ou na qualidade de intermediários;
- Verificou-se uma intensa preparação de quadros, sobretudo na Argélia, RAU, Marrocos, Tanzânia, Zâmbia e nos dois Congo.

Visando imprimir uma nova dinâmica à luta de libertação nacional, com vista a forçar Portugal a ceder nos seus intentos de perpetuar a sua presença nos territórios que

ocupava em África, a Cimeira dos Chefes de Estado realizada no Cairo aprovou as resoluções mais objectivas, das quais se destacam:

- a) Criação de um orçamento especialmente destinado à ajuda aos Movimentos Nacionalistas, realçando, com vista ao angariamento de elevadas receitas, que a subscrição de cada país africano, para tal, fosse calculada por percentagem fixa da comparticipação de tais países em cotas pagas à ONU.
- b) Criar um mecanismo encarregado de coordenar as medidas de boicote, pois elas não estavam a ser cumpridas.
- c) Criar um comité encarregado de estudar as medidas a tomar para se atingir a unidade africana.
- d) Reafirmar a conveniência de envidar esforços no sentido de promover a unificação dos Movimentos Nacionalistas interessados num mesmo território, sancionando a deliberação antes tomada (em Junho de 1964) pelo Comité dos 9 criado em Addis-Abeba e com sede em Dar-Es-Salaam, de constituir um Sub-Comité especialmente destinado a tratar dos assuntos das colónias portuguesas.

Como se pode depreender, aos Movimentos de Libertação em Angola, não faltou solidariedade, o Continente Africano mobilizou-se e esteve muito activo na luta pela queda do colonialismo português, que ainda assim não se demoveu das suas pretensões em permanecer em Angola a todo e qualquer custo.

CAPÍTULO 3

ANGOLA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

3.1 O 25 DE ABRIL E A QUEDA DO ESTADO NOVO

Em 1970, o governo português despendia já, nada mais, nada menos, do que 400 milhões de dólares por ano, o equivalente a 45% do Orçamento Geral do Estado, em

defesa e segurança. Como é óbvio, isto implicava que outras esferas da vida do país como a educação e a saúde fossem sacrificadas, agravando assim o modo de vida dos portugueses, que já era o mais baixo de todo o continente europeu.

Por outro lado, Portugal que era tido como um destino turístico seguro, sobretudo para os turistas menos exigentes e em busca de tranquilidade e simplicidade, era na realidade um país mergulhado em tensões e divisões que abrangia quase todos os aspectos da sociedade. Se por um lado as reformas introduzidas por Marcelo Caetano não surtiram o efeito prático sobre os problemas que enfermavam a sociedade portuguesa, por outro lado, elas conheceram uma forte oposição por parte dos militares e dos sectores mais radicais, defensores das teorias salazaristas, que temiam que Marcelo Caetano estava a criar as condições para abandonar as colónias.

Tal como fizemos referência no capítulo anterior, a obstinação do governo português em não ceder, relativamente à descolonização dos territórios que ocupava em África, obrigou Portugal a ter que confrontar-se com três frentes militares em simultâneo, o que, acarretava enormes custos humanos devido a dureza das condições dos combates em África. A medida que aumentava a intensidade da guerra colonial, aumentava também o descontentamento popular pelo esforço que ela exigia. Como prova disso, apenas 30% dos jovens chamados a incorporar nas Forças Armadas apresentavam-se nos postos de recrutamento. De modo a garantir a permanência dos efectivos nas Forças Armadas Portuguesas, o serviço militar obrigatório passou de um para quatro anos, para além de ser complementada com uma nova legislação que permitia ao Estado, voltar a incorporar nas Forças Armadas os oficiais das quatro últimas incorporações caso a situação assim o exigisse.

A abertura da 3ª Região Político-Militar, depois da Zâmbia se ter tornado independente, apanhou as autoridades portuguesas em contra-pé, tendo causado sérias dificuldades ao regime colonial português que se viu obrigado a estabelecer às pressas, postos avançados em zonas remotas na imensidão das chanas do leste angolano, em meio a condições hostis. Vivendo o sufoco do isolamento e a amargura das adversidades impostas pela natureza no leste, os jovens recrutas cedo começaram a ressentir-se e transformaram-se eles mesmos numa das principais forças de oposição à política colonial portuguesa em relação às colónias em África.

No dia 25 de Abril de 1974, Marcello Caetano foi deposto pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) ou Movimento dos Capitães, que protagonizou a revolução que ficou conhecida como “Revolução dos Cravos”. A acção protagonizada pelos militares portugueses, culminou com o fim do regime colonial fascista que durante mais de 40 anos governou com mão de ferro não somente as suas colónias no ultramar mas também Portugal continental, negando aos seus cidadãos as suas liberdades democráticas. Este grupo de militares, opunha-se ao regime português e manifestava descontentamento pela política do governo relativamente à guerra colonial, pelo que privilegiavam a solução política da mesma em detrimento da militar. Neste contexto, a queda do regime colonial, abriu boas perspectivas no que concerne a independência das ex-colónias, o que se veio a confirmar com o anúncio feito pelas novas autoridades, relativamente ao direito dos povos das colónias à autodeterminação, manifestando o seu desejo de dar os passos no sentido da descolonização dos territórios portugueses em África.

Neste sentido, os três Movimentos de Libertação Nacional celebraram um acordo de cessar bilateral com as forças portuguesas, tendo a UNITA sido o primeiro a fazê-lo a 14 de Junho de 1974, seguindo-se-lhe a FNLA a 15 de Outubro de 1974 e finalmente o MPLA no dia 21 de Outubro de 1974 nas Chanas do Lunhamege no Leste de Angola. Posteriormente, ocorreram negociações entre as autoridades portuguesas e os três Movimentos no sentido de se alcançar um entendimento quanto ao estatuto político a ser atribuído ao território.

O facto de existirem três Movimentos tornou complexas as negociações não somente pelo facto de comungarem ideologias diferentes, mas também, e sobretudo, porque cada um deles era apoiado por diferentes superpotências que nesta altura rivalizavam entre si, numa luta onde cada um procurava vincar a sua posição com vista a alcançar os seus objectivos, que consistiam naturalmente em ganhar vantagens sobre os adversários de modo a colocar no poder o seu aliado, visando em última instância salvaguardar os seus interesses numa futura Angola independente.

Além disso, não havia unidade de pensamento por parte das autoridades portuguesas, quanto ao rumo a adoptar para as ex-colónias em África. Enquanto o General Spínola primava por uma espécie de federação de estado sob o qual a autoridade portuguesa

deveria continuar a se fazer sentir, os sectores mais radicais do Movimento das Forças Armadas, defendiam de forma inequívoca a autodeterminação e a independência imediata dos territórios ultramarinos. A pressão nesse sentido foi de tal ordem que o presidente da República viu-se forçado a anunciar a autodeterminação desses territórios em finais de Julho. Esta decisão, contudo, trouxe ao de cima uma questão que no nosso entender veio sobremaneira influenciar o processo de transferência de poder e terá condicionado em última estância o seu resultado: Como, quando e a quem é que seria feita a transferência de poder, e se Portugal estaria em condições de garantir que tal fosse feito sem sobressaltos. Irremediavelmente, os acontecimentos que tiveram lugar e o próprio tempo provaram que a resposta à primeira parte da pergunta seria uma incógnita e, para a segunda parte, seria não, conforme veremos mais adiante.

Por outro lado, os efectivos militares estacionados em Angola cuja atitude era contrária à política do regime, não esperavam outra coisa que não fosse abandonar o território

3.2 A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA: O ACORDO DE ALVOR

Consumada que estava a decisão sobre a descolonização de Angola que arrancou com alguma lentidão, logo de início começaram a surgir discordâncias e conflitos relativamente ao processo em si. Uma semana após ter entrado em funções o Governo de Transição, a FNLA fez sair um comunicado dizendo que o mesmo era “inconsistente com o espírito e a letra do direito dos angolanos à autodeterminação”⁵². Na sua óptica, o GT tinha tudo para exercer a influência de Portugal sobre Angola e era liderada pelo Almirante Rosa Coutinho, de quem se conheciam as simpatias pelo Partido Comunista Português e de forma mais significativa pelo MPLA.

Conforme referido no capítulo anterior, em finais de Outubro de 1974, os portugueses haviam assinado já um acordo de cessar-fogo com os três principais movimentos de libertação nacional, MPLA, FNLA e UNITA. Logo depois disso, Savimbi tenta criar uma coligação entre os três movimentos para negociar a independência com o governo militar de Portugal. A 25 de Novembro do mesmo ano, Savimbi e Holden assinaram em Kinshasa um acordo de reconciliação e a 18 de Dezembro Savimbi e Agostinho Neto

⁵² Schneidman (2004:258)

assinaram no Moxico um acordo, através do qual se comprometiam a criar uma frente comum onde seria incluída a FNLA. Nessa conformidade, os três líderes reuniram-se de 3 a 5 de Janeiro de 1975 em Mombaça no Quênia, sob os auspícios do Presidente Jomo Keniatta. No final do encontro foi assinado um acordo entre os três nacionalistas que reconheceram-se como partes independentes com direitos e responsabilidades iguais. Outrossim, concordaram ainda sobre a necessidade de haver um período de transição cuja duração não foi especificada, de modo a se prepararem para a recepção do poder.

Este Acordo de Mombaça abriu o caminho para a realização a 10 de Janeiro de 1975 no Alvor, de uma cimeira sobre o futuro de Angola entre Portugal e os Movimentos de Libertação Nacional. Os três Movimentos estiveram representados ao mais alto nível, isto é, Agostinho Neto pelo MPLA, Holden Roberto pela FNLA e Jonas Savimbi pela UNITA. Portugal, por sua vez, esteve representado pelo Presidente Costa Gomes, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, pelo Ministro sem pasta Melo Antunes e pelo Alto-Comissário para Angola, Rosa Coutinho.

A vontade de ultrapassar as diferenças entre os MLN, e entre estes e Portugal era tão grande, que ao cabo de dois dias de intenso trabalho os participantes registavam já imensos progressos. Assim sendo, no dia 12 de Janeiro, os três Movimentos emitiram um comunicado tranquilizando a opinião pública nacional e internacional dizendo que nenhum obstáculo impediria que “uma frente unida de libertação” se preparasse para a independência. Ainda no mesmo dia, um outro comunicado fazia saber que foram feitos “grandes progressos” no que toca a um plano conjunto de descolonização que havia sido entregue pelos grupos angolanos à delegação portuguesa. No final da Cimeira a 15 de Janeiro de 1975 as partes assinaram o Acordo de Alvor que, como nota de destaque, indicava o 11 de Novembro de 1975 como data para a independência de Angola.

Embora a Cimeira tenha parecido decorrer num clima de cooperação e entendimento entre as partes, a grande verdade é que em termos práticos, muito dificilmente o Acordo de Alvor teria funcionado, pelas seguintes razões óbvias: em primeiro lugar, o tempo estipulado para a realização das eleições e formação da assembleia constituinte – nove meses após a tomada de posse do Governo de Transição - era insuficiente, uma vez que durante o tempo de conflito, o que os Movimentos de Libertação Nacional souberam fazer bem, foi a guerra, da qual dependeu a sua sobrevivência. Por este motivo,

precisavam de tempo suficiente para se readaptarem a nova situação, transformando-se de movimentos guerrilheiros para forças políticas de facto e prepararem-se para o jogo democrático, consubstanciado no debate de ideias e na diferença de opinião. A ânsia por um lado e a pressa de assumirem os destinos de uma Angola independente, fez com que se definisse o 11 de Novembro como a data para a proclamação da independência de Angola.

Para governar o país no período que vai da assinatura de Alvor até à independência, foi criado um Governo de Transição (GT) que era presidido por um Colégio composto por um membro de cada MLN, sendo que a presidência do GT era rotativa, e qualquer decisão tomada tinha de ter pelo menos a anuência de dois dos três membros do Colégio. Com o objectivo de garantir um certo equilíbrio entre os três MLN, ficou decidido que os doze ministérios criados deveriam ser repartidos de forma equitativa entre estes e os portugueses. No entanto, o processo de transição exigiria que em determinados momentos fossem tomadas medidas rápidas e decisivas sob pena de comprometer o bom andamento do processo, pois que, apesar de se ter chegado rapidamente ao Acordo, o nível de desconfiança e até mesmo o ódio entre os três Movimentos era muito grande. Por outras palavras, as partes assinantes do Acordo de Alvor tinham conseguido chegar a um entendimento que era preciso preservar a todo o custo até ao fim, mas as modalidades encontradas para a implementação do mesmo não eram funcionais, nem de longe nem de perto, por razões óbvias como veremos mais adiante, o que comprometeu em última instância não apenas a sua aplicabilidade mas todo o processo em si.

Um dos objectivos principais da delegação portuguesa ao Acordo de Alvor, era de obter junto das partes angolanas ao referido Acordo, garantias de que os brancos não saíssem de Angola em pânico, de forma humilhante. Contudo, e contra as previsões portuguesas, ficou claro que isto não seria possível, e longe de conseguir uma garantia de saída honrosa, tornou-se evidente que teriam de sair da pior maneira, ou seja, fugindo, ao consentirem que apenas os três Movimentos se candidatassem à Assembleia Constituinte, ao perceberem que o quadro não era favorável à uma presença dos brancos nas eleições.

Por outro lado, e em relação as forças armadas, o Acordo previa a criação de um exército integrado, composto por militares oriundos dos três MLN e Portugal, sendo que este país deveria contribuir com 24 mil homens e os Movimentos de Libertação Nacional, dariam 8 mil homens cada. O exército deveria ser formado antes da proclamação da independência. Havia um comando militar unificado onde os movimentos se faziam representar, e era a ele e aos respectivos quartéis-generais que cabia tomar todas as decisões operacionais. Apesar da força ser mista transversalmente, cada MLN poderia ter as suas instalações separadas. Como se pode facilmente depreender, este figurino quer da composição como da tomada de decisão seria impraticável.

Outrossim, tal como se fez referência anteriormente, as forças militares portuguesas estavam desgastadas devido à intensidade da guerra e com o moral muito baixo pelas perdas sofridas no teatro das operações militares, além de estarem mal equipadas. Por outro lado, os guerrilheiros dos MLN, saíam de uma guerra de longa duração contra os portugueses por quem não nutriam qualquer simpatia e careciam de treino adequado para integrarem um exército moderno. Aliás, os militares portugueses não estavam minimamente interessadas em permanecer em território angolano, o que ficou bem demonstrado pela forma efusiva como celebraram a assinatura do Acordo de Alvor.

Na realidade, por altura do Acordo de Alvor, os angolanos estavam desgastados com os portugueses e o que mais queriam nessa altura, era vê-los fora de Angola e assumirem eles mesmos o seu destino, independentemente do facto de precisarem tempo para deixarem sarar as feridas da guerra e criarem um clima conducente à uma transição ordeira e pacífica. Nesta conformidade, os líderes dos três Movimentos foram para as negociações com a lição estudada em Mombaça de onde tinham decidido uma semana antes os termos de um Acordo que os portugueses viram-se praticamente obrigados a assinar, pois não lhes restava outra saída. Só assim se entende o “rápido entendimento e progresso” alcançado no Algarve.

Na perspectiva dos Movimentos de Libertação Nacional, nunca antes o sentimento de liberdade e independência esteve tão próximo como agora. Todos os representantes angolanos presentes em Alvor sentiam que nunca antes tinham chegado tão perto e que se antes os objectivos pelos quais se batiam eram incertos, Alvor abria um novo capítulo

na longa história da colonização portuguesa em Angola. Era o tudo ou nada, havia se chegado ao ponto de não retorno, e depois de Alvor, pouco mais faltava para o grande dia.

Uma vez os portugueses de fora do processo da assembleia constituinte, estando a autoridade política em poder dos três principais movimentos, e encontrando-se o processo da criação das forças armadas unificadas comprometido atendendo aos contornos bastante complicados da sua implementação, estava ditada a sentença ao Acordo de Alvor. Os cerca de meio milhão de portugueses em Angola viam os seus privilégios sociais, económicos e pessoais seriamente ameaçados e vislumbravam um futuro bastante sombrio, com o aproximar galopante da independência. Aliás, percebendo agora que não lhe restava outra alternativa senão “abandonar o navio antes que o mesmo naufragasse” a preocupação dos portugueses estava agora virada para a criação de condições para a sua fuga de Angola e deixar os angolanos matarem-se entre si.

No entanto em 1975, o Almirante Rosa Coutinho foi nomeado Governador-Geral de Angola e Comandante-Chefe das Forças Armadas Portuguesas em Angola. Sobre ele, recaem acusações de ter favorecido o MPLA na disputa do poder pelos três Movimentos de Libertação Nacional, até porque como se sabe, Coutinho ou ainda Almirante Vermelho como também era conhecido, nunca escondeu as suas simpatias pelo Partido Comunista Português, de quem o MPLA sempre beneficiou de apoio. Numa entrevista televisiva passada em 1986, por uma estação televisiva canadiana, num documentário intitulado “As Novas Guerras de Libertação”, Rosa Coutinho, para além de ter dito que o processo de descolonização foi por si conduzido em 6 meses, ele confessou que tinha consciência de que as eleições não teriam lugar no prazo estabelecido porque o país se encontrava num caos político, e que a acontecer seriam uma fantasia. Mais adiante, realçou que a única solução seria reconhecer o MPLA -que na sua óptica era o Movimento mais capaz de entre os três- como a única força capaz de governar Angola, razão pela qual Portugal deveria celebrar com este Movimento um acordo separado para a transferência de poder no dia 11 de Novembro, data marcada para a independência de Angola.

Facto curioso, contudo, é que Rosa Coutinho havia sido capturado pelas tropas do ELNA, Exército da FNLA, quando a sua embarcação realizava uma missão de patrulhamento no Rio Zaire durante os anos da luta de libertação, tendo sido levado até à famosa Base Militar da FNLA em Kinkuzu, Zaire, onde se diz ter passado maus bocados e sido humilhado pelos responsáveis da FNLA. A sua libertação meses depois, só foi possível depois de várias rondas de negociações que envolveram o presidente Mobutu Sesse Seko do Zaire, que como se sabe foi o mentor de Holden Roberto e seu principal suporte em África. Por tudo quanto se disse aqui, é bem provável que Rosa Coutinho tivesse razões acrescidas para “vingar-se” da FNLA, entregando de bandeja o poder ao MPLA.

3.3 ANGOLA NO CENTRO DAS SUPERPOTÊNCIAS

No início da década de 60, em plena guerra fria, a rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, era marcada principalmente pelo facto de cada um destes países procurarem à sua maneira, apoiar os Movimentos de Libertação Nacional. Cada um, a seu jeito, ia procurando exercer a sua influência sobre a parte que apoiava, buscando ganhar vantagens para um futuro que era incerto na altura.

Logo nos primórdios da luta de libertação nacional, os EUA apoiavam os nacionalistas que combatiam os portugueses, mais precisamente a FNLA de Holden Roberto, pelo facto de considerarem África como um local estratégico, atendendo as perspectivas americanas futuras na arena internacional. Como uma visão a longo prazo, Washington considerava que África era o maior “...campo aberto para manobras na concorrência mundial entre o Bloco (Comunista) e o mundo não-comunista”⁵³, acreditando que tal concorrência carecia de uma intervenção política e diplomática que assegurasse o triunfo norte-americano num futuro que se revelava distante, ou seja, a longo prazo.

Foi nesta base que Washington decidiu investir imensos recursos na formação de dirigentes políticos em África. Para as colónias portuguesas, os EUA criaram programas educativos e apoiaram nacionalistas que passaram a ser a sua ligação com o futuro. No caso específico de Angola, os Estados Unidos apostaram em Holden Roberto e na

⁵³ Schneidman, (2004:58)

FNLA, organização que recebeu de sua parte apoio considerável na década de sessenta. Com este envolvimento, os EUA tinham como objectivo travar a expansão da influência soviética em África, particularmente em Angola, por um lado, e, por outro lado, colocar no poder, um governo ao serviço da América, e uma personalidade sobre o qual pudessem exercer a sua influência de acordo com os seus interesses.

Noutra vertente, funcionários da administração acreditavam que o facto dos estudantes angolanos interagirem com a sociedade americana, conhecendo os seus hábitos e costumes e assimilando a sua cultura, teria um impacto positivo sobre os mesmos, dando-lhes uma visão mais abrangente.

Tal como foi referenciado anteriormente, a FNLA de Holden Roberto recebia apoio multiforme dos Estados Unidos da América. O MPLA, por sua vez, era apoiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que canalizava o seu apoio através dos países africanos independentes como o Gana que se tornara independente em 1957.

Contudo, na década de 70, e fruto de desconfianças de parte a parte entre os americanos e Holden Roberto, o que conduziu a um esfriamento nas relações entre ambos, e também porque fruto da dinâmica do processo em si, que fez surgir em 1966 no panorama político angolano a UNITA de Jonas Savimbi, que rompera com a FNLA de Holden Roberto onde fora Ministro dos Negócios Estrangeiros, os EUA perderam o protagonismo que tinham, e a União Soviética passa a rivalizar com a República Popular da China.

Tendo reavaliado a sua política externa anterior para África, Pequim ressurge no cenário com uma abordagem diferente à aquela que lhe fizera cometer muitos erros no passado, que era consubstanciada na subversão dos governos africanos. Neste contexto, a China passou a privilegiar as relações directas com os governos, enquanto limitava o apoio aos MLN, aos grupos que se levantavam contra os governos de minoria branca, assim como contra o controlo colonial, o que lhe permitiu conservar a sua ideologia revolucionária sem comprometer as relações com os governos africanos.

De forma inteligente, a abordagem chinesa em relação à África assentava numa estratégia de auxílios que fazia passar como desinteressada mas que no entanto era de

grande relevância social e comercial. Exemplo disso, é o financiamento de um projecto da linha de caminho-de-ferro de 1800km avaliado em 400 milhões de dólares que saia de Dar-Es-Salaam até ao centro da Zâmbia. Este projecto que havia sido rejeitado pelos países ocidentais por considerarem-no economicamente inviável, fez com que Pequim granjeasse a simpatia dos principais beneficiários do mesmo, a Tanzânia e a Zâmbia e passasse a ter uma forte influência sobre os mesmos.

Em Janeiro de 1973, Mobutu Sesse Seko visita a China depois de ter sido convencido por Kenneth Kaunda a rever a sua posição em relação à este país asiático, tendo conseguido um empréstimo sem juros para um período de trinta anos.

Essa visita, no entanto, abriu o caminho para um novo cenário na rivalidade entre a URSS e a China que na verdade já vinha “piscando o olho” à Angola. Nove meses depois da visita de Mobutu ao gigante asiático, Pequim entrava pela porta grande em Angola quando à cabeça de uma delegação da FNLA, Holden Roberto efectuava uma visita de trabalho de dezoito dias à China, de onde saiu com a promessa de receber apoio militar substancial. Na sequência dessa visita, Holden parte para a Roménia quinze dias depois, de onde obteve também a promessa de apoio militar por parte do maior aliado da China na Europa naquela altura. De realçar, no entanto, que cerca de dois anos e meio antes de Holden visitar a China, em Julho de 1971, já Agostinho Neto tinha visitado este país, porém não lhe foi concedido qualquer apoio porque as autoridades chinesas consideraram que o MPLA tinha uma ligação muito forte com Moscovo.

Em consequência da visita de Holden à China, a 29 de Maio de 1974 a FNLA recebe no Zaire um grupo composto por cento e doze instrutores chineses, chefiado por um reputado General do Exército Popular da China, para treinar as forças do ELNA na Base Militar de Kinkuzu, e a 28 de Agosto do mesmo ano, notícias postas a circular pela imprensa em Kinshasa, davam conta que a FNLA acabava de receber uma grande quantidade de equipamento militar da parte do Partido Comunista Romeno, notícia que foi confirmada pela direcção desse Movimento a 10 de Setembro, ao reconhecer publicamente a recepção de 450 toneladas de equipamento militar proveniente da República Popular da China.

Noutra vertente, a China teve um primeiro contacto com a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em 1966 quando Jonas Savimbi encontrou-se com Mao Tsé-Tung em Pequim. Em 1974, a China gozava da simpatia da FNLA, da UNITA e do Governo do Zaire de quem tinha garantias no que ao poder militar em Angola diz respeito. Por razões que se crêem estratégicas, Pequim preferiu não recorrer a essas forças. Enquanto isso, a União Soviética mantinha uma relação muito estreita com o Congo Brazzaville de Marien Ngouabi, o que lhe permitia contrapor as movimentações da China na região.

De realçar, contudo, que o MPLA mantinha nesta altura relações menos boas com a URSS. Nesta base, fazendo uma reavaliação das mesmas, Moscovo decide suspender o seu apoio à Agostinho Neto e em contrapartida, passou a apoiar a Facção Chipenda, liderada por Daniel Júlio Chipenda. Porém, depois da visita de Mobutu à China, Agostinho Neto foi convidado a visitar a União Soviética, de onde saiu com garantias de continuar a receber apoio contra os portugueses.

Embora os contactos entre a liderança do MPLA e Moscovo tenham recrudescido na segunda metade de 1961, altura em que chegaram à Capital da URSS Mário Pinto de Andrade, Presidente interino e Viriato da Cruz, Secretário-Geral do MPLA para pedir apoio em armas, este Movimento já era conhecido pelas autoridades soviéticas desde 1956, ano da sua fundação.⁵⁴ A visita, foi a todos os títulos positiva, porquanto os dois dirigentes deixaram boa impressão junto dos dirigentes do Kremlin, tendo em consequência disso as autoridades soviéticas decidido prestar ajuda multiforme ao MPLA, dando assim início à cooperação entre ambas as partes, que foi reforçada com a visita de Agostinho Neto a esse país pouco tempo depois.

Contudo, as divergências que surgiram posteriormente entre Agostinho Neto por um lado, e Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz por outro lado, e que culminaram com o afastamento do segundo, da Direcção do Movimento e o rompimento das relações entre Neto e Viriato, quase levaram a que Moscovo reconhecesse em 1963 o GRAE de Holden Roberto como o único representante do povo angolano, não fosse a pronta intervenção de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, que

⁵⁴ Milhazes (2009:32)

gozava de um grande prestígio junto das autoridades do Kremlin e que por feliz coincidência para o MPLA, estava tal como Neto em Moscovo, tendo in extremis conseguido reverter uma decisão tomada nesse sentido, por Nikita Sergueevitch Krutchev, Presidente da URSS.

A URSS reatou a ajuda militar ao MPLA, depois de a ter cessado devido às quezílias dentro do movimento entre a Direcção e as diferentes facções (Revolta Activa e Revolta do Leste) causadas pela China, que procurava expandir a sua influência sobre os líderes das facções, numa perspectiva de assegurar os seus interesses.

Enquanto Moscovo e Pequim se digladiavam por exercer e expandir a sua influência em Angola, Washington apostava na diplomacia geoestratégica, procurando essencialmente, gerir as suas relações com a URSS, mas não perdendo de vista o apoio aos seus aliados - Holden Roberto, por um lado e, Jonas Savimbi, utilizando para o efeito a África do Sul do Apartheid.

Assim, no verão de 1974, a CIA envidou esforços no sentido de haver uma maior intervenção americana em Angola, porém o panorama político internacional não permitia aos EUA distribuir a sua atenção, dispersando esforços e recursos em muitas frentes já que o país estava envolvido na guerra do Vietname e via-se a braços com o escândalo Watergate. Ainda assim, em Julho de 1974, a Agência Central de Inteligência dos EUA procedeu a um aumento no ordenado de Holden Roberto entre 10.000 a 25.000 dólares americanos de modo a “passar a palavra de que a CIA fazia parte da corrida” para a influência em Angola.⁵⁵

Em Agosto do mesmo ano, fruto da evolução dos acontecimentos, as três potências aumentaram os seus interesses em Angola, o que, subsequentemente acentuou a luta entre si visando a conquista de espaço para influência política numa futura Angola independente. No entanto, os Estados Unidos só viriam a dar toda a importância a questão de Angola no início de 1975, altura em que o dossier Angola foi incluído na agenda de trabalhos do Comité 40, organismo encarregue de autorizar todas as operações secretas.

⁵⁵ Schneidman(2002:264)

Confrontados com o evoluir da situação em Angola que já era favorável ao MPLA apoiado pela União Soviética e Cuba, os americanos apercebem-se que estavam atrasados na corrida para influenciar o curso dos acontecimentos no país e que os seus tradicionais aliados tinham perdido bastante terreno face a um MPLA bastante revigorado devido não somente do apoio material que recebia da URSS, mas sobretudo do apoio que recebia de Cuba no treino dos seus quadros militares e ainda do apoio multifacético que recebia agora da OUA e de vários países africanos no quadro do espírito pan africanista.

Como que a despertar de um sono profundo, Washington decide aumentar o seu apoio a Holden Roberto e Savimbi, com o objectivo de contrapor a agora mais que evidente vantagem do MPLA e, naturalmente, “marcar o seu lugar” junto de um dos futuros presidentes de Angola. A preocupação dos americanos era maior ainda porque Mobutu vinha desesperadamente alertando para o quadro que se ia formando em Angola e que poderia comprometer não somente os interesses de Washington na região mas também as suas ambições pessoais relativamente à subida ao poder de Holden Roberto, seu protegido e aliado, de quem tinha recebido garantias da anexação de Cabinda pelo Zaire, uma vez chegado ao poder. De modo a despertar a atenção dos EUA para intervirem com urgência, o presidente do Zaire ameaçou expulsar o chefe da missão diplomática daquele país em Kinshasa.

Não é demais recordar que num breve encontro em Junho de 1974 com o Presidente Richard Nixon na base das Lages, António de Spínola, Presidente de Portugal, mostrou-se favorável a um referendo nas colónias de modo a perpetuar a presença de Portugal que teria o domínio da federação decorrente do referido referendo. Mais tarde, em Setembro do mesmo ano, tal como fizemos referência no capítulo anterior, Spínola teve um encontro com Mobutu na Ilha do Sal em Cabo-Verde, juntando-se-lhes Holden e Savimbi, onde ficou acordado o afastamento de Agostinho Neto do cenário político angolano na transição para a independência, abrindo assim o caminho para que Holden ou Savimbi, assumisse o poder após a independência.

Nesse espírito, e também para não comprometer a confiança do seu principal aliado na África Central, Mobutu Sesse Seko, Washington aprova a concessão de um fundo de

3.000.000 dólares à Holden Roberto ao mesmo tempo que veta um subsídio de 100.000 mil dólares para Savimbi. Esta atitude, parece definir claramente que nesta altura, Washington apostava tudo em Holden Roberto em detrimento de Jonas Savimbi que era relegado para um segundo plano.

O apoio recebido dos EUA, deu uma verdadeira lufada de ar fresco à FNLA, já que “Holden Roberto comprou o principal jornal angolano, *A Província de Angola*, uma estação televisiva e vários veículos”⁵⁶, para além de estabelecer um escritório político em Luanda onde até então não se fazia sentir a sua presença

No entanto, a administração norte-americana, fiel aos seus princípios, tinha uma segunda agenda de modo a salvaguardar os seus interesses, no caso de Holden Roberto não corresponder as suas expectativas: “criar ligações a Jonas Savimbi para garantir um máximo de informações no desenrolar da acção em Angola”⁵⁷.

Em 1975, Daniel Júlio Chipenda que rompera com o MPLA, junta-se a 20 de Fevereiro à FNLA, situação que foi acolhida com grande júbilo em Washington, embora a administração receasse que atendendo à correlação de forças agora favorável à FNLA esta viesse a atacar o MPLA, receio que se veio a confirmar um mês depois quando tropas do ELNA atacaram e mataram cerca de meia centena de guerrilheiros do MPLA.

Diante destes acontecimentos favoráveis à FNLA e satisfeitos agora com o evoluir da situação a seu favor, os EUA fizeram uma avaliação completamente errada da situação em Angola e das verdadeiras capacidades dos MLN, que viria a ter repercussões catastróficas para aquilo que eram as suas pretensões em relação a Angola, e cujas consequências América continua a sofrer até aos dias de hoje.

Desconhecedor da realidade angolana e enganada por Mobutu, agente da CIA e seu principal aliado na África Central, América coloca a fasquia muito alta apostando em Holden Roberto e na FNLA, desacreditando no apoio da União Soviética ao MPLA, Movimento que os EUA subestimavam, e que tal como no passado, continuavam a considerar como o “elo mais fraco” dos movimentos de libertação nacional. Foi nesta

⁵⁶ Schneidman(2002:266)

⁵⁷ Ibidem

base que América reforçou o seu apoio secreto à Holden Roberto no sentido de tornar a FNLA política e militarmente forte, convencendo-se erradamente que a situação jogava a seu favor.

Desde o início da década de 60, os EUA estiveram sempre envolvidos em Angola através do apoio concedido à Holden Roberto. Para além de apoiarem a FNLA de forma discreta, Washington procurou de forma sistemática influenciar Portugal a enveredar pela descolonização mas sem comprometer o seu relacionamento com este país pelas razões abordadas mais acima.

Por outro lado, faziam-no de forma indirecta pela desconfiança apresentada pelo facto do governo português ser integrado por elementos do Partido Comunista Português, o que, na sua óptica, poderia colocar o país sob a esfera da influência da União Soviética. Ou seja, havia um receio permanente que levava as autoridades americanas a tudo fazerem no sentido de impedir que o país caísse na mão dos partidos de esquerda.

Neste sentido, e na ambição de exercer a sua influência geopolítica em África e de contrariar a dos países comunistas, Henry Kissinger, Secretário de Estado Norte Americano, lançou publicamente em Agosto de 1975 um aviso à URSS para que não interferisse em Portugal. Porém, nessa altura, a influência política de Moscovo nas principais colónias portuguesas em África já era uma realidade impossível de ser contornada conforme o próprio tempo encarregou-se de confirmar.

Com efeito, tendo a URSS fracassado no ex-Zaire ao ser suplantado pelos EUA com o derrube de Patrice Lumumba, ela viu em Angola, uma oportunidade soberana de redimir-se da derrota sofrida na concorrência entre ambos pela conquista de zonas de influência em África, no âmbito da guerra fria, apoiando o MPLA não por razões ideológicas ou pragmáticas, mas pelo facto da organização dirigida por Agostinho Neto ter provado ser “o único movimento nacional que realizava uma luta real contra os colonizadores”⁵⁸. Ou seja, para os soviéticos a referência ideológica era secundário, o que acaba por explicar o facto de o Bureau Político do PCUS ter decidido reconhecer o principal oponente do MPLA, a FNLA, o que não veio a se consumir por razões já

⁵⁸ Milhazes (2009:35)

explicadas acima e ter de um modo geral tentado estabelecer contactos através dos seus serviços de espionagem com a própria FNLA e a UNITA.

Em suma, os soviéticos estavam interessados em ter um movimento forte, cujas acções no terreno produzissem efeitos práticos à máquina colonial. Foi nesse sentido que logo no princípio de 1967 enviaram uma importante delegação multisectorial que efectuou um périplo pelas colónias portuguesas em África. Em Angola, a delegação encontrou-se com representantes do MPLA em Dar-Es-Salaam e Lusaka, Chipenda e Aníbal de Mello respectivamente, tendo constatado sérios problemas nas hostes do Movimento o que condicionava a eficiência da luta armada. Porém na sede do MPLA no Congo Brazzaville, onde encontrou-se com Neto, constatou que havia interlocutores competentes entre os angolanos. Por outro lado, os membros da delegação ouviram o registo de um médico militar soviético que trabalhava no hospital do MPLA em Dolisie, segundo o qual, o centro recebia regularmente feridos vindos das zonas operacionais e que os níveis de disciplina no sei dos guerrilheiros não eram maus, fruto do bom trabalho realizado pelas chefias militares. A impressão causada por Neto, é retratada por Vadim Kirpitchenko, um dos membros da delegação nos seguintes termos: “Fiquei com uma impressão agradável do encontro com ele e, se não fosse a cor da pele, Neto pareceria mais um europeu fleumático do que um africano temperamental”.⁵⁹ Esta avaliação, teria provavelmente aumentado os créditos de Agostinho Neto e do MPLA junto das autoridades soviéticas e concorrido para a manutenção e posteriormente para o aumento do apoio da URSS ao MPLA, ajudando na formação de quadros militares e civis. Dados dos arquivos da União Soviética revelam que em 1963, a ajuda recebida pelo MPLA por parte da URSS cifrava-se em 50 mil dólares norte americanos tendo este valor aumentado para até 220 mil dólares em 1973. Essa ajuda era feita através do Fundo Sindical Internacional de Ajuda às Organizações Operárias de Esquerda sediada na Roménia.

Contudo, torna-se importante referir que apesar do apoio soviético ao MPLA, a liderança da URSS não possuía um plano elaborado de acções ou um plano de operações para Angola semelhante ao Plano de Operação da CIA como tinha por exemplo os Estados Unidos, referido por John Stockwell na sua obra “A CIA contra

⁵⁹ Ibidem (2009:39)

Angola”, através do qual foram criados grupos ou centros operativos na Agência Central de Informação (CIA) e no Conselho de Segurança Nacional. A liderança do PCUS só criou o Sector África na Secção Internacional do CC do PCUS em 1960 depois da independência de dezassete estados africanos. Nessa altura, os Estados Unidos já marcavam a sua presença na África Central com um forte envolvimento nos acontecimentos no Congo, que conduziram com o derrube de Patrice Lumumba.

Importa referir que apesar de ter apoiado o MPLA fornecendo-lhe armamento e outros equipamentos militares, as relações entre a URSS e este Movimento foram sempre marcadas por altos e baixos com desconfianças mútuas que foram apenas niveladas em 1975 com a conquista da independência de Angola.

Ao passo que a URSS colocou a fasquia bem alta em Angola, concedendo apoio substancial ao MPLA nos momentos decisivos, os EUA pareciam não estar certos das suas reais intenções. Neste sentido, Washington concebeu uma estratégia diplomática que evitasse a sua intervenção em zonas problemáticas nos países do terceiro mundo e que ao mesmo tempo impedisse a União Soviética ganhar terreno nos países em desenvolvimento, em particular onde os seus aliados não estivessem em condições de se defender convenientemente. Para concretizar este objectivo, os EUA projectaram expandir as áreas de cooperação com a URSS, aumentando os laços diplomáticos, actividade comercial e intercâmbios científicos e culturais, o que, em última instância, viria a contribuir para o alcance da tão desejada détente entre os dois países. No fundo, o que os Estados Unidos pretendiam com a détente, era impedir que a União Soviética ganhasse vantagens unilaterais no terceiro mundo. Foi com este intuito que o Presidente Richard Nixon ordenou ao Secretário de Estado, Henry Kissinger no sentido de chegar a um acordo com a União Soviética para a “necessidade de se ter apenas uma única norma de conduta internacional”⁶⁰

⁶⁰ Schneidman(2004:157)

CAPÍTULO 4

A VIRAGEM INTERNA E O CONFLITO LESTE-OESTE

4.1 OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E A ESTRATÉGIA DE CONQUISTA DE PODER

Numa tentativa de controlar o destino de Angola, António de Spínola, Presidente de Portugal, reúne-se em Setembro de 1974 na Ilha do Sal em Cabo-Verde com Mobutu Sesse Seko. Juntando-se-lhes Holden Roberto e Jonas Savimbi, os quatro concordaram que Agostinho Neto e as facções marxistas do MPLA “podiam e deviam” ser eliminadas da cena política angolana numa transição democrática para a independência.⁶¹ Para o efeito, precisava garantir que o MPLA se fizesse representar no governo por Daniel Júlio Chipenda e por Mário Pinto de Andrade, este último, na altura, presidente honorário do movimento, sendo que ambos tinham protagonizado a cisão do movimento com a criação da Revolta do Leste e a Revolta Activa respectivamente, fomentando o tribalismo e o regionalismo, criando divisões entre os militantes, o que conduziu a uma grave crise no seio do MPLA. Porém, em finais do mês, Spínola vê os seus planos fracassarem quando se vê forçado a demitir-se do cargo que ocupava, por militares mais jovens e radicais que ao assumirem o poder em Portugal, “rasgaram” o acordo que havia sido assinado entre Spínola e Mobutu através do qual, o MPLA liderado por Agostinho Neto teria ficado de fora do futuro governo angolano.

Em boa verdade, este último acontecimento serviu como abono de família para o MPLA que passou a adoptar uma postura mais ousada, pois que agostinho Neto gozava de um enorme prestígio junto da nova coligação militar e política que estava agora em frente dos destinos do país, que por feliz coincidência para o MPLA, era de esquerda tal como era o próprio MPLA, razão pela qual o apoiava juntamente com o Partido Comunista Português. Neste contexto, Neto consegue sair da cabala montada entre Spínola e Mobutu numa tentativa de afastá-lo do futuro governo, o que, a acontecer, facilitaria a vida à Holden Roberto e à FNLA para assumir os destinos de Angola, concretizando

⁶¹ Schneidnam (2004:253)

deste modo a intenção de Mobutu de impor a aceitação de H. Roberto e do seu movimento como chefe legítimo da revolução angolana.

A FNLA, por sua vez, procurou antecipar os efeitos da situação criada na metrópole com aquilo que interpretava como a tomada do poder em Portugal por comunistas infiltrados nas forças armadas. Neste contexto, na segunda quinzena do mês de Março, os primeiros efectivos das unidades regulares do Exército do Zaire começaram a chegar em Angola disfarçados de soldados do ELNA a quem se foram juntar no norte do país. Até ao mês de Maio estes efectivos rondavam já aos 1300 e fizeram parte do ataque efectuado pela FNLA no dia 23 de Março que culminou com a ocupação da cidade de Caxito. Subsequentemente, o Zaire foi reforçando a sua presença em Angola em apoio à FNLA, enviando diversas unidades de infantaria e paracomandos, unidades blindadas e grupos de artilharia. Finalmente, em Setembro, Mobutu colocou a “cereja no topo do bolo” enviando o 4º e o 7º batalhões de comandos pertencentes à sua força de elite, fazendo-os desembarcar no Ambriz - uma das praças-fortes da FNLA- a bordo de um Hércules C-130 das suas forças armadas.⁶²

Reforçadas com tropas zaienses enviadas por Mobutu Sesse Seko, e acabado de instalar-se em força em Luanda graças ao apoio financeiro substancial recebido dos EUA, e colocando em marcha o plano concebido que visava em última instância a tomada do poder, a FNLA, ataca abertamente a Sede do MPLA em Luanda e seus escritórios no norte, tendo em Março atacado um campo de treinos deste Movimento em Caxito causando inúmeras baixas a instruídos que se encontravam desarmados. A população de Luanda, constituída maioritariamente por pretos e mestiços apoiantes do MPLA, estava saturada com as acções da FNLA e reclamava junto dos dirigentes do MPLA que a passividade deste, permitia com que a FNLA fizesse o que bem lhe apetecia, o que dava a entender que o MPLA não estava em condições de contrapor as acções do Movimento de Holden Roberto. Enquanto isso as tropas portuguesas marcavam uma posição equidistante dos acontecimentos, aliás elas tinham deixado de controlar as fronteiras do país, razão pela qual a 18 de Maio, o jornal “The Observer” reportava a presença de 1200 tropas zaienses em Angola, tendo uma delegação

⁶² Stockwell (1979:172)

portuguesa se deslocado à Kinshasa no sentido de persuadir Mobutu a retirá-las, sem ter no entanto obtido qualquer sucesso.

Contudo a guerra entre o MPLA e a FNLA era simplesmente afigurava-se inevitável e era apenas uma questão de tempo. Nesta conformidade, a resposta do MPLA não se fez esperar. Passando para o contra-ataque, este movimento ataca as forças do ELNA e destrói as suas instalações. Num ápice, os combates se espalharam por toda Luanda qual fogo em capim seco. Como consequência, a FNLA e o seu exército o ELNA, foram expulsos de Luanda, ficando o MPLA com o controlo da Capital do país. Os confrontos entre o ELNA e as FAPLA eram de tal magnitude que segundo algumas fontes, o número de mortos deles resultantes rondava já os mil homens em Maio de 1975. Esta contra-ofensiva do MPLA fez inverter o equilíbrio de forças a seu favor, anulando a vantagem que a FNLA possuía e mais importante do que isso, expôs a vulnerabilidade do então mítico ELNA.

Esta mudança repentina da situação cria um alvoroço junto do Departamento de Estado norte-americano que precisa agora de pensar e agir rápido sobre as formas e o nível de apoio a ser prestado a Holden Roberto, e se possível, a outros dirigentes angolanos. Neste contexto a CIA foi pressionando no sentido de se proceder a um aumento substancial no apoio que já vinha sendo dado à Holden Roberto, ao mesmo tempo que dever-se-ia apostar também no apoio com armas à Jonas Savimbi, desde que isso contribuísse para impedir que o MPLA apoiado pela União Soviética derrotasse os aliados da América e assumisse o poder em Angola.

A relação entre a FNLA e o MPLA revelou-se sempre difícil, tal como confirma um relatório dos SCCIA. “Entre a UPA e o MPLA é notável a oposição que o primeiro oferece a que o MPLA tome à sua conta as acções de carácter militar em Angola”.⁶³

Tendo os portugueses como mero espectadores, os três Movimentos procuravam chamar a si o controlo dos acontecimentos em Angola. Para o efeito, começaram a transferir as suas direcções para a capital do país, tendo a delegação do MPLA chefiada

⁶³ Arquivos da Pide, 3813/61-S.R. pag.2

por Agostinho Neto, chegado à Luanda a 4 de Fevereiro de 1975 onde foi recebida em apoteose por milhares de simpatizantes e curiosos no então Aeroporto de Belas.

No meio do confronto entre os dois gigantes, a UNITA de Savimbi, entra no jogo quando a 12 de Maio de 1975 Jorge Alicerces Valentim, co-fundador da UNITA e ao tempo Delegado deste Movimento no Lobito, contacta o Cônsul Geral dos EUA em Angola solicitando “apoio do governo americano...especialmente na forma de armas, tão depressa quanto possível”⁶⁴

Vítima da análise e avaliação surrealista que fizera, Henry Kissinger, Secretário de Estado Norte-Americano, teve um ataque de nervos, considerando que a União Soviética “infringira as regras do jogo” – como se na verdade houvesse regras estabelecidas a serem respeitadas - em Angola e apanhara os Estados Unidos “desprevenidos”.⁶⁵ No entender de Kissinger, o que estava em jogo agora, não era tanto os acontecimentos em si, mas fundamentalmente o facto da União Soviética se ter mostrado matreira e mais astuta, suplantando os EUA na luta que as duas superpotências travavam para expandir a sua esfera de influência em África, precisando agora Washington fazer jus à sua condição de superpotência.

A leitura que se segue, do Departamento de Estado, sobre a situação que se criou em Angola com a expulsão da FNLA de Luanda, espelha bem o significado do triunfo da URSS sobre os EUA em Angola. *“O significado estratégico para a União Soviética de uma presença em Angola poderia ser importante e o impacto psicológico profundo. Reforçaria a imagem da União Soviética como potência global com a vontade e os meios de influenciar acontecimentos em todo o mundo”*.⁶⁶

Por seu lado, não tendo recebido qualquer apoio directo por parte dos Estados Unidos, Jonas Savimbi procurou aproximar-se a este país usando para o efeito alguns estadistas africanos que o apoiavam, como ficou demonstrado nas declarações de Kissinger ao afirmar que numa visita à Casa Branca em Abril de 1975, Kenneth David Kaunda, Presidente da Zâmbia, exerceu pressão sobre Washington, pedindo ao Presidente Henry

⁶⁴ Schneidman (2004:268)

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ Schneidman (2002:269)

Ford para responder com meios militares à intervenção soviética e a apoiar Savimbi que para ele era “um homem humilde e com boas qualidades”.⁶⁷

Ainda na sequência da derrota e expulsão das forças coligadas do ELNA e do Exército Zaireense, Mubutu em acto de desespero concretiza em Junho de 1975 a ameaça que havia feito meses antes, expulsando Dean Hinton, Embaixador dos Estados Unidos acreditado em Kinshasa. A expulsão do Embaixador americano, longe de ser uma vingança pessoal, serviu apenas para pressionar os EUA que não reagira oportunamente aos apelos do Presidente Zaireense à progressão da URSS e do MPLA em Angola, até porque Hinton possuía relações privilegiadas com o estadista africano e era um dos apoiantes do plano para instalar Holden no poder em Angola.

Com a situação a manter-se inalterável, os peritos do Departamento do Estado e da CIA, apresentaram um plano para reverter o rumo dos acontecimentos em Angola. O referido plano previa a contenção do conflito e o menor envolvimento possível de outros países, uma abordagem directa à União Soviética e à China, e finalmente, o apoio activo a um ou dois grupos de libertação. O plano foi totalmente rechaçado por Kissinger.

Informando Kissinger da pretensão de Savimbi em visitar os EUA em Junho, Edward Mulcahy, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos, põe “os pés pelas mãos” ao considerar que não obstante ser militarmente fraca, a UNITA seria provavelmente o MLN mais popular em Angola, avaliação que em última instância acabou por influenciar a decisão da administração americana no apoio à Jonas Savimbi.

Em meados de Junho, os peritos americanos apresentaram uma nova proposta que contemplava o envolvimento activo em Angola, o aumento significativo do seu apoio à Holden Roberto e, como inovação, a extensão do apoio à Savimbi. Contudo a opinião geral privilegiava o recurso aos meios diplomáticos e políticos na abordagem do conflito angolano. Nesta conformidade, procurando evitar um confronto entre as duas maiores superpotências, os peritos recomendaram que a URSS fosse abordada através dos canais diplomáticos e que fossem acolhidas com agrado todas as tentativas de mediação através da ONU e da OUA. Ainda no mesmo sentido, os peritos

⁶⁷ Schneidman (2004:269)

privilegiavam um trabalho concertado com a Tanzânia, a Zâmbia e o Zaire, países por onde transitava o armamento, no sentido de estancar a entrada dos abastecimentos militares para os MLN.

Malgrado a movimentação política e diplomática de Washington para tentar reverter a situação em Angola, os acontecimentos tinham lugar à velocidade de cruzeiro, e o MPLA parecia distanciar-se cada vez mais da FNLA e da UNITA, consolidando passo a passo a sua posição no controlo das principais cidades do país e, mais importante ainda, atraindo para o seu lado uma franja importantíssima da população de quem ganhara muita simpatia.

Não obstante a ajuda externa massiva concedida à FNLA, em fins de Julho de 1975, altura em que se registou um recrudescer do conflito, o MPLA controlava já por esta altura, mais de dois terços das províncias do país e tinha derrotado e expulsado não somente a FNLA mas como também a UNITA de Luanda, tendo o movimento de Holden Roberto se retirado para norte, procurando instalar-se nas regiões de sua influência como Ambriz, Zaire e Uíge ao passo que a Unita retirou-se em direcção à região centro-sul, sua praça-forte. A expulsão da FNLA e da UNITA de Luanda, marcou a queda do Governo de Transição e, conseqüentemente, o Acordo de Alvor deixou de ter qualquer importância. Tendo agora o controlo exclusivo da Capital, o MPLA foi consolidando aos poucos a sua posição não somente em Luanda mas agora em todo o país.

Preocupada em manter a sua ajuda à FNLA o mais discreta possível, Washington chega à conclusão de que, desta forma, não conseguiria competir com Moscovo pelo que, seria necessário avançar decididamente e em grande escala realizando um “teste de força e vontade” com a União Soviética. Porém, um estudo da CIA concluía que uma vitória dos Estados Unidos sobre a União Soviética em Angola estava fora de cogitação.⁶⁸

Não se sabe ao certo, como é que a Central de Inteligência americana chegara a esta conclusão, mas na verdade, nunca a CIA estava tão certa na sua análise e por duas razões: a primeira, os serviços de inteligência dos Estados Unidos falharam quando não

⁶⁸ Schneidman (2004:271)

previram a entrada de Cuba no cenário angolano e, a segunda, quando por um erro de cálculo, Washington não soube avaliar a dimensão das consequências da sua aliança política e militar com o regime do apartheid da África Sul no conflito angolano, o que marcou a oficialização da internacionalização do conflito em Angola.

4.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

Se fizermos uma análise rigorosa dos acontecimentos que deram lugar ao conflito angolano, não seria exagero algum se disséssemos que a internacionalização do conflito em Angola teve praticamente lugar tão logo as duas superpotências começaram a apoiar de forma multiforme os dois principais MLN, pois que, no nosso entender, tal situação tornou inevitável a entrada de outras forças para o cenário, a poucos dias da proclamação da independência de Angola.

Quando a escassos meses da data prevista para a proclamação da independência, Washington se apercebe que tinha sido superada em Angola, e que como consequência, a sua estratégia de colocar Holden Roberto no poder tinha praticamente fracassada, decide sair da sombra em meados de Julho de 1975, tendo nesta altura a administração Ford aprovado uma verba de 60 milhões de dólares para apoiar as forças “anti-comunistas” em Angola, e numa aliança militar e política com a África do Sul, apoia Holden Roberto e Savimbi, na tentativa de impedir que o MPLA, apoiado pela União Soviética, assumisse o poder em Angola.

Nesta conformidade, na segunda quinzena de Julho, o Presidente Henry Ford aprova a concessão de catorze milhões de dólares em ajuda financeira e envio de armamento à FNLA, ao mesmo tempo que autoriza a CIA a intervir em Angola no quadro do programa IAFEATURE. Partindo do princípio de que a CIA avaliara correctamente, ao concluir que “na melhor das hipóteses, não conseguiremos vencer”⁶⁹ em Angola, este exercício visava permitir que a União Soviética reduzisse o nível da sua intervenção, criando assim um equilíbrio no terreno, de modo a impedir uma vitória do MPLA.

⁶⁹ Schneidman (2004:271)

A FNLA e a UNITA recebiam nesta altura o apoio dos Estados Unidos, China, França, Israel, Roménia, Coreia do Norte, Alemanha Federal, Zaire, África do Sul, Zâmbia, Uganda e Senegal. Por seu lado, o MPLA era apoiado pela União Soviética, Cuba, Checosláquia, Jugoslávia, República Democrática Alemã, Argélia, Guiné Conacry e Congo Brazzaville. Porém, com o decorrer do conflito e conforme os acontecimentos iam tendo lugar, o MPLA foi conquistando o apoio de muitos países, principalmente africanos.

Apercebendo-se que nessa altura a vitória do MPLA era mais do que inquestionável, porquanto tinha já sob o seu controlo 12 das 15 províncias do país e era considerado por vários Senadores americanos responsáveis como o mais qualificado para governar Angola, Washington lança uma ofensiva político-diplomática de grande envergadura, na expectativa de atrair e envolver o maior número possível de países para se oporem ao MPLA. “Foram enviados agentes secretos para conferências do Terceiro Mundo, incluindo a Cimeira dos Países Não-Alinhados no Sri Lanka e da Organização da Unidade Africana em Addis Abeba. Os Embaixadores dos Estados Unidos por toda a África foram «mobilizados» a todos os níveis, recebendo mensagens cuidadosamente redigidas, formuladas pela CIA e entregues ao Departamento de Estado através de um grupo de trabalho, ordenando-lhes que utilizassem todos os esforços ao seu alcance no sentido de voltarem contra o MPLA, o governo dos países onde estavam acreditados”.⁷⁰ Adicionalmente a este esforço, Washington procurou junto dos seus aliados em todo o mundo, obter apoio consubstanciado em conselheiros qualificados para se juntarem ao conflito, bem como unidades do exército regular com a finalidade de derrotarem o MPLA e entregar o poder à Holden Roberto e Jonas Savimbi, mas não obteve grande sucesso nesse sentido. À excepção da África do Sul que se lançou no auxílio à UNITA, os comandos zairenses que se juntaram à FNLA no norte não fizeram grande diferença a ponto de demover um MPLA cada vez mais sólido. Diante de tal situação, os EUA decidem recrutar mercenários em todo o mundo, tendo conseguido através da França adquirir os serviços do célebre Bob Denard, que à troca de meio milhão de dólares pagos à vista, arranjou 20 mercenários franceses para assessorarem a UNITA, ao passo que mercenários portugueses, belgas, ingleses e de outras nacionalidades juntaram-se ao ELNA.

⁷⁰ Stockwell (1979:205)

Desafortunadamente, longe de alcançar a finalidade almejada, a decisão de Washington teve um efeito perverso, ou seja, ao invés de abrandar, o conflito registou um recrudescimento inimaginável cujas consequências a longo prazo levaram a alteração do mapa geopolítico da África Austral.

A China que parecia adormecida autorizou o Zaire a ceder à FNLA grandes quantidades de armas chinesas, e Mobutu utilizou comandos zaienses em combates em Angola que foram se infiltrando pelo norte de Angola, disfarçados de tropas do ELNA, que ocuparam as províncias do Zaire e Uíge perante a passividade do exército português. A FNLA começou também a receber armas da Roménia por esta altura. A África do Sul, encorajada por “sinais discretos” de Washington começou a dar assistência clandestina à FNLA e à UNITA quando no dia 4 de Julho, o General Constand Viljoen, Chefe das Operações das Forças de Defesa da África do Sul (SADF), manteve um encontro em Kinshasa com Mobutu, Holden e Savimbi, tendo garantido o fornecimento de equipamento militar e material de guerra à FNLA e à UNITA. Na sequência deste encontro, o referido general reuniu-se no mês seguinte com Savimbi no Huambo e Holden no Ambriz, para concluir os aspectos finais da entrega do armamento prometido, tendo o primeiro carregamento para o Movimento de Holden Roberto chegado à Matadi em Agosto de 1975 e a 22 de Outubro, os sul-africanos fizeram chegar ao Bié, através de uma ponte aérea, 22 carros blindados Panhard (Eland) com canhão de 90 mm. Para além destes meios, o regime de Pretória forneceu também através de ponte aérea 1,6 milhões de litros de combustível ao Zaire de Mobutu.

Todos estes meios eram transportados por aviões de transporte Hércules C-130 da Força Aérea Sul-Africana, incluindo uma bateria de Obus 140 mm completamente operada por militares sul-africanos que apoiou o avanço do ELNA, comandos zaienses e mercenários em direcção à Luanda.

Também os ingleses e os franceses deram início aos seus próprios programas de auxílio.⁷¹ Washington, por seu turno, decide aumentar ainda mais o seu envolvimento,

⁷¹ Schneidmam (2004:273)

aprovando a 20 de Agosto uma verba adicional de 10.7 milhões de dólares em armas e munições para a FNLA e para a UNITA.

A 11 de Agosto de 1975, exactamente três meses antes da data marcada para a proclamação da independência de Angola, a África do Sul envia as suas tropas para as barragens hidroeléctrica do Ruacaná e do Calueque sob o pretexto de protegerem os especialistas sul-africanos que aí trabalhavam, tendo no mês seguinte começado a fornecer armas e a treinar na Mpupa em território angolano, sob a direcção do Coronel Jan Breytenbach as forças militares da FNLA (soldados da facção Chipenda que se tinham juntado à FNLA e que veio mais tarde a formar o célebre Batalhão 32 – Búfalo na localidade do Rundu no norte da Namíbia), com vista a combaterem as FAPLA.

O primeiro contacto entre o Coronel Breytenbach e os homens de Chipenda aconteceu numa tarde de Agosto de 1975, quando o mesmo aterrou na pista de terra batida da localidade de Mpupa a bordo de um bimotor Aztec, em companhia do Major Coen Upton, oficial de Estado-Maior colocado no Quartel-General da SADF e de Pelissa, um fazendeiro e contrabandista italiano amigo de Chipenda, que estava a operar em Angola, e que facilitou o encontro entre os dois lados, tendo esse encontro sido histórico porquanto marcou a passagem das tropas da FNLA/Chipenda sob a dependência da SADF em termos de treino, equipamento e subordinação na pessoa do próprio Coronel Breytenbach, que veio a ser o primeiro Comandante do Batalhão 32 – Búfalo,⁷² que para além dos angolanos, possuía também nas suas fileiras, elementos da antiga PID-DGS, como são os casos de Costa Marão que foi Comandante da 3ª Companhia e Silva Sierro.⁷³

Contudo, avaliando que Chipenda não passava de um aventureiro que se queria passar por um combatente da liberdade, o Governo de Pretória, puxa-lhe o tapete silenciosamente, mantendo contactos paralelos com a UNITA ao mesmo tempo que passa a treinar, equipar e armar este Movimento.

No dia 22 de Agosto, forças militares da África do Sul atacaram e destruíram a cidade de Ondjiva, tendo esta acção e outras que a sucederam permitido a UNITA ganhar

⁷² Breytenbach (2009:20)

⁷³ Ibidem

vantagens através da recuperação e ocupação das áreas libertadas ao longo da fronteira sul com a Namíbia, pelo seu protector, que no entanto fez recuar as suas forças para as suas posições anteriores. Todas estas acções, contudo, visaram criar as condições que culminariam depois com a invasão de Angola pelo exército regular sul-africano ao lado da UNITA. É evidente que aos sul-africanos interessava influenciar o desfecho da guerra a favor de Jonas Savimbi, porquanto viam nele as melhores possibilidades de cooperação futura com o primeiro governo angolano pós independência. O apetite sul-africano foi aguçado pelo próprio Jonas Savimbi que os convidou, depois de estabelecer consultas com o quarteto Mobutu Sese Seko do Zaíre, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Félix Houphouet-Boigny da Cote D'Ivoire e Leopold Senghor do Senegal, que preconizavam um governo moderado e pró-ocidental para a futura Angola independente.

Para além do convite formulado por Savimbi, os sul-africanos tinham motivações quer ideológicas como de segurança para invadir Angola, porque temia-se que com a iminente chegada do MPLA ao poder, instalar-se-ia no país um regime comunista, que iria incentivar os movimentos de libertação nacional do Sudoeste Africano (SWAPO) e da África do Sul (ANC), na sua luta pela libertação dos seus países, concedendo-lhes apoio moral e permitindo que os guerrilheiros destes movimentos usassem o território angolano e a partir dele projectassem as suas acções para o interior da Namíbia e da África do Sul, o que constituiria uma séria ameaça à sobrevivência do regime branco e segregacionista do apartheid.

Por outro lado, acreditavam que o facto de actuarem ao lado dos zairenses, zambianos e americanos os ajudaria a granjear a simpatia do ocidente. Outrossim, a liderança sul-africana estava convencida de que o governo norte-americano teria o suporte do Congresso na aprovação de um programa eficaz para Angola, o que, infelizmente para os sul-africanos, o tempo e os acontecimentos não só provaram que estavam enganados, mas que tal erro de cálculo veio a comprometer todo o seu plano, pois que as simpatias não foram conquistadas, o aval do Congresso dos Estados Unidos não surgiu e apesar dos esforços coordenados entre a CIA e os Serviços Secretos sul-africanos com o apoio de Kinshasa, a intervenção de Pretória no conflito angolano acabou por complicar as contas à Washington, transformando-se em fracasso. Se até então alguns países africanos não viam com bons olhos a interferência de Moscovo em Angola, a descoberta

do envolvimento dos estados Unidos e da África do Sul no conflito angolano funcionou como um catalisador, fazendo com que muitos países se definissem e prestassem o seu apoio ao MPLA. A Nigéria colocou 20 milhões de dólares à disposição desse Movimento ao mesmo tempo que organizou uma manifestação de seus cidadãos defronte à embaixada norte americana em Lagos. A Tanzânia dispôs-se a treinar soldados do MPLA e muitos outros países não tardaram em reconhecer o MPLA como força governante legítima de Angola.

Contudo, o quadro não estava completo. Quando menos se esperava e como que do nada, Fidel Castro, Presidente de Cuba, toma a decisão que no nosso entender foi o que realmente virou o pêndulo da balança e determinou o curso dos acontecimentos, permitindo-lhe fazer história.

Observando o cenário que se desenhava, fazendo prever uma invasão de grande envergadura em Angola por várias forças estrangeiras, o que veio a se consumir pouco tempo depois, Agostinho Neto, à revelia dos soviéticos, endereça pedidos urgentes à Cuba, que decide intervir militarmente em Angola no âmbito da Operação Carlota, com ou sem a autorização de Moscovo conforme atestam as declarações de Anatoli Adamichin, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS. “O contingente cubano regular apareceu em Angola sem o nosso conhecimento e muito menos sem a nossa autorização ...foram eles que nos envolveram e não nós a envolvê-los...mas nós, fiéis aos princípios internacionalistas, não levantamos especiais objecções.”⁷⁴ Esta revelação é também corroborada por Karen Brutentz, funcionário da Secção Internacional do CC do PCUS, ao realçar que a intervenção cubana não foi planeada pelos soviéticos nem sequer foi acordada com eles como certas fontes tentam dar a entender no Ocidente. Aliás, as declarações de Fidel Castro e das autoridades angolanas também convergem nesse sentido. Moscovo sentiu-se embaraçada com o “atrevimento” de Havana, tendo o Bureau Político do CC do PCUS tomado a decisão de enviar um telegrama à Fidel Castro, através do qual o desencorajaram a enveredar por acções arrojadas do género, porém, as forças cubanas já estavam à caminho de Angola, ao encontro do seu destino: salvar o MPLA, impedindo a tomada do país pelas forças coligadas da FNLA e do Exército Zaireense bem como pelo Exército Regular da África do Sul em apoio à

⁷⁴ Milhazes (2009:67)

UNITA, permitindo assim a proclamação da independência do país a 11 de Novembro de 1975.

Anatoli Dobrinin, ao tempo Embaixador da União Soviética nos Estados Unidos da América, escreveu que a decisão tomada pelos cubanos levaram os soviéticos a recearem o pior, a ponto de o Bureau Político do PCUS ter passado uma resolução especial que aprovava a concessão de apoio político e material ao MPLA sem no entanto contemplar uma participação directa dos efectivos do Exército Vermelho. Segundo ainda o diplomata, que confirma a decisão unilateral de Cuba em intervir militarmente em Angola sem qualquer coordenação com os soviéticos, os cubanos fizeram-no na certeza de que o princípio da “solidariedade internacionalista” acabaria por “falar” mais alto, e mais cedo ou mais tarde iria “arrastar” os soviéticos para o conflito, tal como se veio a confirmar quando a URSS se envolveu na guerra civil em Angola fornecendo armas ao MPLA e enviando especialistas militares nos anos que se seguiram à independência.

Com efeito, Fidel Castro responde de imediato, fazendo desembarcar em Luanda os primeiros homens em meados de Setembro de 1975, (algumas fontes referem que entre Fevereiro e Abril deste mesmo ano, já haviam forças cubanas em Luanda)⁷⁵ altura em que o país se confrontava com duas grandes invasões. A norte, forças coligadas do ELNA e do Zaire apoiadas por mercenários de várias nacionalidades tomaram a cidade de Caxito e avançaram em direcção à Luanda na tentativa de desalojar o MPLA do poder e impedir a proclamação da independência. Estas forças, chocaram com as forças coligadas das FAPLA e cubanos em Kifangondo a escassos 20 quilómetros de Luanda.

No dia 14 de Outubro, as tropas sul-africanas dão início à “Operação Savannah” com uma ofensiva de grande envergadura que começou com a invasão da fronteira sul de Angola a partir de Katuiti, com a Formação de Combate Zulu, composta por dois grupos de combate, Alpha e Bravo totalizando cerca de dois mil efectivos que foram posteriormente reforçados com mais duas companhias de pára-quedistas depois da tomada da então Sá da Bandeira. O Grupo de Combate Alpha era composto por um Batalhão dos antigos Flechas (tropas portuguesas), apoiado por unidades de artilharia e

⁷⁵ Figueiredo (2009: 56)

de reconhecimento, equipadas com os carros de combate Eland 90 e era comandado pelo Comandante Delville Linford, sendo que o Grupo Bravo foi o nome atribuído ao Batalhão formado pelas tropas da FNLA/Chipenda, (cerca de 600 homens) agora parte da SADF, integrava ainda o 2º Batalhão de Infantaria sul-africano chefiado pelo Comandante Boy Du Toit, apoiado por sub-unidades de artilharia e de reconhecimento e possuía também carros de combate Eland 90, sob o comando do Coronel Jan Breytenbach. Enquanto isso, uma outra formação similar, a Foxbat, composta principalmente por tropas da UNITA apoiadas por um esquadrão de veículos blindados sul-africanos rumava pelo interior em direcção ao Planalto Central. Esta formação era liderada pelo Comandante Eddie Webb. O objectivo da operação era bem claro: impedir que o MPLA proclamasse a independência de Angola no dia 11 de Novembro, e colocar Jonas Savimbi no poder⁷⁶ sendo que, para o efeito, teria de tomar Luanda, a Capital do país, onde se encontrava Agostinho Neto e a Direcção do Movimento.

A força invasora teve uma progressão espectacular no sentido sul-norte, percorrendo no total 3000 quilómetros em 33 dias, ocupando toda a faixa sul em direcção à Luanda. Embora tenha encontrado ao longo da sua progressão alguma resistência em certas localidades, o exército sul-africano não tinha encontrado oposição à altura do seu poderio até chegar às margens do rio Keve onde as FAPLA contando já com o reforço das tropas cubanas tinham destruído uma série de pontes, o que constituiu o primeiro grande obstáculo para o exército de Pretória. Forçados a interromper a marcha durante quatro dias numa região com muitos rios cujas pontes foram destruídas, e mais ainda em tempo chuvoso, os sul-africanos permitiram que as FAPLA tivessem o tempo necessário para se reorganizarem, criando uma defesa formidável no Kwanza Sul e continuassem a receber o imprescindível reforço das forças cubanas que sem dúvidas vieram emprestar uma nova dinâmica aos combates, quer em termos de efectivos, como do ponto de vista de experiência e emprego de armamento moderno como peças de artilharia BM-21 conhecido entre os sul-africanos como “*órgãos de Staline*” ou “*olhos vermelhos*”, viaturas blindadas de transporte de tropas BTR-60 e BRDM-2, bem como morteiros de 120mm, o que lhe conferiu maior poder de fogo e permitiu equilibrar a correlação de forças no terreno, tendo sido travados encarniçados combates entre os invasores e as FAPLA apoiadas por forças cubanas.

⁷⁶ Breytenbach (2009:126)

Não tendo conseguido obter apoio público, principalmente de países africanos como calculara, não podendo contar com o apoio de Washington uma vez que o Congresso dos EUA não aprovou o programa esperado e tendo pela frente um MPLA bastante forte militarmente com o apoio em homens e meios vindos de Cuba, ao Exército regular da África do Sul, não restou outra saída senão retirar-se ingloriamente de Angola em Março do ano seguinte, abandonando uma campanha que custou à RAS 113 milhões de dólares, para além, é claro, da amargura causada pelas mortes dos seus soldados numa guerra que não era sua, o que provocou danos psicológicos e morais incalculáveis não somente aos familiares dos militares tombados, mas em toda a sociedade sul-africana.

Fazendo um rescaldo da Operação Savannah, depois de mais de trinta anos, o Coronel Jan Breytenbach, um dos seus mais activos intervenientes retrata com desolação e amargura o seu sentimento. Na sua óptica, o propalado argumento de que a Operação não tinha condições de prosseguir sem o apoio de Washington, não tem qualquer fundamento, porquanto não precisavam de qualquer apoio adicional. No seu entender, a falta de unidades de engenharia de combate com os seus meios para transpor os rios foi o factor decisivo que ditou o desfecho da campanha militar. *“We were provided with no field engineering support. What on earth were the generals and their staff establishments thinking of when they planned the Operation Savannah campaign in the safety of their headquarters in Pretoria?”*⁷⁷ Continuando com a sua análise, ele acredita que os planificadores da Operação não fizeram uma análise correcta de todos os factores a si inerentes como sejam o terreno, o tempo e as capacidades do inimigo. A força tornou-se inefectiva por generais sem imaginação que interrompeu a Operação quando ela deveria ter continuado. Acto contínuo, mostrou-se convencido de que a SADF teria arruinado a SWAPO, o que permitiria que a República da África do Sul (RAS) colocaria no poder na Namíbia, um governo dócil aos seus interesses, onde a SWAPO de Sam Nujoma jamais teria espaço. Por outro lado, a RAS conquistaria o respeito e a admiração em África e no mundo com a hipotética derrota dos cubanos. Internamente, Savimbi ver-se-ia obrigado a satisfazer os interesses do regime de Pretoria na Angola independente, o que, a não acontecer, levaria com que os sul-africanos substituir-lhe-iam por Holden Roberto. Aquele oficial das ex-SADF conclui

⁷⁷ Breytenbach (2009:124)

dizendo que não tivesse a Operação Savannah sido interrompida, a RAS teria se tornado numa potência imbatível na África Austral, mas tal não aconteceu porque os “líderes políticos e militares vacilaram quando a vitória esteve ao seu alcance”.⁷⁸ Em suma, do ponto de vista tático ela foi perfeita, tendo pecado do ponto de vista estratégico.

Noutra frente, a Norte, as forças do ELNA que tinham sido expulsas meses antes de Luanda, numa composição de 4 Batalhões de Infantaria, 1 Companhia de Apoio, 1 Batalhão de Infantaria de Reserva, 1 Companhia de Comandos, 2 Pelotões de Morteiro 120mm e 2 Peças de Artilharia D-30, apoiadas por forças zairenses sob o comando do Coronel Molimbi, nomeadamente 3 Batalhões de Infantaria, 1 Pelotão de Morteiro 120mm, 1 Pelotão de Carros Blindados Panhard, 2 Peças de D-30 120mm e 1 Companhia de Comandos para além de mercenários portugueses comandados pelo Coronel Santos e Castro de concentram-se a escassos 30 km da capital, Luanda desta vez com o apoio de unidades do exército regular e das forças especiais zairenses para além de mercenários de várias nacionalidades. O objectivo dessas forças consistia em tomar de assalto a capital do país antes de 11 de Novembro e impedir que o MPLA proclamasse a independência nessa data, o que lhe permitiria redimir-se, dos reveses sofridos meses antes.

A certificação da força foi feita na Fazenda Tentativa em Caxito, de onde ela partiu em direcção ao Morro da Cal, onde começou a progressão na alvorada do dia 9 de Novembro de 1975, tendo marcado o dia 10 como a data da entrada na Capital. As 05h30 da manhã do dia 10, teve início a ofensiva com a preparação artilheira com os canhões de 90mm por parte dos sul-africanos que durou por pouco tempo, visto que em resposta, as peças de artilharia foram alvo de flagelamento por parte das FAPLA e cubanos, o que causou ferimentos graves aos artilheiros e a destruição do armamento, originando o abandono prematuro do campo de batalha pelos sul-africanos, . Contudo, a poucas horas da proclamação da independência, tropas da FNLA, do Zaire e mercenários jogam a última cartada, tentando forçar a linha mais avançada das FAPLA e dos cubanos em Kifangondo, através de uma companhia de comandos zairenses que logrou penetrar em profundidade pelo rio Panguila, porém sem sucesso, pois acabou ela mesma por ficar bloqueada no pântano e exposta ao fogo inimigo. Nesse momento,

⁷⁸ Breytenbach (2009:124)

obuses de morteiros 120mm e salvas de artilharia BM-21 começaram a fustigar as posições do ELNA em todas as direcções. Sem poder contar agora com o apoio do fogo da artilharia, e debaixo de fogo intenso dos BM-21, o pânico instalou-se no seio das forças coligadas, ao ponto dos blindados zairenses atropelarem os seus próprios soldados na fuga desordenada para o norte, sendo que a FNLA viu-se forçada a recuar para o Ambriz, abandonando no terreno os morteiros de 120mm.⁷⁹

Segundo o General Tonta Afonso Castro, ao tempo Comandante do braço armado da FNLA, ELNA, e comandante da operação que conduziu à Batalha do Kifangondo, a FNLA sofreu em Kifangondo o pior revês da sua história e as perdas em vidas teriam sido muito maiores caso as FAPLA e os cubanos tivessem encetado uma perseguição ao inimigo depois da batalha.⁸⁰

Falando em 2010 para uma vasta audiência composta por altas patentes das Forças Armadas Angolanas (FAA), de entre muitos participantes activos na Batalha de Kifangondo, que participavam numa palestra no quadro das comemorações do XXXV aniversário da independência de Angola, o General Tonta indagado por um dos participantes sobre a aludida presença de artilheiros sul-africanos, confirmou a sua presença em apoio ao ELNA, tendo confirmado ainda o abandono do campo de batalha pelos mesmos depois de terem sido feridos e perdido o armamento que operavam, batendo em retirada em direcção ao bote que os transportara até à costa, rumando de seguida para o navio-mãe que os aguardava em alto mar, deixando os seus aliados à sua sorte.

Por outro lado, a FNLA tinha recebido no dia 7 de Novembro de 1975 2 peças de artilharia D-30 de fabrico norte-coreano na Fazenda Tentativa. Estas peças, que foram fornecidas pela China e operadas por especialistas zairenses, acabaram por não ser utilizadas porque na madrugada do dia 10 de Novembro altura em que se deveria começar a fustigar a cidade de Luanda com fogo de artilharia, uma delas explodiu ao primeiro disparo, tendo em consequência causado vários mortos e feridos, incluindo a dotação zairense que a operava. Não podendo contar agora com o apoio da artilharia sul-africana e incapacitados de usar as peças de artilharia fornecidas pelos chineses que

⁷⁹ Júnior (2011:20)

⁸⁰ Ibidem

na primeira tentativa, qual tiro pela culatra, causou baixas aos seus próprios efectivos, as forças coligadas da FNLA, Zaire e Mercenários foram derrotadas na planície do Panguila, junto ao Morro da Cal, batendo em retirada em direcção ao norte do país, tendo deixado no terreno um elevado número de mortos e material bélico, para além de vários mercenários capturados durante a fuga desordenada. Esses mercenários foram julgados como criminosos de guerra em meados de 1976, sendo que muitos deles foram condenados à morte por fuzilamento, não obstante o Presidente Henry Ford ter escrito pessoalmente várias vezes ao Presidente Neto, pedindo clemência para os seus compatriotas.

No rescaldo da derrota sofrida em Kifangondo, o General Tonta, atribui a causa do fracasso à falta de uma estratégia política e militar que conduzisse à estabilidade e ao equilíbrio com o MPLA, para além da ousadia e excessiva confiança depositada aos estrangeiros (zairenses e mercenários), que desafiavam as chefias do ELNA, e actuavam de forma isolada provocando vários desmandos.

4.3 A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Com o país invadido e praticamente ocupado na sua totalidade à excepção de Luanda e mais três províncias, António Agostinho Neto, Presidente do MPLA proclama no Largo 1º de Maio (actualmente Praça da Independência) em Luanda, às 00h00 do dia 11 de Novembro de 1975 a independência de Angola. No mesmo dia, a UNITA e a FNLA, proclamam no Huambo a República Democrática de Angola, numa cerimónia em que nem Jonas Savimbi, nem Holden Roberto se fizeram presentes. O Alto-Comissário português, o comodoro Leonel Cardoso, arreava a bandeira portuguesa no palácio do governo pela última vez, e anunciou a entrega do poder ao povo angolano, partindo de seguida para o porto de Luanda onde o navio que o levaria à Portugal se encontrava ancorado.

Tendo Portugal sido incapaz de conduzir o processo de transição até ao fim e “lavado as mãos” tal qual Pilatos, as superpotências viram-se mais encorajadas ainda a levar avante os seus planos, chamando à si a responsabilidade de colocar no poder o seus protegidos.

Consumada que estava a independência de Angola, Washington envida agora todos os seus esforços para tentar impedir o reconhecimento do governo instalado no poder pelo MPLA. Para o efeito, contava com o apoio do seu principal aliado no continente, o Zaire, a quem decide conceder uma ajuda de 79 milhões de dólares, uma vez que a acção diplomática seria junto dos países africanos.

Em finais de Novembro, o governo da Nigéria começou a dar sinais de reconhecimento da independência de Angola. Diante destes sinais, Washington instrui o seu Embaixador em Lagos para tentar impedir a todo o custo que tal aconteça, mas sem sucesso, já que depois de algumas hesitações, a Nigéria decide reconhecer o governo de Angola a 24 de Novembro. Esta decisão foi muito importante para o MPLA, tendo em conta o peso e a influência deste país, não somente em África, mas como também a nível internacional, o que poderia levar a que outros países tomassem a mesma decisão. Jogando na antecipação, o governo norte-americano instrui as suas missões diplomáticas no Senegal, República Centro Africana, Gabão, Zaire, Costa do Marfim, Libéria e Tunísia no sentido de solicitarem uma reunião urgente com os respectivos governos já que os mesmos não nutriam qualquer simpatia pelo MPLA, de modo a que se pronunciassem ou apresentassem as formas de ajuda que precisassem de Washington para impedir que outros países africanos tomassem a mesma decisão da Nigéria.

Não é demais recordar que todo este esforço diplomático de Washington, tem lugar numa altura em que as forças sul-africanas travavam fortes combates contra as FAPLA apoiadas pelas forças cubanas que continuavam a aumentar o número dos seus efectivos em Angola. A invasão de Angola pelas forças do regime do Apartheid, provocou uma grande repulsa entre os países africanos e foi energeticamente condenada em quase toda a África. Porém, os Estados Unidos que condenavam a intervenção da União Soviética e de Cuba em Angola, mantiveram uma resposta “tépida e neutra”⁸¹ reagindo a um pedido da Nigéria para pressionar Pretória a retirar a força invasora. Na opinião dos peritos do Departamento de Estado, a não condenação da invasão sul-africana por parte dos Estados Unidos teria precipitado a decisão da Nigéria em reconhecer o Governo de Angola e determinado até certa medida o fracasso da política norte-americana em Angola.

⁸¹ Schneidman (2004:278)

Embora se reconheça que a aliança de Washington à Pretória tenha influenciado negativamente e contribuído para o fracasso daquela em Angola, não subscrevemos no entanto que tenha sido este o factor decisivo para a derrota dos EUA, que é fruto de uma avaliação incorrecta dos acontecimentos no terreno, o que originou que se cometessem erros sucessivos logo desde o início da intervenção americana. Em primeiro lugar os Estados Unidos começaram mal ao apostarem em Holden Roberto e na FNLA. A nossa conclusão encontra sustento nas seguintes revelações de quem pensamos serem vozes autorizadas para fazê-las, sobretudo John Stockwell que conheceu e trabalhou pessoalmente com o líder da FNLA.

Falando sobre a estratégia da “escalada controlada”, ou seja, uma situação em que nem a União Soviética nem os Estados Unidos saíam a ganhar, Witney Schneidman analisou correctamente e foi feliz ao dizer que: “...ao ligar esta estratégia a Holden Roberto e à FNLA, Kissinger estava a ignorar dez anos de experiência do gabinete africano que, já em 1964, havia concluído que se tratava de um líder inapto e ineficaz”.⁸² Por seu lado, no seu relatório apresentado à CIA, fruto de uma visita realizada aos campos da FNLA em Agosto de 1975, John Stockwell que incentivara a Administração Americana a enviar armas a este movimento, expressou o seguinte sentimento ao escrever anos depois as suas memórias: “...talvez tivesse servido melhor o meu país se tivesse tentado desencorajar esta atitude, realçando a fragilidade do exército da FNLA ao qual os Estados Unidos ofereciam o seu prestígio”.⁸³

Contudo, e tal como foi dito anteriormente, o factor de desequilíbrio foi sem dúvidas a intervenção de Cuba. Numa altura em que para Kinssinger, era a reputação, o prestígio e a capacidade dos Estados Unidos que estavam em jogo em Angola, perante a iminência do triunfo da União Soviética (que nem sequer tinha tropas em Angola), sem que ninguém desse por ela, Havana teve a arte e o engenho de fazer deslocar milhares de homens a uma distância de 14 mil quilómetros para ajudar o MPLA a conter a invasão quer a norte como a sul, permitindo assim o triunfo deste Movimento.

⁸² Schneidman (2004:273)

⁸³ Ibidem

Esta apreciação é bem elucidativa na introdução de Leonardo Mathias à edição portuguesa da obra de Witney Schneidman: “...as lutas pelo poder em Angola e alguns erros de cálculo americanos no terreno, obrigam a Administração Ford a constatar o triunfo da estratégia de cuba que coloca no poder Agostinho Neto e personalidades com quem nunca as autoridades americanas haviam tido contactos, o que não acontecia com outros dirigentes angolanos e não só da FNLA e da UNITA. A política americana não soubera avaliar nem a dimensão nem o momento da intervenção militar cubana e errara na apreciação que fizera da África do Sul e da sua capacidade de intervenção em Angola. Continuaria a analisar mal a situação ao querer impedir, depois do facto consumado o reconhecimento internacional do governo de Luanda.” Schneidman, (2004:20)

CONCLUSÕES

Os resultados desta investigação, permitem-nos afirmar que a intervenção das superpotências no processo de descolonização de Angola, mediante o apoio multilateral aos movimentos de libertação nacional, teve uma influência considerável no desfecho do mesmo, quer positiva como negativa. Positiva, porque os equipamentos e armamento concedidos, para além do treino militar dos seus quadros dotou-os da capacidade de que necessitavam para contrapor a máquina colonial portuguesa. Negativa, porque as superpotências colocaram os seus interesses particulares acima dos interesses e das aspirações do povo angolano, colocando os movimentos uns contra os outros. Em consequência disso, os MLN lutavam entre si, embora tivessem todos um objectivo comum que era o de libertar o país do jugo colonial a que estava submetido.

A intervenção das Superpotências em Angola que marcou a internacionalização do conflito angolano, mergulhou o país naquele que foi o mais conturbado processo de descolonização da África lusófona, com perdas humanas calculadas em milhares de mortos, prejuízos materiais incalculáveis, e uma fuga acentuada de quadros para o exterior do país, deixando-o privado desse recurso fundamental para o desenvolvimento de qualquer país.

Por outro lado, confirmou-se a hipótese por nós aventada, segundo a qual, Angola terá se tornado no expoente máximo da guerra fria em África, onde os Estados Unidos da América e a então União Soviética procuraram consolidar a sua hegemonia mediante o apoio político, financeiro e material concedido aos Movimentos de Libertação Nacional, e até mesmo através da formação de quadros militares, expandindo a sua influência na região.

Em pleno auge da guerra fria, a intervenção em Angola foi ditada por objectivos geopolíticos e expansionistas no quadro do confronto global entre os Estados Unidos e a União Soviética, num país que não possuía qualquer importância estratégica real para qualquer um deles e que acabou por se tornar vítima do capricho das superpotências. Neste sentido, os Movimentos de Libertação Nacional que precisavam de todo o tipo de apoio no sentido de verem materializado o seu objectivo principal, a libertação do país

do jugo colonial, com a proclamação da independência nacional, acabaram por ser eles próprios reféns desses caprichos.

Finalmente, a quarta hipótese aventada, confirma-se apenas na sua primeira parte, já que a segunda e última, foi refutada pelos dados por nós recolhidos, que nos dizem que o ponto de viragem dos acontecimentos que ocorreram no país no período de descolonização, foi marcado pela surpreendente intervenção militar cubana no âmbito da “Operação Carlota”, que colocou em Angola quinze mil homens ao lado do MPLA, infligindo uma pesada derrota ao todo poderoso exército sul-africano, mercenários de várias nacionalidades e exército regular zairense que invadiram o país em apoio à FNLA e a UNITA, surpreendendo os Estados Unidos que acabaram denunciados, desonrados e desacreditados aos olhos do mundo.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto; GOMES Carlos, Matos. Guerra Colonial. Lisboa, Ed. Notícias, 2002.

ALEXANDRE, Valentim. Os Sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto, Ed. Afrontamento, 1992.

_____. Portugal en África (1825-1974) - uma visão geral, en Portugal, España y África en los últimos Cien Años, Coord por Hipólito de la Torre Gómez Mérida, Universidade Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, 1992

_____. Origens do Colonialismo Português Moderno, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

_____. O Império colonial in Portugal Contemporâneo, coord. de António Costa Pinto, Madrid, Sequitur, 2000. Pags 39-61

ANTUNES, José Freire. A Guerra de África, 1961-1974, Vol.2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

BACELAR, Sérgio Augusto; Margarido Lima. A Guerra em África 1961-1974. Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas. S.1. Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto/Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000.

BARRADAS, Acácio. Agostinho Neto. Uma Vida sem Tréguas. 1922-1979, Lisboa/Luanda, 2005.

BARRADAS, Ana. Ministros da Noite. Lisboa, Antígona, 1995.

BARRETO, António; MARIA Filomena Mónica: Dicionário de História de Portugal, Vols 7,8 e 9 Suplemento de A/E a P/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999.

CANN, John P. Contra-Inssurreição em África - O Modo Português de fazer a Guerra. 1961-1974, Lisboa, Ed. Atena, 1998 (ed. orig, EUA, col. Contributions in Military History, 1997).

CARDOSO, Silva António. Angola. Anatomia de uma Tragédia. Algragide, Oficina do Livro, 2009

CASTELO, Cláudia Sofia Silva. Passagens para a África Portuguesa- O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (C.1920-1974), Tese de Doutoramento Polic., Universidade de Lisboa-ICS, 2005.

CLARENCE Smith, W.G. Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola, 1840-1926, Cambridge, CUP, 1979.

COSME, Leonel. Agostinho Neto e o seu Tempo. Porto, Campo das Letras, 2004
_____. The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A study in economic imperialism, Manchester, MUP, 1985.

DAVIDSON, Basil. Africa in History, London, Palladin Granada Pub., 1974.
_____. Africa in Modern History-The Search for a New Society, Penguin Books, 1978;
_____. The People's Cause - A History of Guerillas in Africa, Longman, 1981.

ESPÍRITO Santo, Sílvia. Adeus, até ao teu regresso. O Movimento Nacional Feminino (1961-1974). Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

FERREIRA, Manuel Ennes. O Império e as Relações Económicas com África in P. Lains e A.F. Silva (org.). História Económica de Portugal, 1700-2000, Vol. III- O Século XX, Lisboa, ICS, 2005.

GLEIJESES, Piero. Conflicting Missions - Havana, Washington and Africa, (1959-1976). The University of North Carolina Press, 2002.

_____. Conflicting Missions: Havana, Washington and Pretoria. Alberton, Galago Books The University of North Carolina Press, 2003.

JÚNIOR, Miguel (Org). O Fracasso da Operação Savannah.(Angola-1975), Luanda Mayamba, 2011.

LAINS, Pedro. Causas do Colonialismo Português em África, (1822-1975). Analise Social, 1998.

MARTELO, David. Cessar-fogo em África. Publicações Europa-América, 2001.

MARTINEZ Carreras, José U . Historia de la Descolonización 1919-1986. s/ed, s/a

_____ . Las Independências de Ásia y Africa, Madrid. ISTMO, 1987.

MARQUES, A.H. de Oliveira. O Império Africano, 1890-1930, Vol. XI da Nova História da Expansão Portuguesa, dir. de Joel Serrão e de A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 2001.

MATEUS, Dalila Cabrita. A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974), Lisboa, Terramar, 2004.

MAYNA, Judith. Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale, 1921-1974, These pour le doctorate de Science politique, Université Montesquieu – Bordeaux IV, Institut d'Etude d'Afrique Noire, 2004.

M'BOKOLO, Elikia. África Negra. História e Civilizações do Século XIX aos nossos dias, Tomo II, Lisboa, Ed. Colibri, 2007.

MILHAZES, José. Angola. O Princípio do Fim da União Soviética. Lisboa, Nova Veja, 2009.

NUNES, António P. Angola. 1966-74. Vitória militar no leste. Lisboa, Prefácio, 2002.

PACHECO, Carlos. Angola. Um gigante com pés de barro. Lisboa: Nova Vega, 2010.

PELLISSIER, René. Les Guerres Grises. Resistance et Revoltes en Angola (1845-1941). Paris, Ed. Autor, 1977.

_____ . La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Revoltes en Angola (1926-1961), Paris, Ed. Autor, 1978.

_____ . História das Campanhas de Angola (1845-1941), Vol.2, Estampa, 1986.

PINTO, António Pinto. O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975. Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

QUINTAS, Luís: As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

RODRIGUES, Manuel A. Ribeiro. As campanhas ultramarinas 1961/1974 - Guiné, Angola e Moçambique: Exército (1). Lisboa, Edições Destaque, 2000.

ROSAS, Fernando; J.M. Brandão de Brito. Dicionário do Estado Novo, Vol.2. Venda Nova, Bertrand, 1996.

SÁ, Tiago Moreira de. Os Estados Unidos e a descolonização de Angola. Lisboa, Dom Quixote, 2011.

SCHNEIDMAN, Witney W. Confronto em África. Washington e a Queda do Império Colonial Português. Lisboa, Ed. Tribuna, 2005 (ed. Orig. 2004).

SHIPWAY, Martin. Decolonization and its Impact. A Comparative Approach to the End of the Colonial Empires, London, Blackwell, 2008.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo. A guerra e a literatura. Lisboa, Veja, 2001.

TELO, António José. Economia e Império no Portugal Contemporâneo, Lisboa, Cosmos, 1994.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. História de Angola, Lisboa, Tinta-da-China, 2009.

WHEELER, Douglas L. Origins of African Nationalism in Angola- Assimilado Protest Writings, 1859-1929, in Ronald H. Chilcote (ed.), Protest and Resistance in Angola and Brazil, Berkeley, University of California Press, 1972.

WILENSKY, A.H. Trends in Portuguese Overseas Legislation for Africa, Editora Pax, 1971.

_____. The Third Portuguese Empire, 1825-1975 - A study in economic imperialism, Manchester, MUP, 1985.

ACTAS

AAVV- Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974). S. Pedro do Estoril: Edições Atena, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. O império africano. Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições Colibri- Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). A guerra colonial. Realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

_____. A guerra colonial. Realidade e ficção. Livro de Actas do II Congresso Internacional. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

TESTEMUNHOS

ARRIAGA, kaúlza de. Novas síntese. Contributos para a história contemporânea de Portugal. Lisboa: Prefácio, 2001

BATISTA, Etelvino da Silva. Angola 1961-1963. Diário da Guerra. Lisboa: Três Sinais Editores, 2000.

BREYTENBACH, Jan. The Buffalo Soldiers. The Story of South Africa's 32 Battalion 1975-1993. Alberton, Galago, 2009.

CARDOSO, Silva. Angola, anatomia de uma tragédia. Lisboa: Oficina do Livro, 2000.

CHIWALE, Samuel: Cruzei-me com a História. Autobiografia, Lisboa, Sextante, 2008.

COMISSÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DO ULTRAMAR DE BARROSELAS. Combatentes do Ultramar. Barroselas, s/ed, 2001.

FERREIRA, Rui A. Rumo a Fulacunda, Viseu: Palimage Editores, 2000.

GOMES, Carlos M; FARINHA, Fernando. Guerra Colonial. Um repórter em Angola. Lisboa: Ed. Notícias, 2001.

HAILONDA, João Evangelista. Trajectória de um Kwanyama. As minhas memórias, Luanda, Chá de Caxinde, 2006.

LARA, Lúcio. Documentos e Comentários para a História do MPLA até Fevereiro de 1961. Com um prefácio à edição portuguesa, Lisboa, D. Quixote, 2000.

MACIEL, Artur. Angola Heróica. 120 dias com os nossos soldados, Lisboa, Bertrand, 2ª ed 1963.

MARQUES, Silvino Silvério. Salazar, o Ultramar e o 25 de Abril. Lisboa: Nova Arrancada, 2001.

MENSURADO, Joaquim. Os paras na guerra. 1961-1963. 1968-1972. Lisboa: Prefácio, 2002.

PACAVIRA, Manuel Pedro. O 4 de Fevereiro pelos Próprios. Luanda, Nzila, 2003.

REIS, A. do Carmo. Diário do tempo de guerra (1966-1970). S.1. Museu da Guerra Colonial, 2001.

RIBEIRO, Gonçalves. A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena. Mem-Martins: Editorial Inquérito, 2002.

ROCHA, Edmundo. Angola. Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano. Período de 1950 a 1964. Testemunho e estudo documental , 2ª ed. Revista, Dinalivro 2009.

SAKALA, Alcides. Memórias de um Guerrilheiro, Lisboa, D. Quixote Testemunhos Cabo Verde, 2006.

TEIXEIRA, Aristides. Um Herói Discreto, Lisboa, Minerva, 2000.

SÍTIOS DA INTERNET

<http://www.cabinda.net/rosacoutinhoFDP.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/jonas_savimbi